



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JEAN GAMA DOS PASSOS

**O QUE OS OLHOS NÃO VEEM A SOCIEDADE NÃO SENTE:** A política de  
assistência estudantil no IFPE e o princípio da transparência ativa

Recife  
2020

JEAN GAMA DOS PASSOS

**O QUE OS OLHOS NÃO VEEM A SOCIEDADE NÃO SENTE:** A política de assistência estudantil no IFPE e o princípio da transparência ativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Políticas Públicas.

**Área de concentração:** Políticas Públicas

**Orientador:** Prof. Dr. Saulo Santos Souza

**Coorientador:** Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo

Recife  
2020

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

P289q Passos, Jean Gama dos.

O que os olhos não veem a sociedade não sente: a política de assistência estudantil no IFPE e o princípio da transparência ativa / Jean Gama dos Passos. - 2020.

135 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Santos Souza.

Coorientador: Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo

Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.

Inclui referências e apêndices.

1. Ciência política. 2. Controle vertical – Controle horizontal. 3. Liberdade de informação. 4. Assistência – Representação estudantil. 5. Demonstração de contas. I. Souza, Saulo Santos (Orientador). II. Carmo, Erinaldo Ferreira do (Coorientador). III. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-169)

**O QUE OS OLHOS NÃO VEEM A SOCIEDADE NÃO SENTE:** A política de assistência estudantil no IFPE e o princípio da transparência ativa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Políticas Públicas.

Aprovado em: 28/02/2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Saulo Santos de Souza  
Universidade Federal de Pernambuco  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo  
Universidade Federal de Pernambuco  
(Examinador Interno)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosana Maria Teles Gomes  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco  
(Examinadora Externa)

Dedico este trabalho a quem amo e a quem sabe transparecer seu amor, ainda que sem palavras.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus professores, amigos e ao suporte familiar que direta ou indiretamente puderam me ajudar a desenvolver este trabalho, com esclarecimentos, sugestões e/ou apoio. De maneira especial agradeço a Deus, por ter me possibilitado conquistar mais uma etapa da minha vida pessoal e acadêmica, seja superando falhas e alteridades ou abraçando oportunidades mas, sobretudo, crescendo como ser humano.

No âmbito dos apoios institucionais, ao IFPE junto à UFPE pela parceria na promoção do programa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPP). Ao coordenador do MPPP, Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo, pelo apoio e condução do programa e em específico ao meu orientador, Prof. Dr. Saulo Santos de Souza, pela orientação, consideração e presteza fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Estendo tal gratidão ao Prof.Dr. Arthur Leandro Alves da Silva pela compreensão e enriquecimento dado a este estudo.

Na oportunidade, estendo estes agradecimentos à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosana Maria Teles Gomes pela gentileza, acolhimento e contribuições a este estudo e à Magnífica Reitora do IFPE, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anália Keyla Rodrigues pelo estímulo e confiança que me foi depositada, somando para que esta pesquisa fosse realizada com êxito, inclusive, agregar à Instituição.

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta ou esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.” (ROSA, 2001, p. 334) .

## RESUMO

A pesquisa tem por objetivo identificar em que medida o relatório de gestão anual contempla o princípio da transparência ativa, no tocante à política de assistência estudantil no IFPE. Na metodologia utiliza-se a abordagem quali-quantitativa, sendo descritiva, aplicada e caracteriza-se em sua investigação como um estudo de caso, com aplicação do método análise de conteúdo em três etapas: (1) elaboração de modelo de análise baseado na aderência aos requisitos normativos relativos a três dimensões (Lei de Acesso à Informação, prestação de contas anuais e assistência estudantil). Os dados são coletados a partir dos relatórios, via técnica de análise documental, considerando em seu recorte transversal os períodos de 2012 e 2017; (2) tratamento, análise e categorização dos dados, dentro do modelo que permite a geração de pontuações relativas aos possíveis níveis de transparência ativa (ausente, insuficiente, parcial, integral); (3) inferências e interpretações consolidadas dos resultados obtidos. Os resultados mostram que desde a sua elaboração, a política de assistência estudantil na instituição não contempla integralmente o princípio da transparência ativa, dado seu nível parcial com que as informações sob este enfoque são apresentadas à sociedade, em suas prestações de contas anuais. Embora a consolidação de resultados indique a parcialidade, é possível demonstrar que dentre os requisitos considerados na composição das pontuações finais, há três que alcançam e mantêm seu nível integral de transparência ativa (registro das competências e estrutura organizacional, formas de participação cidadã nos processos decisórios e apoio pedagógico), o que representa um ponto positivo, como também há um que se mantém com nível ausente (respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade), considerado então como um ponto latente que requer melhoria. Este estudo reafirma resultados anteriores que apontam o déficit de transparência ativa nas instituições federais de ensino, mas além de identificar em que medida ela é contemplada, desloca o olhar para compreender que a transparência se manifesta de maneira multidimensional, pois, além da aderência aos requisitos normativos mínimos, deve traduzir os variados aspectos sociais da instituição, incorporando-se como uma ferramenta de avaliação, cuja informação institucional produzida, voluntária ou não, esteja ao alcance da compreensão da sociedade.

Palavras-chave: Transparência ativa. Lei de Acesso à Informação. Assistência Estudantil. Prestação de Contas.



## **ABSTRACT**

The research aims to identify the extent to which the annual management report addresses the principle of active transparency with regard to student care policy at IFPE. The methodology uses the qualitative and quantitative approach, being descriptive, applied and characterized in its investigation as a case study, applying the content analysis method in three steps: (1) elaboration of an analysis model based on adherence to normative requirements related to three dimensions (Access to Information Law, annual accountability and student assistance). Data are collected from the reports, via document analysis technique, considering in its cross-section the periods of 2012 and 2017; (2) treatment, analysis and categorization of data, within the model that allows the generation of scores related to the possible levels of active transparency (absent, insufficient, partial, integral); (3) inferences and consolidated interpretations of the results obtained. The results show that since its elaboration, the student assistance policy in the institution does not fully contemplate the principle of active transparency, given its partial level with which the information under this approach is presented to society in its annual accounts. Although the consolidation of results indicates partiality, it is possible to demonstrate that among the requirements considered in the composition of the final scores, three reach and maintain their full level of active transparency (registration of competencies and organizational structure, forms of citizen participation in decision making and pedagogical support), which represents a positive point, as there is also one that remains with an absent level (answers to society's Frequently Asked Questions), considered then as a latent point that requires improvement. This study reaffirms previous results that point to the deficit of active transparency in federal educational institutions, but in addition to identifying the extent to which it is contemplated, shifts the gaze to understand that transparency manifests itself in a multidimensional manner, because, in addition to adherence to the requirements minimum standards, should translate the various social aspects of the institution, incorporating itself as an evaluation tool, whose institutional information produced, voluntary or not, is within the comprehension of society.

**Keywords:** Active Transparency. Access to Information Law. Student Assistance. Accountability.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 — Modelo de Análise de Níveis de Transparência Ativa com enfoque em Política de Assistência Estudantil. ....                        | 21  |
| Quadro 2 — Síntese de estudos nacionais recentes com enfoque no modelo de análise sobre Transarência Ativa. ....                             | 26  |
| Gráfico 1 — Categorias para os Níveis de Transparência Ativa .....                                                                           | 22  |
| Figura 1 — Conteúdo Virtual sobre Assistência Estudantil no IFPE .....                                                                       | 43  |
| Figura 2 — Presença dos Institutos Federais no Brasil .....                                                                                  | 45  |
| Figura 3 — Presença dos Institutos Federais em Pernambuco. ....                                                                              | 45  |
| Figura 4 — Estrutura Organizacional do IFPE .....                                                                                            | 46  |
| Figura 5 — Aplicação da Ferramenta de localização de palavras e termos da Adobe Acrobat Reader DC .....                                      | 53  |
| Figura 6 — Identificação de palavras e termos do documento após localização da ferramenta do Adobe Acrobat Reader DC .....                   | 54  |
| Figura 7 — Relatórios de Gestão do IFPE. ....                                                                                                | 56  |
| Figura 8 — Relatório de Gestão do IFPE - 2012 .....                                                                                          | 56  |
| Figura 9 — Visualização do Relatório de Gestão - 2017 .....                                                                                  | 57  |
| Figura 10 — Rotina de Propriedade do Documento - Descrição do Autor. ....                                                                    | 58  |
| Figura 11 — Rotina de Propriedade do Documento - Segurança .....                                                                             | 58  |
| Gráfico 2 — Resultado para o Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012 e 2017) .....                                                        | 113 |
| Gráfico 3 — Composição da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012 e 2017) .....                                              | 113 |
| Gráfico 4 — Desagregação da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012) por Indicador/Requisito .....                           | 115 |
| Gráfico 5 — Desagregação da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2017) por Indicador/Requisito .....                           | 115 |
| Gráfico 6 — Visualização pareada da Desagregação da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012 e 2017) por Indicador/Requisito. | 117 |

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

|           |                                                                      |
|-----------|----------------------------------------------------------------------|
| CF        | Constituição Federal                                                 |
| CGU       | Controladoria Geral da União                                         |
| CONSUP    | Conselho Superior                                                    |
| DAE       | Diretoria de Assistência ao Estudante                                |
| DC        | Document Cloud                                                       |
| DN        | Decisão Normativa                                                    |
| et al     | e outro                                                              |
| FONAPRACE | Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis |
| IFES      | Instituição Federal de Ensino Superior                               |
| IN        | Instrução Normativa                                                  |
| KB        | Kilobyte                                                             |
| LAI       | Lei de Acesso à Informação                                           |
| MEC       | Ministério da Educação                                               |
| MPF       | Ministério Público Federal                                           |
| PAE       | Programa de Assistência Estudantil                                   |
| PDF       | Portable Document Format                                             |
| PNAES     | Programa Nacional de Assistência Estudantil                          |
| SIC       | Serviço de Informação ao Cidadão                                     |
| TCU       | Tribunal de Contas da União                                          |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                         |            |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                 | <b>12</b>  |
| 1.1      | CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA .....                                                                        | 15         |
| 1.2      | JUSTIFICATIVA .....                                                                                     | 15         |
| 1.3      | OBJETIVOS .....                                                                                         | 16         |
| 1.3.1    | <b>Objetivo geral .....</b>                                                                             | <b>16</b>  |
| 1.3.2    | <b>Objetivos específicos .....</b>                                                                      | <b>16</b>  |
| <b>2</b> | <b>METODOLOGIA .....</b>                                                                                | <b>17</b>  |
| <b>3</b> | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>                                                                      | <b>23</b>  |
| 3.1      | ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA ATIVA .....                                                              | 23         |
| 3.1.1    | <b>Avaliação da Transparência Ativa no Setor Público .....</b>                                          | <b>24</b>  |
| 3.1.2    | <b>Lei de Acesso à Informação e Comunicação Pública .....</b>                                           | <b>34</b>  |
| 3.2      | DEMOCRATIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E TRANSPARÊNCIA ATIVA .....                                   | 37         |
| 3.2.1    | <b>Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES .....</b>                                        | <b>38</b>  |
| 3.2.2    | <b>PNAES no IFPE – O Programa de Assistência Estudantil (PAE) .....</b>                                 | <b>41</b>  |
| 3.3      | O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO .....                               | 43         |
| 3.4      | CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....                                                          | 47         |
| 3.4.1    | <b>Prestação de Contas e TCU .....</b>                                                                  | <b>48</b>  |
| 3.4.2    | <b>Relatórios de Gestão Anuais do IFPE .....</b>                                                        | <b>51</b>  |
| <b>4</b> | <b>TRATAMENTOS E PRÉ-ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS .....</b>                                              | <b>53</b>  |
| 4.1      | TRATAMENTOS DOS DADOS .....                                                                             | 53         |
| 4.1.1    | <b>Coleta dos documentos .....</b>                                                                      | <b>55</b>  |
| 4.2      | PRÉ-ANÁLISE DOS INDICADORES/REQUISITOS .....                                                            | 58         |
| 4.2.1    | <b>Dimensão 1 - Transparência Ativa – Lei de Acesso à Informação (LAI) .....</b>                        | <b>59</b>  |
| 4.2.2    | <b>Dimensão 2 - Prestação de Contas Anuais ao Tribunal de Contas da União - TCU .....</b>               | <b>69</b>  |
| 4.2.3    | <b>Dimensão 3 – Assistência Estudantil - PNAES .....</b>                                                | <b>78</b>  |
| <b>5</b> | <b>RESULTADOS .....</b>                                                                                 | <b>112</b> |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                       | <b>117</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                | <b>119</b> |
|          | <b>APÊNDICE A — CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DAS DIMENSÕES A PARTIR DO RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL .....</b>    | <b>130</b> |
|          | <b>APÊNDICE B —RESULTADOS DA MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA ATIVA DO IFPE (2012 E 2017) .....</b> | <b>134</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Observa-se que há frequentes questionamentos da sociedade quanto à atuação das instituições públicas, à adoção de certas políticas públicas em detrimento a outras, assim como a expectativa sobre os resultados a serem alcançados, muitas vezes sem a capacidade de avaliá-los. A compreensão do processo de avaliação de determinadas políticas públicas, programas ou ações, nem sempre é acompanhada, ou seus resultados são divulgados. Tal divulgação também ocorre pouco perceptível ou não transparente para um cidadão comum. Tratando-se da temática educacional, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), legitimado pelo Decreto nº 7.234/2010, preconiza o que as instituições de ensino devem cumprir.

Quando falamos em prestação de contas e principalmente transparência no contexto público, verificamos que se trata de um tema emergente associado à confiança que a sociedade atribui às ações institucionais. De acordo com Meirelles (1999), a prestação de contas é gerida por um conjunto de Poderes e órgãos constitucionais, e realizada por representantes do Governo. A propósito, tais representantes enquanto gestores públicos, por concentrarem autoridade política tornam-se pré-condicionados para o exercício da responsabilização e transparência (MELO, 2011).

O direito do cidadão às informações de interesse público, já está previsto no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, quando determina que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Contudo, a relação entre poder público e cidadão é mais bem percebida com a aplicabilidade efetiva dos dispositivos da Lei nº 12.527 de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI). Essa modalidade de comunicação prevê a transparência ativa quando regulamenta o direito fundamental do cidadão ao acesso às informações e dados da administração pública, conforme Mendieta (2012) e Yazigi (1999).

A transparência pode ser classificada como Ativa ou Passiva, em que segundo a LAI, para a primeira classificação está a condição da obrigatoriedade de órgãos e entidades dos Três Poderes da União, e também do Distrito Federal e Municípios em divulgar informações públicas em sítios eletrônicos oficiais, por meio da *internet*. Já para a segunda classificação, cabe ao cidadão a condição de demandar tais informações públicas, formalmente por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), quando houver indisponibilidade de tais informações

nos sítios eletrônicos citados, ou mesmo se a informação encontrada esteja incompleta ou incompreensível (BRASIL, 2011).

O enfoque deste estudo está para a Transparência Ativa, a qual segundo Mendieta (2012) e Yazigi (1999), neste tipo de transparência as informações disponibilizadas são pertinentes ao desempenho do próprio órgão ou entidade e seus agentes públicos e ocorre de modo voluntário ou por imposição legal, difundidas de modo sistêmico e periódico, e principalmente não sendo provocada por demandas sociais ou aleatoriamente por órgão de controle.

As informações solicitadas podem tratar de contratos, indicadores de desempenho de gestão, orçamento, atribuições de servidores ou do próprio órgão, avaliação de políticas públicas, dentre outras naturezas institucionais. Para Yazigi (1999), há a possibilidade de monitoramento e cobrança de direitos sociais pela sociedade por meio da prática da transparência ativa no Estado, a propósito, a modernização do Estado é configurada por este instrumento. Neste sentido, Mendieta (2012) argumenta que é possível haver a compreensão e o controle do funcionamento do Estado por meio da obtenção pela sociedade de informações e dados compatíveis.

Com base em Zorzal e Rodrigues (2017) verifica-se que com a iniciativa das instituições públicas em dispor dados de interesse social, de maneira completa, atualizada e ainda garantindo a qualidade da compreensibilidade, haverá a promoção da transparência ativa. Por conseguinte haverá um fortalecimento do exercício de cidadania, do princípio da democracia e da participação social, bem como em contrapartida a eficiência e racionalidade da gestão pública diante da cultura da transparência em detrimento ao sigilo.

Internacionalmente a discussão acerca da transparência, segundo Grimmelikhuijsen e Meijer (2014), de um modo geral ela é definida como a medida com que uma organização pública permite que os atores externos monitorem e avaliem seu funcionamento interno, além do desempenho. Para Grimmelikhuijsen (2012), a transparência e a confiança em uma entidade pública são percebidas com um sentimento misto pela sociedade, associada à obtenção de reais benefícios que o governo é capaz de promover, além do simples ato deste governo em transparecer ou divulgar tais feitos.

Ainda para Porumbescu (2015) a transparência é analisada como um meio para que o cidadão tenha mais participação e vocalização nas tomadas de decisões do Governo, além de permitir avaliar o desempenho deste e de seus gestores. Percebe-se, conforme Grimmelikhuijsen et al. (2017), que a importância da transparência institucional ganhou destaque para acadêmicos, políticos e formuladores de políticas públicas, desde que em 2009, quando o presidente dos EUA à época, Barack Obama instituiu Diretrizes do Governo Aberto.

A transparência proativa, para Grimmelikhuijsen e Klijn (2015), está condicionada ao fato de dispor de informações de relevância social, acerca de uma entidade pública e seu desempenho, procedimentos e tomadas de decisão e tais informações precisam ser disponibilizadas por meio de um canal de comunicação de alcance da sociedade.

No Brasil, o nível de transparência ativa da gestão pública é comprometido, já que 23 capitais, analisadas por Machado, Marques e Macagnan (2013), não cumpriam a LAI e desde a promulgação, há limitação na divulgação e lacunas, além de outras informações incompletas sobre acompanhamentos de programas, projetos, ações e obras. A transparência ativa nas instituições públicas de ensino superior foi analisada com enfoque na publicidade em *websites* e portais eletrônicos em Platt Neto, Cruz e Vieira (2004), Pessoa (2013) e Rodrigues, G.M. (2013), mas no que se refere à análise da transparência ativa por meio do Relatório de Gestão de tais instituições, há certa escassez, porém, já há estudos com este perfil (Silva, Vasconcelos e Silva, 2013; Zorzal, 2015).

A análise da transparência ativa no IFPE enfoca o possível controle social sobre a democratização e a inclusividade social na instituição e estes são elementos identificados nos objetivos do PNAES, um programa executado no âmbito do Ministério da Educação e que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens da educação superior pública federal, algo que está passível de controle social na fase de execução e avaliação nas instituições.

Quanto aos instrumentos de controle social, conforme Breder (2008), a disponibilidade e transparência de informações vêm gradualmente se aprimorando, o que permite em menor ou maior grau a conscientização e mobilização de atores sociais. Neste sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) incorpora o estímulo ao controle social como objetivo institucional, em seus planos estratégicos.

Em específico, nas prestações de contas anuais das autarquias federais de ensino, os Relatórios de Gestão espelham-se nas regras gerais para organização e apresentação da prestação de contas da administração pública federal, com base na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, e alterações com a IN nº 72/2013, além das Decisões Normativas – (DNs) anuais que basicamente reafirmam anualmente as normas quanto à estrutura do relatório, conteúdo, responsáveis, prazos e procedimentos para a prestação de contas.

Analizamos mais precisamente três dimensões de conformidade normativa a partir dos Relatórios de Gestão do IFPE: (1) aderência à forma e conteúdo da informação, segundo a IN 63/2010 e Decisão Normativa do TCU; (2) aderência aos requisitos mínimos da LAI (artigo 8º), quanto à disponibilidade espontânea da informação; (3) aderência aos objetivos, ações e requisitos do PNAES.

A perspectiva de *feedback* e controle social utilizada no contexto de transparência ativa, visa captar a relevância e a clareza da informação gerada à sociedade, quanto à divulgação e aplicação do orçamento público em ações voltados à política de assistência estudantil. Conforme elucida Rocha (2014), a educação não se limita ao ensino, sendo necessária a adoção de políticas públicas assistenciais, ampliando os componentes indispensáveis à execução do ensino, quais sejam: transporte, alimentação, infraestrutura básica, material escolar, dentre outros.

## 1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

É válido comentarmos que para um cidadão, a compreensão de termos técnicos lhe pareça difícil, como também para um gestor público sem conhecimento orçamentário, o desafio de tomar decisões baseadas em informações puramente técnicas e ainda atender conscientemente às demandas sociais e de órgãos de controle externo.

Se percebermos que em relatórios de gestão nem sempre os atos de gestão podem ser traduzidos, complementarmente, se encaixarmos um contexto social, em que para uma sociedade com nível de conscientização político-social baixa, subdesenvolvida economicamente e ainda sob um contingenciamento orçamentário, faz-nos inferir que pode haver um não monitoramento e comprometimento da exequibilidade de determinadas políticas públicas, como também a interrupção ou precarização de determinados programas de governo atuais na educação.

Um dos elementos que assegura a relevância e clareza da informação divulgada é a qualidade da *accountability* e da conformidade legal e normativa, qual está sendo avaliado determinado programa de governo, a partir da prestação de [[ Ó~çikr48contas à sociedade quanto ao alcance de suas metas. Neste contexto, surge então a questão de pesquisa deste estudo:

Em que medida a política de assistência estudantil do IFPE contempla o princípio da transparência ativa?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se por poder proporcionar ao cidadão a visibilidade e uma conscientização sobre o acompanhamento de informações, pertinentes à alocação de recursos do Governo Federal, em políticas públicas educacionais no IFPE. Esta autarquia federal de ensino é considerada a mais antiga do Brasil.



Destaca-se que o IFPE recebeu especificamente para as ações de assistência estudantil em 2017, apenas 3,37% do total da dotação orçamentária autorizada pelo Projeto de Lei Orçamentária autorizado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2017).

Esta pesquisa permitirá ainda aos gestores públicos do IFPE que geram e divulgam tais informações, identificar contingências e potencialidades tanto nos controles, quanto na comunicação gerada em relação à assistência estudantil. Os recursos podem vir a ser reavaliados e ampliados, seja por decisão interna dos gestores do órgão, ou por mecanismos legais (Lei, Norma ou Regulamento), numa perspectiva de otimização de recursos e aperfeiçoando da gestão destes, tornando perceptíveis as ações nos alcance de políticas educacionais./

Nas discussões que a comunidade acadêmica promove, o contexto acerca da assistência estudantil é relevante e cada vez mais ampliado, ganhando espaço na agenda do governo federal, quando verificamos o advento do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010). Foi conferido a esta temática ou contexto o *status* de política pública educacional, propiciando a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, contudo, o elo entre aplicação e avaliação de desempenho de tal política pública, especificamente no IFPE, merece ser explorado, horizontalmente, já que não há estudos voltados a este *gap*, embora se perceba uma demanda.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

O objetivo principal deste estudo é identificar em que medida o relatório de gestão anual, no tocante à prestação de contas acerca da política de assistência estudantil do IFPE, contempla o princípio da transparência ativa.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- Verificar os Relatórios de Gestão Anuais do IFPE do período de 2012 e 2017 no tocante às temáticas (PNAES, LAI e TCU) e seus requisitos;
- Comparar o conteúdo com os princípios da transparência ativa e critérios

normativos encontrados em três dimensões: Transparência Ativa (LAI), Prestação de Contas (TCU) e Assistência Estudantil (PNAES), evidenciando por meio de uma pré-análise extensiva a descrição dos achados encontrados;

- Estabelecer uma análise comparativa entre o cenário inicial (2012) e o atual (2017, dentro do critério metodológico) quanto à promoção da transparência ativa relativa à política de assistência estudantil agregando as três dimensões citadas.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada parte de uma abordagem quali-quantitativa, descritiva quanto aos objetivos, e aplicada quanto à finalidade, visando analisar o caso do IFPE por meio da aplicação do método análise de conteúdo. O método de investigação utilizado é o estudo de caso por permitir, segundo Prodanov e Freitas (2013), a coleta e análise de informações relativas a um específico indivíduo, família e/ou grupo visando explorar seus aspectos peculiares baseado no escopo/assunto de pesquisa.

A investigação foi conduzida com a intenção de explorar o conjunto complexo de fatores que envolvem um fenômeno central e apresentar as perspectivas ou os significados dos participantes (Creswell, 2010). A análise de conteúdo traz um caráter social quando de forma objetiva traduz um texto ao contexto social (BAUER; GASKELL, 2002).

Para este fim, foi aplicado o método análise de conteúdo nos relatórios do IFPE, utilizando a técnica de análise documental na lógica de raciocínio dedutivo e utilizou-se a análise do conteúdo para significar os dados coletados por meio textual, seguindo um conjunto de etapas (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998; FLICK, 2009; MINAYO, 2001).

Quanto às fases da análise de conteúdo, Bardin (2016) sintetiza o processo basicamente em três etapas:

(1) pré-análise – seleção e organização do material eleito, com leitura geral ou flutuante, familiarizando-se com os textos; escolha do documento para definição do corpus de análise; formulação das hipóteses e objetivos; elaboração de indicadores para interpretação do material coletado. Há de se observar ainda, conforme Bardin (1977), a orientação da regra de Exaustividade (constar todos os documentos do *corpus* de análise), Representatividade (amostragem se o número de dados for elevado), Homogeneidade (critério do padrão do documento) e Pertinência (adequação da fonte documental à propositura do estudo).

(2) exploração do material – construção de operação de codificações por meio de unidades de registros extraídos do texto, classificando-as, agregando-as e categorizando-as, com regras precisas para conservar a característica do conteúdo. As temáticas são organizadas em uma categoria inicial e por agregação geram uma categoria mais aglutinada, intermediária, possibilitando pelo processo indutivo fazer inferências (FOSSÁ, 2003).

(3) tratamento com interpretação dos resultados – realizar inferências dos resultados baseando-se no referencial teórico adotado, realizando uma análise comparativa dos achados, em seus aspectos semelhantes e distintos do referencial.

Baseado nessa sistematização, as operações sucessivas seguirão o seguinte roteiro:

Para a etapa (1) será utilizado o *website* do IFPE, como fonte de coleta dos dados secundários, disponibilizados por meio dos relatórios de gestão (*corpus* de análise) anualmente publicados. O recorte temporal adotado é o ano de 2012 e 2017, já que as vigências dos instrumentos normativo-legais analisados convergem a partir de 2012 e como limite o ano de 2017, por este ser o ano da publicação mais recente do relatório de gestão dentro da estrutura tradicional do TCU, pois a partir do exercício de 2018 o relatório de gestão ganhou uma nova estrutura chamada de Relato Integrado, aprimorada com novos elementos já em 2019, com base na DN 178/2019 (Brasil, 2019), portanto, estando dentro de padrões/diretrizes não comparáveis e ainda dinâmicos em termos de estruturação da informação a ser gerada, até a divulgação dos próximos relatórios do IFPE.

Importa salientar que o critério da avaliação entre os relatórios mantendo um intervalo de tempo, remonta à ideia contida na racionalidade da avaliação de políticas sociais, segundo Cohen e Franco (1993, p.29), considerando o que estes autores salientam, que dentre os defeitos tradicionais das políticas sociais, há a descontinuidade como um efeito que dificulta a avaliação de resultados de políticas sociais, já que os investimentos sociais e implementações de políticas públicas, neste contexto, requerem tempo necessário para amadurecerem.

Frente ao argumento dos autores é otimizante o uso do recorte temporal 2012 e 2017, como cenário inicial e atual respectivamente, para que se possa capturar o contraste nos resultados da avaliação e da aderência normativa relacionada neste estudo, possibilitando inferir e evidenciar os achados com maior qualidade.

A homogeneidade dos relatórios coletados foi estabelecida, já que a própria normativa do TCU preconiza a forma e conteúdo dos relatórios, padronizando-os. A pertinência do documento atende totalmente à proposta de estudo já que a transparência ativa é manifestada também por meio de tais relatórios exigidos pelo TCU.

O pressuposto levantado é que a ausência, insuficiência, parcialidade da informação, ou mesmo a complexidade do conteúdo comprometem a transparência ativa, já que os relatórios devem servir como instrumentos de transparência.

Complementarmente, é relevante esclarecer que buscamos analisar a presença de transparência ativa a partir dos relatórios de gestão, enquanto elemento de prestação de contas, já que a IN 63/2010 do TCU reconhece em seu artigo 3º que:

§ 5º A apresentação tempestiva do relatório de gestão, com o conteúdo e forma fixados em decisão normativa, configura o cumprimento da obrigação de prestar contas, nos termos do art. 70 da Constituição Federal.

Para o estabelecimento de indicadores do discurso/vocabulário, fizemos a análise lexical e sintática que permitirá o estudo dos códigos do texto na etapa (3). Observamos em Bardin (2016) o estabelecimento de convenções quanto ao vocabulário do texto, que neste estudo estão relacionados à política de assistência estudantil, visando capturar: o número total de palavras, ocorrências, variação de vocábulos, sinonímia, unidades semânticas e palavras plenas.

Paralelamente, em relação à conformidade com as normativas do TCU, dispositivo da LAI e do PNAES, estabeleceu-se um quadro de verificação semelhantemente ao estudo de Silva, Luzivan (2017), apenas quanto ao esquema de atribuição de pontuação e peso das dimensões/referências utilizadas. Tal autor analisou a transparência ativa nos Institutos Federais de Educação no Brasil, considerando, como parâmetro para o estudo, a concepção de um *ranking* nacional de transparência, com base na capacidade de aderência às normativas e leis pertinentes à LAI, a Escala Brasil Transparente (EBT), o Índice de Transparência do Poder Legislativo e os parâmetros do Ministério Público Federal (MPF) com instrumentos de Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Este estudo, de modo mais específico, se utilizou da capacidade de aderência aos dispositivos do PNAES, normativas do TCU e instrumentos da LAI como referência. Tais normativas e os dispositivos legais comporão os indicadores do modelo de análise, no qual cada indicador receberá uma pontuação. A mensuração dos indicadores foi feita da seguinte maneira: a soma da pontuação dos indicadores(i) será dividida pela quantidade de indicadores de cada referência/dimensão (normativa), multiplicando tudo pelo peso atribuído a cada referência.

Por exemplo, a dimensão referencial da (D1) possui 7 indicadores (i) extraídos da LAI e assume um peso nº 40. Em relação aos pesos atribuídos, importa esclarecer que o total de 100 pontos foi dividido entre as três dimensões, porém, para que não houvesse um número com dízimas (33,3333...), adotamos a dezena mais próxima (40) e atribuímos às duas dimensões cuja relação de prioridade e protagonismo no estudo é principal, quais sejam, a LAI (D1) e PNAES (D3), restando os 20 pontos finais para a do TCU (D2). Algebricamente o modelo ficaria da seguinte forma para a D1:

$$D1 = \frac{(i1+i2+i3+...i7)}{7} \times 40$$

Após calcularmos a pontuação (R) para cada Dimensão, obtivemos somatoriamente uma pontuação final (P1+P2+P3) para cada documento coletado, sendo então possível realizar uma comparação dos relatórios de gestão divulgados, com um recorte comparativo e uma análise micro dos cenários da assistência

estudantil e transparência ativa no IFPE.

O Quadro1 abaixo mostra o Modelo de Análise adotado para compor uma pontuação para demonstrar, numa escala de 0 a 100, a condição com que a política de assistência estudantil contempla a Transparência Ativa institucional, baseado em quatro níveis (Ausente, Insuficiente, Parcial ou Integral), conforme o Gráfico 1 adiante.

O modelo proposto baseado no estudo de Silva, Luzivan (2017), obteve adaptações para que fosse possível dar um enfoque à política de assistência estudantil, através da aderência normativa pertinente, no intuito de capturar por meio de relatório de gestão anual, a capacidade institucional de geração da informação à sociedade por meio da prestação de contas. Entendemos que o simples fato de dispor dados e informações ao público, não necessariamente significa transparecer de forma clara e em linguagem de fácil compreensão, a este mesmo público, os atos de gestão e ou ações pertinentes às políticas públicas, em específico a referente ao PNAES.

A perspectiva de análise está para a captura da transparência institucional, a partir da oferta de informações que a instituição promove à sociedade pelos seus gestores, com foco no PNAES, na ocasião da prestação de contas do órgão ao TCU, por meio dos seus relatórios de gestão anuais, em atendimento às normativas e legislação pertinentes à transparência ativa consubstanciada na LAI.

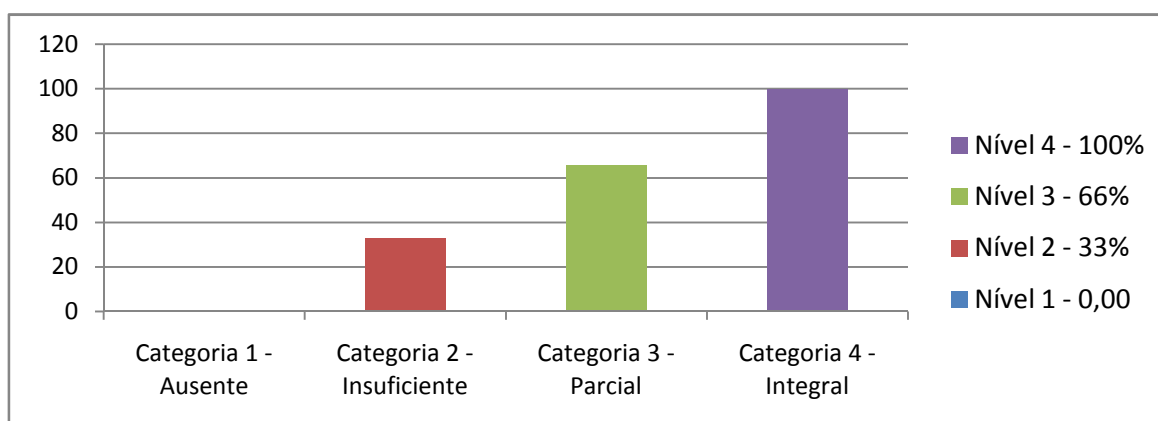
Quadro1 – Modelo de Análise de Níveis de Transparência Ativa com enfoque em Política de Assistência Estudantil (continua)

| DIMENSÕES                    | FUNDAMENTOS                                                | INDICADORES/REQUISITOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | PONTUAÇÕES INDIVIDUAIS                                                                        | PESOS | PONTUAÇÕES DAS DIMENSÕES |
|------------------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------------|
| D1<br>TRANSPARÊNCIA<br>ATIVA | LAI<br>Lei nº 12.527/11<br>(art. 8º) Requisitos<br>mínimos | Registro das <b>competências</b> e<br>estrutura <b>organizacional</b><br>Registro de <b>endereços</b> e<br><b>telefones</b> das respectivas<br>unidades e <b>horários</b> de<br><b>atendimento</b> ao público<br>Registros de quaisquer<br><b>repasses</b> ou <b>transferências</b><br>de <b>recursos financeiros</b><br>Registros das <b>despesas</b><br>Informações concernentes a<br>procedimentos <b>licitatórios</b> ,<br>inclusive os respectivos<br><b>editais</b> e resultados, bem<br>como a todos os <b>contratos</b><br>celebrados<br>Dados gerais para o<br>acompanhamento de<br><b>programas, ações, projetos</b><br>e <b>obras</b> de órgãos e<br>entidades<br><b>Respostas a perguntas</b> mais<br>frequentes <b>da sociedade</b> . | 1 -Integral<br>0,66 - Parcial<br>0,33 -<br>Insuficiente<br>0 - Ausente ou<br>não identificado | 40    | P1                       |

Quadro 1 – Modelo de Análise de Níveis de Transparência Ativa com enfoque em Política de Assistência Estudantil (conclusão)

| DIMENSÕES                           | FUNDAMENTOS                                                                                                                               | INDICADORES/REQUISITOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | PONTUAÇÕES INDIVIDUAIS                                                                  | PESOS | PONTUAÇÕES DAS DIMENSÕES |
|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------------|
| D2<br>PRESTAÇÃO DE<br>CONTAS ANUAIS | TCU - IN 63/2010<br>Forma e Conteúdo da Informação (Arts.3º e 4º) (Relacionamento com a Sociedade) Anexo único da Portaria TCU nº 65/2018 | <b>Canais de acesso do cidadão</b><br><b>Carta de Serviços ao Cidadão</b><br>Aferição do grau de <b>satisfação dos cidadãos-usuários</b><br>Mecanismos de <b>transparência das informações relevantes</b> sobre a atuação da unidade<br>Medidas para garantir a <b>acessibilidade aos produtos, serviços e instalações</b><br>Informações sobre <b>indenizações</b> a clientes no âmbito administrativo e <b>judicial</b><br>Formas de <b>participação cidadã</b> nos <b>processos decisórios</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 1 -Integral<br>0,66 - Parcial<br>0,33 - Insuficiente<br>0 - Ausente ou não identificado | 20    | P2                       |
| D3<br>ASSISTÊNCIA<br>ESTUDANTIL     | PNAES<br>Decreto nº 7.234/10 (art.3º)                                                                                                     | <b>Democratizar</b> as condições de <b>permanência</b> dos jovens na educação superior pública federal<br>Minimizar os efeitos das <b>desigualdades sociais</b> e regionais na <b>permanência e conclusão</b> da educação superior<br>Reduzir as taxas de <b>retenção e evasão</b><br>Contribuir para a promoção da <b>inclusão social</b> pela educação<br><b>Moradia</b> estudantil<br><b>Alimentação</b><br><b>Transporte</b><br>Atenção à <b>saúde</b><br><b>Inclusão digital</b><br><b>Cultura</b><br><b>Esporte</b><br><b>Creche</b><br><b>Apoio Pedagógico</b><br>Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com <b>deficiência, transtornos globais</b> do desenvolvimento e altas habilidades e <b>superdotação</b><br>Caberá à instituição federal de ensino superior definir os <b>critérios</b> e a <b>metodologia de seleção</b> dos alunos de graduação a serem beneficiados<br><b>Mecanismos</b> de acompanhamento e <b>avaliação</b> do <b>PNAES</b><br>Compatibilizar a quantidade de <b>beneficiários</b> com as <b>dotações orçamentárias</b> existentes | 1 -Integral<br>0,66 - Parcial<br>0,33 - Insuficiente<br>0 - Ausente ou não identificado | 40    | P3                       |
| TOTAIS: PESOS E PONTUAÇÕES FINAIS   |                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                                         | 100   | P1 + P2 + P3             |

Gráfico 1 - Categorias para os Níveis de Transparência Ativa



Fonte: O autor (2020) adaptado ao modelo de Silva, Luzivan (2017)

Quanto à pontuação inicial de cada indicador/requisito, em sua respectiva dimensão analisada, os critérios estão baseados em quatro categorias, das quais a transparência ativa será avaliada por meio da informação gerada nos relatórios de gestão. O Apêndice A demonstra individualmente o critério classificatório da pontuação para cada indicador, mas basicamente estas categorias classificatórias seguem o seguinte roteiro na descrição: integral quando houver plena aderência ao indicador/requisito, parcial quando alguma informação estiver incompleta ou parcializada, insuficiente quando houver omissão significativa ou superficialidade quanto ao assunto e ausente ou não identificado quando, de fato, a informação não for localizada ou mesmo inexistente no relatório.

Para etapa (2), fizemos em cada Relatório de Gestão a extração e atribuição dos dados aos indicadores/requisitos pré-estabelecidos, em cada uma das três dimensões, conforme roteiro do modelo de análise do Quadro (1), buscando constatar as conformidades com a normativa do TCU e da LAI e quanto à aderência aos critérios das atividades de assistência educacional estabelecidos pelo PNAES, classificando-os e pontuando-os, para que ao final de cada relatório, obtenhamos a pontuação final de cada relatório. De modo comparativo, entre os dois relatórios que contrastam o cenário inicial e atual, será obtido o recorte descrito na etapa (1), e consequentemente será possível interpretar os resultados de maneira individual e comparativa na etapa (3).

Para etapa (3), foram consolidados os resultados contrastantes gerados com a pontuação no recorte comparativo gerado na etapa (2) para cada relatório, analisando-os numa perspectiva de conformidade com a estrutura e conteúdo dos requisitos normativos, de modo a capturar a clareza e a compreensibilidade das informações selecionadas. Na interpretação dos resultados, também foi levado em consideração o discurso presente nos relatórios, baseando-se no referencial teórico, para que seja possível inferir o nível da transparência ativa na instituição a partir do recorte obtido, com relação às ações e políticas de assistência estudantil regidos pelo decreto do PNAES.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão teórica quanto à temática deste estudo ocorre com base na verificação das abordagens contidas na literatura internacional e nacional, estando esta última condicionada à LAI como marco regulatório brasileiro da transparência ativa.

#### 3.1 ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA ATIVA

Segundo O'Donnell (1998) há uma associação da transparência ao controle que deriva desta, havendo ainda uma distinção entre controle *vertical* e controle *horizontal*, em que no primeiro caso, o controle é exercido pela sociedade de maneira externa, através do controle social e por meio de prestação de contas (controle de contas). Já para o segundo caso ele é exercido de forma interna, hierarquizada administrativamente na esfera de cada poder, com caráter supervisor entre os órgãos. Neste contexto, o autor incorporou o termo *Accountability* ao caráter controlador sobre a prestação de contas, e as tomadas de decisões políticas.

A possibilidade de ampliação da qualidade da democracia, sobretudo a representativa, cresce com o controle vertical ou com os mecanismos de *accountability* vertical, dado o potencial de controle dos cidadãos sobre seus representantes e as instituições públicas (BEETHAM et al., 2008).

Verifica-se que a tradução exata para este termo de origem anglo-saxônica não é encontrada, inclusive, o consenso utilizado para *accountability* acaba ocorrendo em forma sinonímia para o que entendemos por “responsabilização” (LOPES; FREIRE, 2010; PINHO; SACRAMENTO, 2009), observa-se ainda, que não fosse apenas a falta de palavra adequada para a fiel tradução, há também o contorno dado ao conceito pela própria sociedade diante das circunstâncias existentes.

Internacionalmente verifica-se que o termo ainda não possui uma definição concreta, mas associado à “responsabilidade” ou *answerability*, na qual a concepção está para a justificação da informação, como também pode associar-se à *enforcement* mais relacionado à idéia de punição, então, a representação obtida para *accountability* revela o direito da sociedade em receber informações quanto às decisões tomadas, bem como a motivação para tal, inclusive, gerar a responsabilização e assunção de consequências decorrentes de delitos e erros eventuais (SCHEDLER, 1999).

Com este entendimento, a *accountability* associa-se ao princípio da transparência pública, e esta como um instrumento que propõe abertura das informações à sociedade e o acompanhamento das tomadas de decisões



(PIOTROWSKI; VAN RYZIN, 2007).

No contexto de transparência da gestão pública, o controle sobre os instrumentos da prestação de contas, tal como o monitoramento, a fixação de metas e avaliação de desempenho tornam-se fundamentais quando as informações geradas por meio destes instrumentos são utilizados pela administração pública, permitindo de forma subsidiária a formulação de políticas públicas, nesta ocasião, a *accountability* atinge certa amplitude, conforme Santos e Cardoso (2001).

A propósito, para Rua (2000) a capacidade da ampliação da transparência e da *accountability* nas ações de governo, pode ser alcançada por meio de avaliação, como potente instrumento de gestão pública quando utilizada no ciclo de gestão pública, subsidiando o planejamento, a formulação de intervenções, a implementação e o aperfeiçoamento, contribuindo, inclusive, com as atividades de controle nas instituições públicas e pela sociedade quanto à transparência das ações e governo.

Importa compreender que a qualidade da transparência é algo imprescindível e, segundo Michener e Bersch (2011), requer duas condições que se completam, a *visibilidade* (dimensão que requer fácil localização da informação) e a *inferabilidade* (dimensão que atribui à utilidade, verificabilidade e credibilidade da informação), de maneira que se torna uma falha avaliar transparência sem a coexistência destas condições, pois como argumenta os autores, informações incompreensíveis, certamente recaem na não verificação e conseqüentemente na inutilidade.

O enfoque neste estudo está, portanto, para a *accountability* vertical, especificamente no que diz respeito à informação pública como um atributo que operacionaliza o seu alcance. A transparência das informações públicas é um requisito fundamental para a concretização da *accountability* vertical ou *accountability* social, como também é chamada, segundo Diamond e Morlino (2004) apud Mattos (2018).

### **3.1.1 Avaliação da Transparência Ativa no Setor Público**

Visando identificar a tendência na análise da Transparência Ativa no Setor Público Brasileiro em estudos mais recentes, foi sistematizado no Quadro 2 abaixo, uma síntese que atém-se em evidenciar especificamente o Ente considerado como objeto de estudo, o Modelo de Análise aplicado e os Resultados obtidos com tais estudos. Talsíntese foi realizada com caráter sucinto, porém, direcionado e criterioso, sem a intenção de esgotar quanto aos achados sob tal temática, dado que uma revisão sistemática longitudinal se encarregaria de tal feito.

Tanto o Google Acadêmico, quanto o *Scientific Eletronic Library Online*

(SCIELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram utilizadas como base de dados eletrônicos para os achados de artigos científicos, teses e dissertações nacionais evidenciados no Quadro 2, bem como os internacionais explorados com a mesma temática na sequência. O critério utilizado na seleção dos estudos baseou-se em palavras-chave: transparência pública, transparência ativa, Lei de Acesso à Informação, além de inclusão apenas de estudos com exploração predominante ou exclusiva sobre da transparência ativa no setor público, dentro do contexto educacional e com lapso temporal de 2013 a 2019.

Na tendência de estudos nacionais recentes sobre Transparência Ativa, com base nesta síntese, predominam estudos que exploram como Ente as Instituições Federais de Ensino, quais sejam seus arranjos institucionais (ensino superior e/ou tecnológico), em essência as Autarquias Federais de Ensino que congregam a mesma finalidade social, subordinam-se ao mesmo poder público (Executivo) e gerido especificamente pelo Ministério da Educação.

Nos Modelos de Análise adotados predominam os estudos empíricos aplicados com a utilização de índices de transparência ativa pré-existentes, como também a concepção de novos índices e indicadores de transparência, com uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), já que a concepção e a mensuração de níveis de transparência emergem de conceitos trazidos pela norma/legislação, inclusive, a interpretação tem um caráter qualitativo fundamental no diagnóstico dos estudos.

A análise da aderência aos requisitos da LAI ocorre predominantemente a partir de sítios eletrônicos institucionais, com caracterização dicotômica, mas ganha mais possibilidade interpretativa quando assume o caráter categórico, pautando os níveis de transparência e ganham maior possibilidade contributiva quando alcançam as dimensões institucionais, permeando a instituição e sua gestão.

Os resultados destes estudos demonstram que a aderência à LAI é deficitária, ainda que esta aderência se trate de uma obrigatoriedade legal, as instituições públicas estudadas não atendem aos requisitos mínimos da transparência ativa, tão pouco em relação às informações complementares e ou voluntárias observáveis em seus sítios eletrônicos, e menos ainda nos casos em que foram explorados os relatórios anuais de gestão, onde há a concentração e a explanação de informações institucionais por parte da gestão.

O que chama a atenção é a convergência de que as informações quando encontradas nos sítios eletrônicos e relatórios anuais, apresentam-se dispersas levando, inclusive, à incompreensão devido a pouca clareza na linguagem.

Quadro 2 – Síntese de estudos nacionais recentes com enfoque no modelo de análise sobre Transparência Ativa (continua)

| Autor/Ano                  | Ente e Instrumento de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                            | Modelo de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                            | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| De Araújo & Marques (2019) | Órgãos que compõem o poder Executivo Federal Brasileiro (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                            | Avaliação classificatória em três categorias (integral, parcial e descumprido) quanto aos requisitos para o cumprimento das diretrizes legais da transparência ativa e passiva contidas na LAI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                            | Descumprimentos das diretrizes da transparência ativa com ausência de informações diversas requisitadas pela LAI, além de relatar a necessidade de aprimoramentos significativos nos sítios eletrônicos institucionais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Nunes (2019)               | Instituição Federal de Ensino Superior (servidores específicos e gestores estratégicos)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                            | Pesquisa documental sobre a demanda informacional recebida via e-SIC, categorizando-as para o estímulo à prática da transparência ativa. Entrevista semi-estruturada quanto à cultura informacional e transparência informacional baseando-se em indicador de cultura organizacional disponível na literatura                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                            | Não há uma cultura informacional devidamente constituída no processo de atendimento às demandas recebidas pelos servidores/gestores avaliados, o que compromete a naturalização da transparência ativa. O discurso dos entrevistados revela uma cultura ainda incipiente já que parte das categorias demandadas não foi identificada no cotidiano dos mesmos. Há 38 subcategorias que se sintetizam em 8 categorias: alunos, cotas, cursos, documentos, estágios, institucional, professores, Sistema de Seleção Unificada - SISU                                            |
| Lubke (2019)               | Conceituação (explanação sobre a normatização e diretrizes da transparência no combate à corrupção)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                            | Reflexão teórica sobre a transparência administrativa, normatização e a atitude cidadã em exigir e fiscalizá-la                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                            | Reconhecimento sobre a necessidade da transparência, acessibilidade e compreensibilidade de informações da Administração Pública, além da postura proativa a ser assumida pelo cidadão quanto em fiscalizá-las                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Melo, D. Arrais (2019)     | Instituições Federais de Ensino Superiores Brasileiras (IFES) (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                            | Avaliação categórica (total, avançado, significativo, moderado, frágil, mínimo, inexistente) do nível de transparência baseada no cumprimento dos requisitos mínimos essenciais e complementares da LAI, de acordo com o Índice Bidimensional de Transparência da Informação (IBTIPE) desenvolvido, baseado em atributos (completude e compreensibilidade) de qualidade da informação como produto                                                                                                                                                                           |
|                            | Dentre as instituições apenas quatro apresentam o cumprimento mínimo quanto aos requisitos mínimo da LAI e as demais apresentaram cumprimento frágil, estando na avaliação os atributos; incompletos e incompreensíveis muito incidentes. Em relação às informações complementares, a grande concentração está para o cumprimento frágil e mínimo, havendo apenas três ocorrências para moderada, estando os atributos: incompletos e incompreensíveis, e completos e incompreensíveis muito incidentes.                                                                     |
| Souza, Diego (2019)        | Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras (IFES) (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                            | Proposta de melhoria de divulgação de informações com utilização de um modelo focado na transparência ativa. O modelo preconiza a divulgação baseada tanto nos requisitos mínimos da LAI quanto em temas demandados pela sociedade capturados por meio de pesquisas e revisão sistemática da literatura e validados por meio de um grupo focal da instituição                                                                                                                                                                                                                |
|                            | Proposta final composta por 8 (oito) categorias sintéticas que se desdobram em outras subcategorias mais detalhadas. Basicamente a promoção da transparência ativa deve abordar informações quanto ao: ensino, extensão, institucional, licitações e contratos, pesquisa, receitas e despesas, serviços de informação ao cidadão, unidades administrativas. Verifica-se a incidência de temas em mais de uma categoria, porém esta condição revela as múltiplas relações com as atividades da instituição. Exemplo: acessibilidade, ações afirmativas, orçamento e auxílios. |

Quadro 2 – Síntese de estudos nacionais recentes com enfoque no modelo de análise sobre Transparência Ativa (continuação)

| Autor/Ano                   | Ente e Instrumento de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                             | Modelo de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                             | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Costa (2018)                | Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Federal Brasileiro (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                             | Avaliação dicotômica dos requisitos mínimos obrigatórios da LAI quanto à transparência ativa, com a criação de percentual de atendimento aos requisitos baseados na publicação das informações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                             | Os requisitos da LAI não estão sendo plenamente efetivados, tanto os elementos mínimos de transparência obrigatória, quanto as informações burocráticas/administrativas complementares relacionadas à execução orçamentária e financeira e processos administrativos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Klein, C. Regina (2018)     | Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras (IFES) (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                             | Avaliação da transparência pública com a criação do indicador de Nível de Transparência Pública (NTP), mensurado com intervalo de 0 a 100, agregando quatro níveis/categorias; (1) Transparência Ativa, (2) Transparência Passiva, (3) Boas práticas de Auditoria e (4) Plano de Dados Abertos, atribuindo pesos e proporções relacionadas à aderência à LAI e instrumentos normativos específicos quanto à transparência (LC 101/2000, indicador do MPF e CGU, dentre outros). Paralelamente à obtenção do indicador NTP, verificou-se estatisticamente com modelo de regressão certas variáveis que apontam uma relação forte com o NTP, volume de recursos e demandas de informações, quais sejam; tempo de existência da instituição, orçamento por matrícula, Índice Geral de Cursos (IGC).                                                                                                      |
|                             | Criação de um <i>ranking</i> do nível de transparência, e verificou-se que nenhuma instituição é plenamente transparente, em que 60% atingiram pontuação igual ou superior a 50 pontos, e 40% atingiram pontuação inferior a 50, qual a região sul representa mais transparência com mais de 63% e nordeste menos com mais de 46%. A 1ª colocação da pontuação atingiu 78 pontos (IFSC) e a última pontuação atingiu a 74ª colocação com 28 pontos (IFPI). Os testes estatísticos relevaram que o tempo da instituição não influencia positivamente o NTP, assim como o volume de orçamento, já o IGC apresenta uma influência positiva pois havendo mais avaliação de desempenho, os indicadores de transparência tende a aumentar. As demandas de informações e reclamações guardam uma relação direta como o NTP, uma vez que havendo o aumento da transparência, tais demandas tendem a diminuir. |
| Matos, Adilson (2018)       | Instituição Federal de Ensino Superior Brasileiro (entrevistas e sítio eletrônico institucional)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                             | Análise comparativa, com um diagnóstico operacional do conteúdo disponibilizado do portal eletrônico em relação ao minimamente exigido pela LAI. Complementarmente houve uma análise de percepção com entrevista com gestores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Matos, Ervânio (2018)       | Identificado que a instituição houve o planejamento para a implantação da LAI, inicialmente com informações desatualizadas e falhas de link pertinentes, sendo possível saná-las no decorrer do estudo. foi identificado que a instituição possui um responsável específico para a manutenção das informações para efeito da LAI.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                             | Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (entrevistas e sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                             | Analisar e descrever a percepção de contadores públicos acerca da promoção da transparência. Complementarmente mensurar o nível de índice de transparência pública (ITP) e identificar fatores determinantes da transparência fiscal destas instituições                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Senhoras (2018)             | Os profissionais entendem que os relatórios periódicos precisam de uma linguagem simples e acessível à sociedade e que os instrumentos legais representam os principais avanços relacionados à transparência, contudo, na atuação destes, não foram identificadas ações contributivas para a promoção da transparência fiscal. Os índices mostram que as instituições estão distantes da prática da transparência fiscal ativa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                             | Conceituação (explicação sobre a normatização e materialidade da transparência ativa e passiva)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|                             | Evidenciação de estudos relativos à transparência ativa e passiva nos Estados e Municípios com dados de pesquisa da CGU e MPF.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Belinski (2017)             | Reafirma apreensão assimétrica quanto à transparência pública (ativa e passiva), com efetividade na administração pública federal, embora haja baixa capilaridade no poder legislativo e judiciário e entes federativos subnacionais (Estados e Municípios)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                             | Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras (IFES) (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                             | Identificação de temas relevantes divulgados em portais institucionais conforme os requisitos da LAI quanto às melhores práticas de aquisições públicas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Carnicelli & Urnauer (2017) | A gestão universitária federal ainda não contempla as exigências de transparência ativa na divulgação dos atos administrativos sobre aquisições públicas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                             | Instituição Federal de Ensino Superior brasileiro (sítio eletrônico institucional)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                             | Proposta de incremento de canal de comunicação como mecanismo de busca de informações e ampliação da transparência ativa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Silva, A.B. (2017)          | Almeja-se a cultura da transparência proativa com base no modelo proposto e reconhece haver pouco cumprimento da LAI, mediante deficiências detectadas pelo controle externo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                             | Órgãos de Controle Externo municipal brasileiro (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                             | Investigação quanto ao acesso aos relatórios de auditoria relativos às prestações de contas municipais, com pesquisa documental guiada a partir dos sítios eletrônicos dos Tribunais de Contas Municipais                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                             | A maioria dos órgãos divulga documentos referentes às fiscalizações das contas municipais, contudo a divulgação não se volta claramente para o cidadão, requerendo ainda procedimentos objetivos e ágeis, para que haja transparência e clareza.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

Quadro 2 – Síntese de estudos nacionais recentes com enfoque no modelo de análise sobre Transparência Ativa (continuação)

| Autor/Ano                   | Ente e Instrumento de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                             | Modelo de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                             | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| De Oliveira, A.C. (2017)    | Instituição Federal de Ensino Superior Brasileira (sítio eletrônico institucional)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                             | Análise observacional comparativa do conteúdo em relação ao atendimento aos critérios mínimos da transparência ativa estabelecidos na LAI e nas orientações governamentais quanto às práticas em sítios eletrônicos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                             | A Instituição atende parcialmente às normativas pertinentes, bem como foi verificado um conteúdo disperso no sítio institucional, onde caberia concentrar-se em seção específica de acesso à informação. Enfatiza ainda a necessidade de persistência das práticas da administração pública quanto aos pressupostos da transparência ativa preconizadas já desde a CF/88.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Raupp <i>et al</i> (2017)   | Câmaras Municipais brasileiras (sítios eletrônicos)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                             | Levantamento descritivo por região, com avaliação da capacidade de atendimento aos indicadores legais da transparência ativa classificando-as em nula, baixa, média ou alta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                             | Mais de 90% dos portais não atende nem mesmo ao que se considera como mínimo na exigência da LAI, revelando a capacidade nula no atendimento integral aos indicadores legais de transparência ativa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Silva, Luzivan (2017)       | Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras (IFES) (sítios eletrônicos institucionais e informações obtidas via e-SIC)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                             | Avaliação do nível transparência ativa e passiva numa escala de 0 a 100 através de pontuações de indicadores categorizadas de acordo com o conteúdo (1- completo, 2- básico, 3 - insuficiente e 0 - não encontrado) relacionadas à aderência da LAI e o decreto 7.724/12. Há três dimensões analisadas com seus respectivos instrumentos/parâmetros: (1) Transparência Ativa (agregando índice de transparência do Poder Legislativo, índice de transparência ENCCLA do MPF e a Escala Brasil Transparente (EBT) da CGU), (2) Transparência Passiva (dados de solicitações via e-SIC) e (3) Boas práticas para fomentar a transparência (baseado em critérios do índice do Poder Legislativo).                 |
|                             | Dentre os múltiplos resultados, revela-se com mais concisão que nenhum dos IFES analisados cumprem com os requisitos presentes da LAI de forma plena. Mais de 63% das instituições não divulgam em seus sítios eletrônicos as respostas às perguntas mais frequentes da sociedade, nenhuma instituição cumpre com o previsto da LAI quanto à disponibilização de relatórios em formatos eletrônicos diversos, mais de 63% das instituições divulgam informações incompletas relativas aos seus programas, ações, projetos e obras. Nota-se ainda que na região estudada (NE ) o IFPE ocupa o último do <i>ranking</i> de pontuação da transparência ativa (11ª colocação dentre as 11 instituições analisadas) |
| Carossi (2016)              | Autarquias Federais de Ensino Superior (IFES) (sítio eletrônico institucional)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                             | Evidenciação de categorias de temas/conteúdos mais demandados pela sociedade, registrados no e-SIC, divulgados nos portais eletrônicos como dados abertos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                             | Identificação de temas concentrados em 20 categorias: quadro de servidores, concurso público, pesquisas acadêmicas, administração pública, cursos, alunos, assistência ao estudante, licitação, validação de diplomas, obras, patrimônio, dúvidas de servidores, despesas, documentos pessoais, infra-estrutura, orçamento, projetos de pesquisa, esclarecimentos, dúvidas de estudantes, reclamações.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Comin <i>et al</i> (2016)   | Municípios do Estado de Santa Catarina (sítios eletrônicos)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                             | Criação de indicadores dicotômicos de atendimento à LAI, a partir de <i>check list</i> de itens da LAI, e posteriormente análise da relação existente entre os indicadores criados e os indicadores socioeconômicos (população total, receita arrecadada, Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                             | Nenhum município atende a todas as exigências da LAI. Há uma relação positiva com o IDH-M, inclusive, os resultados também mostram que municípios menores têm divulgado maior número de informações voluntariamente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Moura (2016)                | Conceituação (explicação sobre as estratégias de governança digital), dialogando com o princípio da abertura e transparência de informações à sociedade elencando produtos e serviços (sítios eletrônicos).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                             | Exposição de objetivos estratégicos da governança digital nos eixos; acesso à informação, prestação de serviços e participação social                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                             | São apontadas articulações e planos estratégicos governamentais, que visam fortalecer e sedimentar as iniciativas nacionais acerca da governança digital, inserida no contexto de transparência pública e o relacionamento com a sociedade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Almeida (2015)              | Autarquia Federal de Ensino Superior brasileira (sítio eletrônico institucional)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                             | Avaliação dicotômica no atendimento aos critérios da transparência ativa estabelecidos na LAI, quanto às práticas em sítios eletrônicos, apresentando ainda casos de ações inovadoras de portais institucionais de transparências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                             | A autarquia apresenta informações desatualizadas, pouco adequadas aos normativos legais quanto aos requisitos do portal de transparência, além de o portal da instituição ser pouco convidativo ao uso da comunidade. A propósito, boa parte das informações desejadas encontra-se nos relatórios de gestão da instituição. Aponta-se que a acessibilidade existe, porém, as informações estão em locais divergentes.                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Bairral <i>et al</i> (2015) | Autarquias, Fundações e Órgãos Públicos Federais brasileiros (relatórios anuais de gestão)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                             | Construção do Índice de Transparência Pública Federal (ITPF) com abordagem dicotômica e ponderada                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                             | Baixo nível de transparência pública nos relatórios de gestão, deficiências na divulgação obrigatória e baixa aderência às práticas de divulgação voluntária.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

Quadro 2 – Síntese de estudos nacionais recentes com enfoque no modelo de análise sobre Transparência Ativa (continuação)

| Autor/Ano                       | Ente e Instrumento de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                 | Modelo de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                 | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Souza, R.G. <i>et al</i> (2015) | Todos os Estados Brasileiros (sítio eletrônico do Contas Abertas)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                 | Análise de fatores determinantes (sócio demográficos, econômicos e políticos) dos níveis de Transparência Ativa do Governo (TGA) nos Estados Brasileiros com base no Índice de Transparência do portal Contas Abertas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                                 | No ano inicial analisado, verificam-se dois fatores determinantes de TGA: nível educacional e renda, e no ano final analisado condutores sócio-econômicos e demográficos são substituídos por efeitos da atuação de órgãos de controle local quanto à transparência, o que revela que tal comportamento institucional em prol da aderência aos indicadores normatizados, caracteriza o efeito de isomorfismo e legitimidade descrito na teoria institucional.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Ventura (2015)                  | Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras (IFES) (entrevistas e sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                 | Avaliação com base em observação aos portais de transparência ativa utilizando a plataforma <i>online</i> ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios) baseada em pontuação de conteúdo pertinente à acessibilidade para pessoas com deficiência. Paralelamente foi avaliada a percepção dos gestores das IFES e da CGU baseada em entrevistas com questões abertas e dicotômicas por meio do e-SIC                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                 | As IFES brasileiras oferecem barreiras às pessoas com deficiências, já que limita a oferta de serviços em seus portais a este público, o que evidencia que não basta disponibilidade de informações, mas também de acessibilidade em espaços físicos e digitais. Há uma lacuna entre a lei e a realidade quanto à acessibilidade, já que esta está em segundo plano na implementação da LAI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Ventura & Siebra (2015)         | Conceituação (explicação sobre os requisitos da e-acessibilidade e a importância de sua implementação nos portais de transparência ativa a nível nacional.)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                                 | Apresentação de benefícios e requisitos da implementação de padrões da e-acessibilidade nos portais de transparência ativa para evidenciar a vantagem social.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                 | Evidencia-se que com a implementação almejada, haverá a eliminação de barreiras físicas e estruturação de informações no ambiente digital para o público comedido de deficiências. Tais feitos necessitam também ser tratados junto à modificação de hábitos culturais quanto à cultura do sigilo e do preconceito presentes na sociedade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Zorzal (2015)                   | Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras (IFES) (relatórios anuais e gestão)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                 | Análise dicotômica e somativa quanto à aderência aos requisitos/categorias de práticas de governança pública (certificações externas e internas, avaliação de desempenho e comparabilidade, compreensibilidade, controle, <i>disclosure</i> , governança, política contábil, riscos, tempestividade, aspectos operacionais e estratégicos, informações ambientais, informações sociais, gestão do patrimônio e o relacionamento com a sociedade). De acordo como o <i>ranking</i> acadêmico das universidades mundiais (ARWU) de 2013, compôs-se um grupo de instituições analisados, havendo uma representação para cada região do Brasil - totalizando cinco. O enfoque dado à transparência está fundamentada na LAI e inerente nas práticas governança, ambas verificáveis por meio dos relatórios. A análise ocorreu com base na verificação da intensidade do nível de transparência por meio de escalas dos somatórios de pontos (baixo - 0 a 20, médio-baixo - 21 a 40, médio - 41 a 60, médio-alto - 61 a 80 e alto - 81 a 100) |
|                                 | Dentre os resultados, pode-se sintetizar que nenhuma instituição atingiu o patamar de alta transparência, nem os princípios da boa governança. O maior nível o médio-alto foi atribuído à UFMG, UFRGS e UnB e o médio para UFPE e UFBA. Complementarmente importa salientar que dentre os resultados, verificou-se que a extensão dos relatórios não guarda relação com o nível de transparência, a propósito, há formatos descritivos múltiplos dos relatórios, o que dificulta a análise e compreensão, embora a estrutura seja padronizada pelo TCU                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Zuccolotto <i>et al</i> (2015)  | Conceituação (explicação e revisão literária internacional sobre conceitos e classificações da transparência.)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|                                 | Sistematização de conceitos e classificações para reposicionar o debate e a produção nacional acerca da transparência no contexto brasileiro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                 | Reconhecimento quanto à diversidade de perspectiva analítica conceitual e de mensuração da transparência nas pesquisas acadêmicas (orçamentária, contábil, institucional e organizacional, social ou cívica, processo licitatório, contratos e convênios). Qual seja a real definição de transparência, há uma diversidade de classificação; quanto à direção (vertical ou horizontal), quanto à variedade (eventos, processos, retroativa, tempestiva, nominal, efetiva), quanto à iniciativa (ativa ou passiva) e quanto às dimensões conceituais (visibilidade e capacidade de inferência). As perspectivas não se esgotam, mas o alinhamento conceitual evitará transposições de conceitos que dificultam a qualidade da análise quanto à transparência.                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Monteiro (2014)                 | Autarquia Federal de Ensino Superior (sítio eletrônico institucional)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                 | Avaliação do grau cumprimento dos critérios da transparência ativa estabelecidos na LAI, com elaboração de pontuações baseadas em cinco categorias (item sem informação (0), informação parcial sem registro de atualização (2,5), informação parcial com registro de atualização (5), informação integral sem registro de atualização (7,5) e informação integral com registro de atualização (10) .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|                                 | Mais de 40% das instituições estão abaixo da média desejada de acordo com a pontuação estabelecida, o que revela despreocupação com o cidadão. Revela ainda haver uma não associação com relação ao compromisso das instituições com a transparência e o volume de recursos aplicados. Há de se ter a transparência em uma série de vertentes para se chegar a um ensino de qualidade e sugere haver um núcleo de trabalho permanente pertinente à transparência para que não haja negligências de informações                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |



Quadro 2 – Síntese de estudos nacionais recentes com enfoque no modelo de análise sobre Transparência Ativa (conclusão)

| Autor/Ano                      | Ente e Instrumento de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                | Modelo de Análise                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Cavalcanti <i>et al</i> (2013) | Autarquias Federais Brasileiras (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                | Listagem de verificação/conformidade dicotômica de atendimento à LAI quanto à transparência ativa e passiva                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|                                | Mais de 60% da amostra estudada cumpriram com os itens analisados da LAI, contudo, 90% apresentam descumprimento no tocante a pontos específicos, tal como classificação de informações sigilosas, cópias de contratos e disponibilização de relatórios em formatos de planilha e ou texto, ou mesmo a estruturação da informação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Rodrigues, G.M. (2013)         | Instituições Federais de Ensino Superiores brasileiras (IFES) (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                                | Análise dicotômica quanto ao atendimento de aspectos relacionados à transparência ativa advindos da LAI, contextualizada com aportes teóricos quanto à cultura do acesso                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                                | Há níveis desiguais quanto à implementação da LAI no tocante aos requisitos pertinentes aos seus portais eletrônicos. O debate/esclarecimento acerca da LAI e a cultura do acesso por meio dos portais é insatisfatório. Apresentou-se ainda o fato de que dentre as instituições pesquisadas, há quem representem o Brasil entre as 100 melhores universidades da América Latina, segundo o ranking britânico QS ( <i>University Rankings - Latin America</i> 2013), mas que ainda assim, não possuem definida uma política global de comunicação institucional, estando a UFRJ como a única com tal política e indicadores comparativos de transparência ativa presentes em seu portal |
| Wright (2013)                  | Municípios Brasileiros (sítios eletrônicos institucionais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                | Avaliação do grau de Transparência Fiscal ativa de Municípios Brasileiros, selecionados por amostragem e a identificação de fatores sociais determinantes desta transparência (urbanização, educação, idade, renda per capita, receita tributária, competição política)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                | Identificados três grupos de municípios na amostragem; 1) municípios sem sites e informações fiscais (16,41%), 2) municípios com sites porém sem portal da transparência com dados orçamentários e financeiros (20,31%), 3) municípios com sites e dados orçamentários e financeiros (63,28%). As regiões Norte e Nordeste apresentam maior dificuldade em viabilizar a Transparência Fiscal Ativa, ambas com mais de 50% da representação da amostra. Quanto aos fatores sociais determinantes, apenas a competição política não apresentou influência sobre o fenômeno complexo da transparência ativa fiscal dos municípios, sendo a educação superior a que obteve maior influência. |

Fonte: O autor (2020).

Estudos internacionais anteriores já indicaram que a democracia de um país é minada pela prevalência da corrupção e pela falta da transparência na gestão da coisa pública, fatores que comprometem a promoção do controle social (STIGLITZ, 2002; CUNILL GRAU, 2006; HOOD & HEALD, 2006; MEIJER, 2009; LINDSTEDT & NAURIN, 2010).

Há estudos recentes que tratam sobre temáticas ligadas à *Active Transparency* (transparência ativa) e à *Public Sector Transparency* (transparência no setor público), inseridas no contexto da utilização da transparência como ferramenta contra a corrupção e a valorização da democracia, incorporando ainda a compreensão de elementos como *stakeholders* (partes interessadas) e *disclosure* (divulgação) na análise da transparência da gestão pública (FUNG, 2013; CUCCINIELLO, PORUMBESCU & GRIMMELIKHUIJSEN, 2017; SCHNACKENBERG & TOMLINSON, 2014).

Fung (2013) analisou a transparência ativa na perspectiva de transparência democrática, legitimando-a por dois enfoques, pelos seus fins e meios. Pelos fins a transparência tem objetivo na promoção do bem-estar social, quando da influência dos cidadãos sobre o Estado representado por instituições. A influência almejada será possível, ou ainda eficaz, se o cidadão obtiver as informações públicas suficientes para garantir autonomia e intervenção diante dos mecanismos governamentais.

Pelos meios, o autor reconhece a obrigatoriedade da divulgação de informações por parte das instituições públicas e privadas, cabendo então a reflexão de que a transparência emerge da aderência legal e normativa como meio coercitivo para a garantia dos seus fins legais, sociais e democráticos.

Neste contexto o autor incorpora à transparência ativa o caráter democrático, reconhecendo, ainda, princípios que fundamentam sua manutenção, quais sejam:

Disponibilidade, pois a informação deve estar disponível e ao alcance do cidadão; Proporcionalidade, já que as informações precisam ser balanceadas uma vez que a sociedade detém limitações no alcance às informações geridas e controladas pelo governo, o que pode comprometer a confiabilidade da informação ou mesmo os interesses públicos; Acessibilidade, para que haja a capacidade de gerar informação compreensível, cuja linguagem contemple a coletividade; Capacidade de ação, para que diante de ações executadas por indivíduos e organizações, as estruturas políticas, econômicas e sociais permitam-lhes o uso de informações em seus favores, seja protetivamente ou para influência em instâncias superiores.

As contribuições de Fung (2013), com o reconhecimento de um ambiente informativo democrático, sejam pela oferta ou demanda de informações, reafirmam o que a literatura sobre transparência governamental trata, segundo Stiglitz (2002), com relação à capacidade da transparência reduzir assimetrias informacionais e disparidades entre o cidadão e a gestão pública, já que as ações de governo e políticas públicas nem sempre são traduzidas à sociedade.

Ao revisar sistematicamente 25 anos da literatura internacional, acerca da transparência governamental em publicações entre 1990 e 2015, Cucciniello, Porumbescu & Grimmelijsen (2017) identificaram, com base nos 187 estudos validados na pesquisa, dentre os achados, que mais de trinta por cento dos estudos não fixaram com precisão a forma da transparência analisada, abordando de maneira generalista, sem delimitá-la, tal como ocorre numa análise da transparência ativa de instituições governamentais através de seus sítios eletrônicos e ou relatórios anuais.

Os autores buscaram identificar a forma com a qual a transparência é materializada nos estudos, para tanto, utilizaram na sistematização a classificação da transparência identificando-a quanto ao objeto (transparência administrativa, política e orçamentária) e quanto à atividade (tomada de decisão, formulação de política e resultados/avaliações de políticas públicas), fixando, portanto, dois aspectos de relevo na literatura.

Ainda buscando analisar os efeitos/resultados da transparência, esses autores estabeleceram dois grandes grupos, os efeitos sobre o governo e os efeitos sobre os cidadãos. Para o primeiro abrange-se: a prestação de contas, corrupção, processos na tomada de decisão, desempenho, colaboração/interação governamental e gestão de fianças públicas. Quanto ao segundo se atribui:



participação cidadã, legitimidade de políticas, satisfação social e confiança em governo.

O estudo de Cucciniello, Porumbescu & Grimmelikhuijsen (2017) revela que há uma concentração de estudos empíricos entre o período de 2002 e 2015, com forte relacionamento entre gestão financeira/fiscal e transparência, inclusive, a abordagem qualitativa não possui tanta representatividade diante da quantitativa na análise histórica. No tocante aos tipos de transparência, sua exploração enquanto objeto representa mais de 57% dos estudos analisados pelos autores, no qual o objeto da transparência orçamentária está em evidência nas publicações internacionais.

Quanto à transparência das atividades, as tomadas de decisões representam o maior grupo de publicações e no contexto geográfico, verifica-se um déficit considerável de pesquisas sobre transparência no âmbito internacional com enfoque na América Latina, África, Ásia e em instituições internacionais, estando estudos Europeus e Norte Americanos com maiores representatividades, 31% e 21%, respectivamente. Ressaltam os autores que os estudos sobre a transparência são circunstanciais e passíveis de falha de aplicabilidade, de modo que faz mais sentido concentrar-se em avaliá-la onde e como a mesma funciona, do que apenas mensurá-la.

Embora verificado pelos autores uma reduzida abordagem de estudos na América Latina, em estudos anteriores da pesquisadora Cunill Grau (2006), verificou-se que nesta região as inquietações da sociedade civil propulsionam a maioria das leis de acesso à informação, dado o declínio gradativo do autoritarismo no ocidente, valorização da democracia e consequente ampliação da participação social na formulação de políticas públicas.

Em paralelo, apontou a autora que o mercado é também um fator impulsionador da transparência pública, dada a interdependência de segmentos industriais e comerciais frente à maneira como os recursos públicos são administrados e regulados pelo governo. Salientou a autora que a má gestão aliada à corrupção interfere negativamente no funcionamento dos negócios empresariais, deste feito, a transparência é requerida com o intuito de regulação de mercado e combate às práticas corruptas.

A latente demanda da sociedade por informações, quando legitimada por normas e legislações provoca nas instituições públicas um comportamento engessado que segundo Hood e Heald (2006) vem a caracterizar uma transparência que é mais ilusória ou nominal do que efetiva. Argumentam os autores que tal fenômeno ocorre quando as instituições geram um volume considerável de informações (principalmente por meios eletrônicos) para atendimento às exigências legais.

Este fato gera uma lacuna, pois, segundo os autores, na ocasião de geração das informações públicas não há um direcionamento voltado à capacidade da sociedade

em compreender tais informações ofertadas, sendo então ilusória a concepção de transparência, já que para a mesma ser efetiva, os autores preconizam haver também o atendimento aos requisitos básicos, sem os quais a transparência torna-se apenas nominal, quais sejam: compreensão, processamento e utilização da informação pelo usuário receptor – o cidadão.

Resta-nos com base nessa concepção de Hood e Heald (2006) despertar a criticidade sobre a aplicabilidade da transparência ativa predita pela LAI, já que a fiel aderência aos requisitos legais, em tese, redundaria na transparência institucional, contudo, não garante a fiel tradução das ações governamentais ou mesmo revela o produto institucional que é entregue à sociedade.

Nesta linha de raciocínio, é compreensível haver, segundo Michener e Bersch (2011), a constante prática de órgãos públicos na disponibilização de informações complexas e ou incompletas acerca de obras, contratos, pagamento de pessoal, licitações e conteúdos orçamentários puramente técnicos. Tal prática cerceia a capacidade de compreensão social ou mesmo do acesso dada a conglomeração em páginas eletrônicas, algo de descaracterizar efetiva transparência.

Os pesquisadores Schnackenberg e Tomlinson (2014) buscaram explorar os conceitos e definições da transparência através do estudo longitudinal de 19 anos (1990-2009), chegando a uma síntese dentre as múltiplas concepções detectadas, que a transparência possui uma multidimensionalidade, mais precisamente três dimensões bem delineadas, quais sejam: *disclosure* (divulgação), *clareza* e *acurácia* da informação gerada, muito embora tenham identificado disparidades na literatura reconhecendo um construto unidimensional para a transparência.

Dada as especificidades com que os pesquisadores nas áreas sociais e organizacionais têm se empenhado em definir, aplicar e avaliar a transparência, os autores inferem que a essência da transparência e suas aplicabilidades absorvem os múltiplos contextos, tal como cultura organizacional, mercado financeiro, governança, gerenciamento estratégico, dentre outros.

O destaque dado ao contexto organizacional é percebido, segundo os autores, quando se identifica a relevância existente da relação entre instituição ou organização e partes interessadas (*stakeholders*), sejam estas partes internas (colaboradores, empregados) ou externas (administração pública, acionistas e sociedade de maneira geral). Qual seja o receptor da informação, para os autores a transparência será promovida em função do *disclosure*, da clareza e da acurácia informacional, para tanto o emissor há de prezar pela qualidade da informação propositalmente gerada.

Os dois extremos (emissor e receptor) representam as partes em que a transparência representa o elemento capaz de ampliar o nível de consciência, compreensão e coerência da comunicação, estando, portanto, a qualidade da informação reconhecida na maioria dos estudos analisados pelos autores, como

peça fundamental para a promoção da transparência.

Em síntese Schnackenberg e Tomlinson (2014) expõem que a depender como os *stakeholders* percebam a qualidade informação e inspirem confiança na mesma, a transparência será alcançada valendo-se dos três fatores citados, numa relação proporcional: aumento do *disclosure* com uma percepção de uma informação mais oportuna, aberta, acessível e relevante; o aumento da clareza com a ampliação da compreensibilidade e simplicidade; aumento da acurácia com a maior precisão e confiabilidade.

Para Meijer (2009) a *Internet* é uma ferramenta com a qual os governos e o poder público, de uma maneira ampla, devem permitir a abertura de informações públicas à sociedade, permitindo além do controle social, também o gerenciamento da administração pública e seus agentes de modo que estes atuem apropriadamente, o que acarreta um controle sobre atos impróprios e redução da corrupção. A participação ativa da sociedade com tal ferramenta virtual resgata seu empoderamento legítimo e o balanceamento na distribuição do poder do Estado.

Complementarmente, à ideia de instrumentar a sociedade com ferramentas aliadas à transparência, Lindstedt e Naurin (2010) reconhecem que é necessário promover medidas que permitam a capacidade dos cidadãos em trabalhar as informações disponibilizadas pelo governo. Tais medidas são fundamentais e complementares nas reformas que visam o aumento da transparência e redução da corrupção, ou seja, além de dispor informações, as condições de publicidade e responsabilidade somam-se à circulação de mídia, educação e elegibilidade justas e livres, como efeitos positivos nesta construção da transparência.

Baseado nas colocações feitas pela literatura aqui explorada, quanto às condições e características da transparência ativa e *accountability*, cabe a reflexão de que os olhos da sociedade podem ver aquilo que está ao seu alcance, contudo, o fato de acessar uma determinada informação não garante-lhe uma sensibilidade crítica e uma compreensão efetiva da mesma, tão pouco utilizá-la e ou monitorá-la.

Portanto, visibilidade, clareza, qualidade da informação e a oferta espontânea de informações de utilidade pública são elementos positivos no incremento da transparência ativa nas instituições públicas. Retoma-se e valida-se com esta discussão o senso comum de que “o que os olhos não veem a sociedade não sente”.

### 3.1.2 Lei de Acesso à Informação e Comunicação Pública

A sanção da Lei nº 12.527 em 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), é uma conquista para a sociedade, pois, numa análise regressiva, verificamos que no Brasil e no mundo tal filosofia da cultura dos dados abertos em detrimento à cultura do sigilo nem sempre existiu.

Segundo Braman (2006), já após a Primeira Guerra Mundial, se observou a manifestação da cultura da transparência como meio de articulações internacionais para obtenção do bom êxito nas negociações, mas para o autor foi no século XX, por volta de 1980 que se observou mais concretamente o estabelecimento de leis de liberdade de informação em 11 nações do mundo, ampliando-se em 2004 quando 59 países alcançaram tal feito incorporando a transparência. Conforme Relly e Sabharwal (2009) é possível perceber a incorporação do direito de acesso à informação e da transparência às ações governamentais internacionalmente, possibilitando ainda a participação democrática.

No Brasil, o marco democrático que permitiu a participação popular na gestão da coisa pública é reconhecido com a promulgação da CF de 1988, legitimada como a Constituição Cidadã (CGU, 2012). Verifica-se na Lei Magna que o direito de acesso à informação e à transparência estão previstos no art. 5º (incisos XVI, XXXIII, XXXIV, LV, LXIX e LXXIII), também nos arts. 10, 14, 29, 31, 58 e 61, instrumentos estes que constituem condições férteis para o exercício do controle social.

Antes mesmo da LAI, a abertura efetiva de informações públicas no Brasil ocorreu com a sanção da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que previa basicamente responsabilidade da gestão fiscal baseado em normas de finanças públicas, com um enfoque na ação planejada para mitigar riscos e desvios que impactem no equilíbrio das contas públicas, gerando certo monitoramento acerca das ações do gestor público diante da sociedade, passíveis de penalização.

Também vale comentar que em 2009, evolutivamente, a transparência ganhou enfoque com a promulgação da Lei Complementar nº 131, mais conhecida como a Lei Capiberibe, ou também a Lei da Transparência, acrescentando elementos à LRF capazes de garantir a disponibilização de informações em tempo real, pertinentes à execução financeira e orçamentária de todos os entes federativos e da União. A Lei Capiberibe já havia previsto meios eletrônicos de acesso ao público para tal feito, com os quais foi possível a inserção da participação popular nos processos decisórios e audiências públicas durante a fase de elaboração de instrumentos orçamentários, tal qual a Lei de Diretrizes orçamentárias e Planos Plurianuais.

Por fim, em 2011 promove-se de maneira complementar e direcionada, a regulação do direito fundamental de acesso à informação no Brasil, com a sanção da Lei 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI), onde são previstos procedimentos a serem observados e praticados pelos entes federativos e pela União, alcançando as instituições, na figura dos órgãos públicos, com a filosofia da garantia do acesso à informação, já legitimado pela CF de 1988, mas que ganha reforço no tocante ao dever da gestão transparente da informação nos órgãos e também quanto ao amplo acesso e divulgação nestes.

Mais recentemente, em 2016, com a finalidade de também subsidiar o controle social sobre a coisa pública, o Governo Federal promove a política de

dados abertos por meio do Decreto 8.777 de 11 de maio de 2016, trazendo procedimentos também baseados na cultura da transparência pública, a exemplo da garantia do acesso irrestrito às bases de dados, permitindo a livre utilização de dados públicos pela sociedade, seja para fins de pesquisa científica ou para aplicabilidade da própria gestão pública em suas análises.

A LAI, significa um marco regulatório quando regulamenta o direito à informação, previsto na Carta Magna no seu art. 5º desde 1988, mas que só a partir de 2012 garante a qualquer pessoa, seja física ou jurídica, o direito de solicitar informações aos órgãos públicos, estipulando, prazos e procedimentos, de modo a expandir o conteúdo de tal matéria.

Para identificar as exceções às regras, a exemplo de restrição às informações caracterizadas como sigilosas e que comprometam a segurança do Estado, verifica-se que tais exceções vem ser tratadas ainda em 2012, com o Decreto 7.724, qual no âmbito do Poder Executivo Federal se estabelecem os procedimentos para restrição ao acesso à informação quanto ao grau, prazo e sigilo.

Verificamos que baseado nos princípios básicos da administração pública a LAI em seu art. nº 3, propõe ao governo nacional e subnacionais o dever de observar as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentes de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Em relação à disponibilização de informações de interesse público, seja ele solicitado ou não, os órgãos públicos e entidades devem provê-las, também facilitando o seu acesso em lugar adequado, por meios e instrumentos legítimos, principalmente em seus sítios eletrônicos, com o caráter de obrigatoriedade, constando segundo o art. 8º da LAI, no mínimo as informações quanto ao:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

No aspecto legislativo, historicamente observado, com relação à evolução da

cultura da transparência e do direito ao acesso à informação, no Brasil, como também nas experiências internacionais, segundo Angélicos (2012), há de serem observados os gargalos que dificultam a implementação da LAI, seja do ponto de vista da oferta (institucional), ou da demanda (sociedade), pois o autor, ao analisar experiências internacionais quanto a tais gargalos citados, verificou que para o primeiro ponto de vista as dificuldades são basicamente: a ausência de órgãos supervisores, baixa autonomia dos já existentes, limitação na estrutura da própria LAI e ausência de dispositivo legal quanto à penalidade pela violação do direito pela não resposta.

Já para o segundo ponto de vista as dificuldades que o autor aponta são: a sociedade desconhecer a norma e a legislação; receio de retaliação do governo e a falta de apoio de alguns grupos sociais, dado o privilégio de tais grupos em relação aos recursos e informações.

O enfoque dado a este estudo está alinhado com o ponto de vista da oferta de informações, institucionalmente promovida à sociedade, de maneira espontânea, tal como preconiza a LAI com relação à transparência ativa, algo verificável nos relatórios de gestão anuais do IFPE disponíveis no seu sítio eletrônico.

### 3.2 DEMOCRATIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E TRANSPARÊNCIA ATIVA

No processo de democratização nas Instituições de Ensino, a democratização do acesso à educação gratuita por si só não basta, pois, é imprescindível adotar-se mecanismos garantidores da permanência dos que ingressam, permitindo que efeitos das desigualdades sociais presentes em grupos de estudantes sejam neutralizadas, já que os segmentos sociais destes grupos apresentam condições que os comprometem de prosseguirem com uma vida acadêmica exitosa (FONAPRACE, 2001).

Foi observado que os programas de apoio ao estudante se davam a partir do esforço isolado de determinadas Instituições, geralmente insuficientes, sujeito muitas vezes à sensibilidade dos gestores (FONAPRACE, 2012). Desta feita, é possível entendermos que a ausência de orçamento público para a manutenção de políticas públicas, que garantam a criação de condições objetivas de permanência do segmento desassistido da população nas Instituições de Ensino, acarreta, na maioria dos casos, desistência dos cursos, como também retenção ou até o retardo de conclusão.

O desenvolvimento do estudante em sua plenitude acadêmica está associado à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência e avaliação de indicadores sociais relacionados às necessidades estudantis em termos de: moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer (REIS DUTRA; SOUZA SANTOS, 2017).

Ao analisar o nível de transparência e boas praticas de governança de uma

amostra de universidades das cinco regiões do Brasil, Zorzal e Rodrigues (2016) avaliaram seus Relatórios de Gestão anuais de 2013, atribuindo uma escala de valores, para capturar a condição com que as respectivas universidades e seus gestores demonstravam a capacidade de aderência normativa à LAI um ano após sua vigência.

As autoras concluíram não haver uma transparência ativa íntegra, mas sim mediana, juntamente com as práticas de governança, pois foi detectado que tais práticas, quando baseadas nos princípios de *accountability*, integridade dos atos de gestão e transparência, permitem a ampliação da transparência ativa e democratização das ações da gestão, tais quais as políticas públicas educacionais daquelas instituições.

Buscando elucidar como uma política pública nasce e permeia uma instituição, verificamos que alguns autores (RUA, 2009; RUA, 2013; Souza, 2006), expõem que há etapas pelas quais cada política pública passa, na qual consideram como sendo ciclos de políticas públicas, que independente de seguirem uma sequência na aplicabilidade, são fundamentais para a análise como um todo, quais sejam: Formação da Agenda, Formulação, Adoção, Implementação e Avaliação, sendo estas duas últimas as que ganharão o enfoque nesta pesquisa, conforme segue:

**Implementação:** propõe as tratativas para por em prática a política pública, sendo, portanto, possível executá-la quando elaborados todos os planos, programas e projetos que serão permitidos. É possível que ocorra por duas abordagens ou modelo de implementação: *topdown* (de cima para baixa) e *bottom-up* (de baixo para cima). No tocante a este estudo, o modelo *topdown* é considerado na análise, dado que a aderência ao PNAES e ao princípio da transparência ativa emana de Leis específicas.

**Avaliação:** esta etapa relaciona-se com o resultado obtido na implementação da política pública, focando a efetividade, eficácia e eficiência de um dado programa de governo. Há um processo sistemático de análise e de coleta de informações sobre o perfil, as características, impactos e processos de um programa, com a finalidade obter *feedback*, retroalimentação e controle na análise do processo de coleta e na análise sistemática de informações sobre as características e impactos de um programa, para que permita avaliar a geração de valor social e analisar o mérito do programa, o que corrobora com a capacidade de promover a transparência ativa sobre a referida política pública.

No momento em que o processo de implementação e o desempenho alcançado com a política pública são examinados, ocorre a avaliação, possibilitando conhecer o alcance de resultados, objetivos e metas desenhadas pela política pública de maneira *ex post*. Com base nessa característica da fase de avaliação, este estudo irá capturar através do relatório de gestão anual do IPFE, como a gestão acompanha e divulga à sociedade, seguindo o princípio da transparência ativa, a avaliação do PNAES na instituição, com base nos critérios de aderência aos requisitos contidos no próprio Decreto nº 7.234/2010, que legitima esta política

pública voltada à assistência estudantil.

A transição da cultura do sigilo para a cultura do acesso à informação legitima a temática da transparência das informações públicas, de modo que a participação da sociedade contribui com a mudança de tal paradigma. Ainda que haja o alcance da *accountability* (prestação de contas) é necessário também abertura, evidenciação, divulgação ou o *disclosure* de informações para a sociedade, conforme reafirma Zorzal e Rodrigues (2016), de forma acessível, completa, clara e oportuna, não limitando-se apenas à disponibilidade como uma prerrogativa democrática.

### 3.2.1 Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES

Já na CF de 1988 verifica-se a previsão da inclusividade dos direitos políticos e sociais dos cidadãos e mais precisamente no tocante à educação, a igualdade de condições para ter o acesso e a garantia da permanência na escola, conforme consta abaixo os artigos 205 e 206 do capítulo III da Carta Magna:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]. (BRASIL, 1988).

Baseado neste dispositivo constitucional, a política educacional presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN já em 1996 incorporou a temática da assistência estudantil, estabelecendo que no ensino estejam inerentes os princípios de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e processos formativos que vinculem a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996).

No período de 1996-1997 e 2003-2004 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE realizou uma Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e detectou desafios dos quais a baixa renda, desigualdades sociais e comprometimento da vida acadêmica, seriam gargalos que desafiavam o êxito estudantil, FONAPRACE (1997). Frente ao exposto, o FONAPRACE (2012) elaborou propostas de implantação de um Plano Nacional de Assistência que provesse amparos estudantis, baseados inclusive nos fundamentos legais contidos na CF de 88 e na LDBEN/96.

O sucesso, com tais reivindicações, foi obtido com a adoção de um programa de assistência estudantil, provendo bolsas atreladas ao bom desempenho acadêmico (FONAPRACE, 2012), assim como vale comentar, embora não seja nosso foco, sobre a criação em 2007 do Programa de Apoio a Planos de



Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, versando sobre ampliação de acesso, permanência na Educação Superior, inclusão e assistência estudantil, dentre outras diretrizes.

Em meio a toda mobilização gerada em prol da temática de assistência estudantil, já sacramentada academicamente e legitimada legalmente, o Ministério da Educação em 2007, por meio da Portaria nº 39 institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que teve vigor em 2008. Tal Portaria considerava assistência estudantil uma ferramenta de combate de desigualdades sociais por meio de acesso e permanência dos jovens no ensino superior na rede federal de ensino.

Contudo, apenas em 19 de julho de 2010 o Decreto 7.234/2010 regulamenta a Portaria citada, com mais detalhes referentes ao perfil do estudante a ser contemplado com tal política pública, definindo os critérios socioeconômicos do aluno, além de preconizar a redução das taxas de evasão e retenção, tal Decreto materializa as ações desenvolvidas e benefícios de ação estudantil, de modo que o requisito essencial para obter tais benefícios segundo seu art. 5º é:

Art. 5º - Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010)

Uma vez detalhadas as ações, critérios e ferramentas para promover a política de assistência estudantil, considerando ainda o perfil de cada IFES no tocante aos meios e condições de executar tais ações, há de se verificar ainda a capacidade da Instituição em gerir, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa, de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, contemplando as ações previstas no art. 3º do Decreto 7.234/2010, quais sejam: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Cabe ressaltar que não se deve confundir Assistência Estudantil com Assistência Social, pois a primeira é legitimada como política educacional, que trata de ações assistenciais aplicadas no plano educacional, enquanto que na segunda o escopo é mais amplo socialmente e baseada em legislação própria. A propósito, é pertinente citar que segundo Cislighi (2010), a concepção do PNAES empodera a assistência estudantil a tornar-se uma ferramenta de combate à pobreza dentro da universidade.

Pode haver desafios na capacidade de obter o êxito com o PNAES, embora haja garantias de recursos aos IFES por parte do MEC especificamente para essas ações, pode haver gargalos no desempenho de tal política pública, seja pela não implantação adequada da referida política numa determinada instituição, ou mesmo

pelas insuficiências de recursos em ocasiões de situações econômicas adversas no país, significando uma restrição (GIUDICE, LORETO e AZEVEDO, 2013).

### 3.2.2 PNAES no IFPE – O Programa de Assistência Estudantil (PAE)

Com base em informações institucionais presentes do Portal do IFPE, por meio de cartilhas informativas e documentos norteadores, foi possível identificar a presença da política pública do PNAES, institucionalizada no IFPE através do Programa de Assistência ao Estudante (PAE), proposta desde fevereiro de 2012 e aprovada por seu Conselho Superior (CONSUP), por meio de sua Resolução nº 021/2012. A proposta norteadora do PAE traz as diretrizes acerca da abrangência e alcance do PNAES e suas ações com vistas ao êxito e permanência do estudante, qual a condição essencial para possibilitar o usufruto de tal política é a vulnerabilidade social (IFPE, 2017).

O processo de gestão, articulação e planejamento da PAE está a cargo da Diretoria de Assistência do Estudante (DAE), em parceria com Coordenações de Assistência Estudantil presentes nos *campi*, sendo possível a condução dos processos de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação desta política pública.

Dentro da estrutura organizacional do IFPE (Figura 4) adiante, a Diretoria de Assistência ao Estudante funciona como uma Diretoria Sistêmica, ou seja, de atividade meio e vem sendo dirigida por docentes do IFPE. Taldiretoria está localizada no mesmo endereço físico da Reitoria, e possui uma equipe multiprofissional, composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos de Assistentes de Administração, cujas atribuições são coordenadas observando as especificidades de cada cargo.

Dentro do escopo de trabalho do PAE (IFPE, 2017) há programas que derivam dos preceitos do PNAES e permeiam a instituição, contemplando os estudantes em ações nas áreas de (1) Ensino, Pesquisa e Extensão, convergindo o que se chama por Programas Técnico-Científicos; (2) Programas Específicos; e (3) Programas Universais, conforme descrito:

1. Bolsas de Monitoria, iniciação científica nas modalidades técnica e graduação e ações afirmativas (PIBIC), incentivo acadêmico (BIA), extensão e projetos (PIBEX), dentre outras. Tais bolsas visam a formação intelectual, acadêmica e profissional dos discentes. Os valores, critérios e períodos de concessão são definidos por meio de seleção regida por edital, qual acompanhamento dos bolsistas está sob responsabilidade das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão.
2. Auxílio Financeiro, Benefício Eventual, Manutenção Acadêmica, Apoio à Participação em Eventos e Visitas Técnicas, Bolsa Permanência, Moradia ou

Semimoradia e Refeitório Estudantil, Assistência a estudantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), priorizando estudantes vulneráveis socialmente. Tais benefícios visam prover igualdades de oportunidades e prevenção na evasão e retenção estudantil e os valores, critérios e períodos de concessão são definidos pela DAE.

3. Acompanhamento Biopsicossocial, Incentivo à Cultura, Arte, Lazer e Esportes, voltados universalmente a todos os estudantes.

De acordo com a proposta do PAE seus objetivos são:

- I- Elaborar e executar Programas, Projetos e Ações que proporcionem o desenvolvimento acadêmico, científico e cultural do estudante;
- II- Minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, destinando ao estudante auxílio financeiro que vise assegurar a sua frequência e permanência com êxito nos cursos;
- III- Promover Programas/Projetos que garantam a formação integral dos estudantes, assegurando-lhes com isso o exercício pleno de sua cidadania. (IFPE, 2017)

A sua abrangência está para alunos regularmente matriculados nos cursos de modalidades presenciais de ensino, com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, advindo de escolas públicas e ou expostos à vulnerabilidade social, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento a altas habilidades e superdotação (IFPE, 2017). Verifica-se ainda que a vulnerabilidade social é concebida no PAE recorrentemente às definições do Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social I, publicado em 2006 pela Secretaria Municipal Adjunta e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (IFPE, 2017, p. 12), conforme segue:

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade sociais, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

O conteúdo descrito acerca da Assistência Estudantil no IFPE e seus diversos programas e ações ocorreu baseado no PAE disponível no Portal do IFPE como um documento norteador que reúne tal matéria de maneira lógica e didática.

Entretanto, se percebem alguns elementos não identificados no conteúdo deste documento que foi elaborado desde 2012, em comparação com os conteúdos atuais dispostos nos *links* do Portal, a exemplo da Bolsa Permanência, Semimoradia e Ações para jogos desportivos, o que pode ser sanado com a atualização da

estrutura do PAE.

A Instituição possui um ambiente específico quanto à matéria de Assistência Estudantil no *link* do Portal do Estudante, conforme Figura 1 abaixo;

Figura 1 - Conteúdo Virtual sobre Assistência Estudantil no IFPE



Fonte: Portal do IFPE ([www.ifpe.edu.br](http://www.ifpe.edu.br)). Acesso em: 15 abr 2019.

### 3.3.O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, pelo então Presidente da época, Nilo Peçanha, Recife assim como cada capital dos Estados do Brasil, ganhou sua Escola. Nesta capital a escola iniciou suas atividades em 1910, ministrando o ensino profissional primário e gratuito, conservando um caráter de instituição pública e voltada para o social, com o objetivo de promover cidadania e inserção no mercado de trabalho, objetivando formar operários e contramestres (IFPE, 2018).

Mais adiante, com o passar das décadas e as reformas políticas da educação e das reestruturações, passou a ter denominações sucessivas, quais foram: Escola Industrial de Recife, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica de Recife, Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), com mudanças inclusive de portfólio de formação e de endereços físicos.

Em 29 de dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892 houve a instituição da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, promovendo a criação dos Institutos Federais de Educação no território nacional, conforme Figura 2 abaixo, qual o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), com sede na Avenida Professor Luiz Freire, nº500, no bairro do Curado, ganhou instalações próprias e modernizadas, permitindo à instituição a ampliação de suas ações, com capacidade de atuar na

Educação Profissional, Tecnológica e Superior.

Hoje o IFPE está presente em todas as regiões do Estado de Pernambuco, sendo constituído por 16 *campi*, distribuídos em 16 municípios do Estado, conforme Figura 3, quais sejam: os *campi* Vitória de Santo Antão, Barreiros e Belo Jardim (que representam as antigas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs); os *campi* Garanhuns, Caruaru e Afogados da Ingazeira, criadas na segunda expansão da Rede Federal de Educação Profissional, bem como mais sete criados na terceira expansão, com sedes provisórias, representando os *campi*: Igarassu, Olinda, Paulista, Palmares, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Abreu e Lima, e o *campus* Recife que compartilha do mesmo endereço da Sede ou Reitoria.

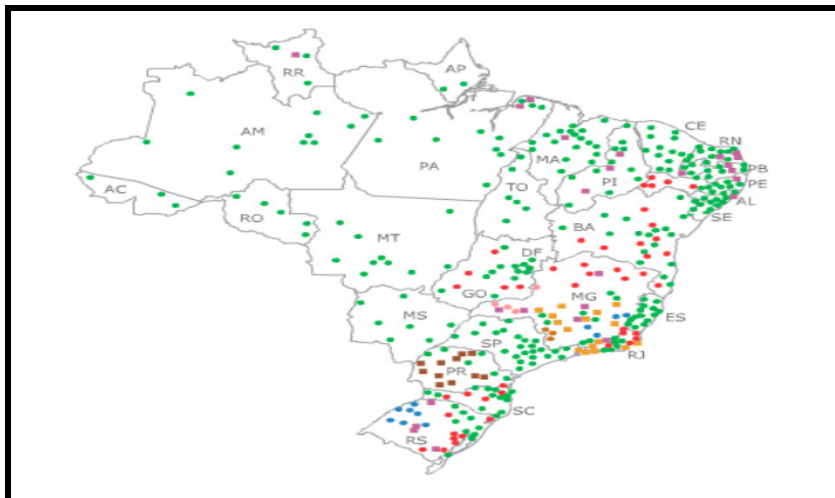
Com o fomento tecnológico, além dos 16 *campi* citados, a estruturação *multicampi* do instituto possui atualmente também 13 pólos de educação à distância (EaD) localizados no Estado de Pernambuco, além de regiões de Alagoas e da Bahia (Figura 3).

O IFPE é uma autarquia federal de ensino gratuita, vinculada ao Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, inserida no contexto social para o desenvolvimento de uma política de ensino, pesquisa e extensão, trazendo como Missão:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade. (IFPE,2018)

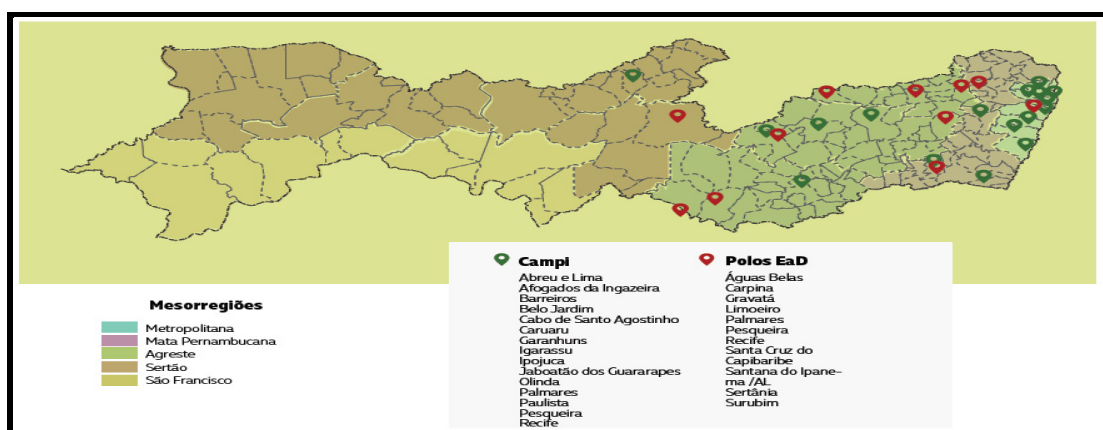
Quanto à função estratégica na definição de políticas, a supervisão de ações desenvolvidas a implementar ou a avaliar, a Reitoria assume o comando máximo da instituição mantendo para tanto uma estrutura administrativa a quem delega responsabilidades e poderes, delineando competências e atribuições a tal estrutura por meio de Estatuto e Regimento, garantindo uma função social, estabilizadora e controlável em seu arranjo institucional.

Figura 2 - Presença dos Institutos Federais no Brasil



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2017).

Figura 3 - Presença dos Institutos Federais em Pernambuco



Fonte: IFPE (2019).

A área de Mesorregião do Sertão e do São Francisco, à esquerda no mapa de Pernambuco (Figura 2), não está demarcada com as referências do IFPE por tratar-se de uma área que integra os *campi* do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, instituição com autonomia própria e composta hoje por doze *campi*: Petrolina, Petrolina Zona Rural, Floresta, Salgueiro, Ouricuri, Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista, Afrânio, Petrolândia, Sertânia, Araripina e Ibimirim. O IF Sertão-PE foi criado com a mesma legitimidade do IFPE, porém, segregado administrativamente pelo MEC desde a sua formatação, reafirmando-se por meio da Portaria nº 331 de 23 de abril de 2013, com alteração pela Portaria nº 505 de 10 de junho de 2014.

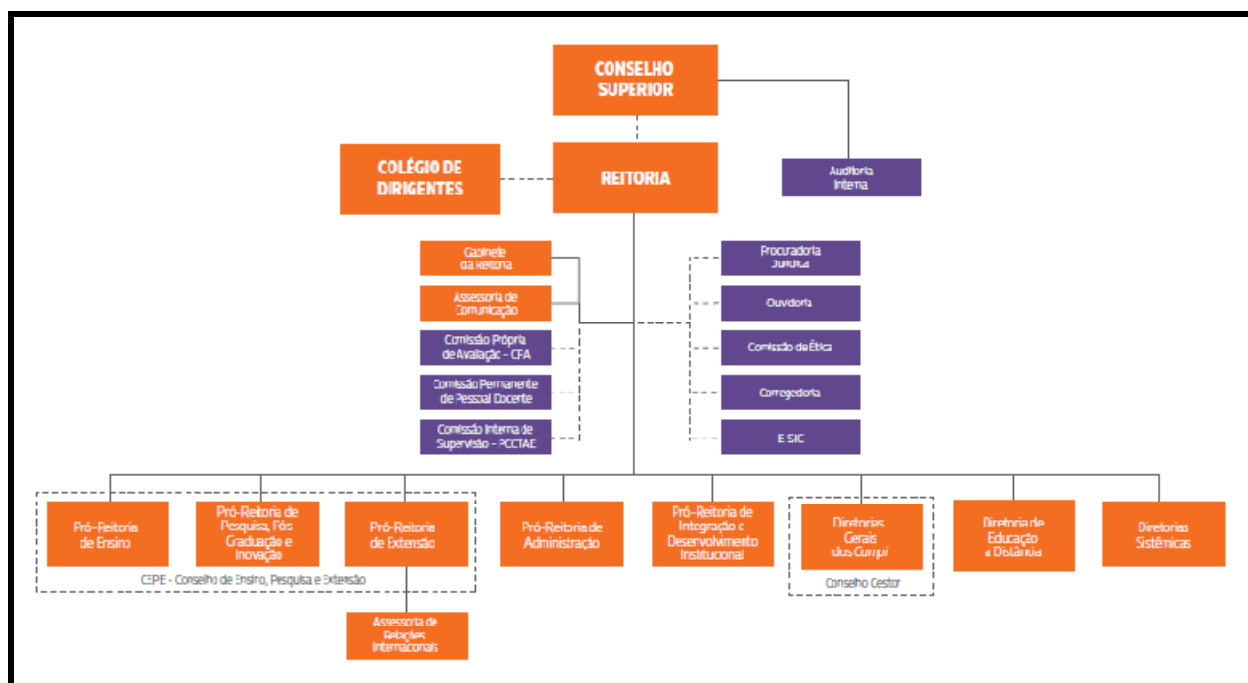
Por razões metodológicas esta pesquisa atém-se ao IFPE, devido a centralidade pretendida na análise, já que o estudo requer exclusividade para o caso

desta instituição, que é dotada de autonomia própria e particularidades organizacionais, deste feito, foi possível inferir resultados válidos nos achados que embora sejam exclusivos, poderão ser replicáveis em outras instituições.

A estrutura organizacional do IFPE pode ser identificada na Figura 4 abaixo, cujo organograma foi elaborado com base no Estatuto do IFPE (disponível em: [www.ifpe.edu.br](http://www.ifpe.edu.br)) e constantemente apresentado nos Relatórios de Gestão anuais. A estruturação obedece basicamente a uma hierarquia liderada pela Administração Geral (Reitoria), compartilhadamente com seus Conselhos Colegiados como Órgãos Superiores da Administração (Conselho Superior, Colégio de Dirigentes).

A Reitoria como o Órgão Executivo é assessorado pelo seu Gabinete, e por cinco Pró-Reitorias ligadas ao Ensino, Extensão, Pesquisa, Administração e Integração. Há Diretorias sistêmicas que também assessoram a Administração Central, quanto à Gestão de Pessoas, Assistência ao Estudante, Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias, Auditoria Interna e Procuradoria Jurídica. Na estrutura há outros núcleos e desdobramentos que refletem com mais especificidade o arranjo institucional em prol de demandas organizacionais (comissões, assessorias, conselhos executivos)

Figura 4 - Estrutura Organizacional do IFPE



Fonte: IFPE (2019).

### 3.4 CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A palavra “controle”, do italiano, *controllo* significa registro ou exame, e do francês *contrôler* significa examinar, inspecionar, registrar, isto nos remete inicialmente a uma atividade ligada às finanças seja ela pessoal ou aplicada às organizações, o controle de gastos, a ideia de equilíbrio orçamentário, segundo Castro (2013), o controle da coisa pública deve ser gerido em prol de uma coletividade.

O controle muito previamente teve sua significância na administração pública brasileira desde promulgação da Lei 4.320/64 em seus artigos nº 76 e nº 81, com a introdução das expressões “controle externo” e “controle interno” ao definir a quem compete o exercício de tais atividades, quais sejam o poder Executivo atribui-se o controle interno e o Legislativo atribui-se o controle externo.

A medida que vai existindo a multiplicidade de objetivos, a necessidade de haver controle aumenta, então no intuito de evitar conflito de objetivos na administração pública é pertinente que haja o direcionamento de ações com base em Leis, Regulamentos e Normas, delimitando para cada Órgão suas competências, e campo de atuação, bem como é estabelecido o controle a qual estes devem se submeter, contendo, portanto, a independência de suas ações.

Segundo Castro (2013), o controle do ponto de vista jurídico se fundamenta nas normas do Direito Administrativo, para qual são detectados princípios que regem a Administração Pública, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência e destes derivam, portanto ao gestor público deveres de agir com probidade, eficiência e de prestar contas.

Para Diegues (2010), o controle social assume um aspecto de fiscalização de fora pra dentro, ou seja, do âmbito externo para o interno, da sociedade em direção ao Estado, o que é muito conhecido como controle popular ou mesmo o controle social do poder propriamente dito, possibilitando o particular intervir nos feitos do Estado para defesa do direito (...).

Assim como a sociedade, o poder também é exercido legitimamente por instituições ou entidades, a exemplo do poder legislativo e Tribunal de Contas, ao exercerem o controle externo, assim como também órgãos como o Ministério Público, a Polícia Federal, qual a execução de suas ações também é passível de controle e transparência, instrumentada por meio de relatórios com períodos bimestrais, semestrais ou anuais em caráter de prestação de contas, com ampla publicidade e divulgação à sociedade, possibilitando assim a instrumentação do controle social.

Nogueira (1998) alude ao fato de que é necessário trazer o cidadão para a



órbita da gestão da comunidade ou sociedade, envolvendo-o em assuntos governamentais, o que se pode perceber então uma capacidade participativa conferida ao cidadão e ainda a possibilidade de desburocratização, conforme cita o autor:

se o aparato público abre-se para a participação, mas não sedesburocratiza a participação não se completa. Se os atores sociais mobilizam-se, mas as coisas não saem do lugar, eles retrocedem e deixam de participar. Desburocratizar, porém, não significa apenas introduzir procedimentos competitivo, gerenciais, tecnológicos ou empreendedores para dinamizar as operações administrativas. Significa, acima de tudo, democratizar, abrir as organizações, oxigená-las, submete-las a outros controles, promovendo um movimento virtuoso de crítica e de recriação organizacional.

A transparência nos órgãos públicos é imprescindível para possibilitar o efetivo controle social (da sociedade) sobre a prestação de contas da gestão (*accountability*), de maneira que a sociedade possa acessar e principalmente compreender as informações geradas, sobre assuntos pertinentes a exemplo das políticas públicas, pois, a deficiência no efetivo controle social sobre a coisa pública, reforça dentre outros fatores, a consequência da má distribuição de renda no país.

Na contextualização dada ao controle social sobre o poder público se encaixa a *accountability*, com caráter de prestação de contas (BRESSER-PEREIRA, 2000; TORRES, 2000; GOULART, 2011; PINHO; SACRAMENTO, 2009). Koppell (2005) ainda relaciona cinco dimensões relacionadas à *accountability*, quais sejam: a responsividade (atrelada à resposta às demandas de clientes, cidadãos, organizações); a responsabilidade (normas profissionais e regras modelam o comportamento dos gestores); a controlabilidade (gira em torno do controle e prestação de contas); a imputabilidade (requer do cidadão e das instituições consequências por atos próprios); e transparência (o gestor expor, explicar, justificar ações sem oclusões).

Menezes (2002) traz uma perspectiva com relação às dimensões do controle social, pois considera as características possíveis de controle: impróprio (quando a sociedade atua sobre a coisa não pública); próprio (quando a sociedade atua sobre a coisa pública); primitivo (quando o povo realiza diretamente); derivado (segmentos e representantes atual em nome do povo); direto (o canal estabelecido com a sociedade é direto); indireto (são necessários mecanismos para estabelecer o canal com a sociedade).

### 3.4.1 Prestação de Contas e TCU

As principais competências constitucionais que o TCU possui segundo o art. 71 da CF de 1988 são: *apreciar* (as Contas do Presidente da República, segundo

art. 71, I); *julgar* (as Contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores federais); e *inspecionar* e *auditar* (Orçamento e Finanças, Contabilidade e Patrimônio, Desempenho Operacional) numa maneira complementar e integrada. A capacidade de prevenir, avaliar, orientar e recomendar melhorias garante também ao TCU a tarefa de exercer o controle externo, auxiliando ainda o Congresso Nacional em tal feito.

O dispositivo do art. 71 da CF/88 em seu parágrafo único define que a prestação de contas deverá ocorrer para qualquer

peessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que ainda, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Para Rocha, A. (2009), o alcance da *accountability* por meio da prestação de contas se torna comprometido, dado que do ato de prestar contas apenas restringe-se ao que a norma define, guiada pela formalidade e com caráter de conformidade de atos praticados frente às as normas e dispositivos legais, tal como pratica o TCU.

O controle externo exercido pelo TCU através de sua auditoria financeira é essencial para identificar a real aplicação de recursos públicos, de maneira justa e transparente aos fins que se destinam. Considerando ainda a condição de regularidade ou não, o Tribunal emite parecer sobre as contas, sendo então um promotor do controle social sobre a gestão da coisa pública, analisando criticamente a capacidade de alocação de recursos em determinadas áreas, além do processo de planejamento e avaliação.

Juntamente à auditoria de natureza financeira, na auditoria de natureza operacional, o trabalho possui prerrogativas legais para realizar inspeções nos processos e rotinas das entidades públicas, com o objetivo de avaliação sistemática de programas, projetos, atividades e sistemas do governo (BRASIL, 2000).

A Tomada de Contas e a Prestação de Contas são duas definições existentes para conformidade dos atos praticados pelos responsáveis na administração pública em relação às normas e leis adotadas pelo TCU (Rocha, A. 2009). Ainda é relevante compreender que embora em ambos meios de conformidade exista o julgamento de contas pelo TCU, como bem elucida o autor com base no TCU (BRASIL, 1999), na Tomada de Contas a Administração Direta dos Poderes da União são avaliados e julgados, já na Prestação de Contas os Órgãos e Entidades da Administração Indireta são avaliadas e julgadas, incluindo Fundações, Autarquias e Sociedades Instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal (BRASIL, 1992).

Em conclusão à análise da prestação de contas da gestão da Fundação Universidade Federal do Maranhão para o exercício de 2015, o TCU detectou por

meio do relatório de gestão algumas impropriedades, tornando-as públicas mediante Acórdão nº 1387/2018 – TCU – 2ª Câmara:

com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência à Fundação Universidade Federal do Maranhão sobre as seguintes **impropriedades detectadas** no âmbito da gestão de 2015 dessa Universidade:

a aplicação de **recursos do Pnaes** em ações relativas ao apoio à organização de eventos estudantis na UFMA embora importantes para o desenvolvimento estudantil, **beneficiam todo o corpo discente da instituição de ensino, inclusive aqueles que não se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica**; desse modo, deve ser devidamente justificada pela Universidade, quando da definição dessas ações, a importância desses eventos para inclusão e permanência dos estudantes nessa condição de vulnerabilidade, na educação superior pública federal, **aspectos os quais não se mostraram devidamente esclarecidos no Relatório de Gestão**, o que afrontou o estabelecido nos arts. 2º e 3º, § 1º, do Decreto 7.234/2010;

a imposição de atividades laborais administrativas ou acadêmicas como contrapartida para usufruto dos benefícios do Pnaes, em **desacordo com a natureza assistencial acadêmica do Pnaes**, afrontou o disposto nos arts. 1º e 2º do Decreto 7.234/2010;

o desenvolvimento de ações no âmbito do Pnaes exclusivamente para benefício de alunos de cursos pré-determinados, **aspecto que não se mostrou devidamente esclarecido no Relatório de Gestão** e afrontou os arts. 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto 7.234/2010;

**não foram considerados** nos Editais 009/2015, 010/2015, 011/2015 e 014/2015 desse Programa, como **critérios prioritários de seleção dos alunos beneficiados**, a renda e/ou a procedência dos alunos da rede pública de ensino, em **afronta ao art. 5º do Decreto 7.234/2010**.

Nos termos do art. 243, do Regimento Interno, **determinar à Secex-MA a constituição de processo específico para monitoramento das determinações e recomendações acima**. (BRASIL, 2018, grifo nosso).

A transparência ativa já está inerente ao ato da prestação de contas dos órgãos e entidades federais ao TCU e, portanto, à sociedade, sendo ainda ampliada, conforme DN TCU 163/2017, em seu art. 3º quando elucida que a auditoria realizada anualmente aumenta a transparência e fomenta, inclusive, a boa governança pública, provocando melhorias na prestação de contas, tomando como base em suas conclusões a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão.

O TCU fixou por meio de sua IN 63/2010 que a periodicidade de apresentação dos Relatórios de Gestão seja anual, além de definir por meio de suas Portarias e Decisões Normativas a forma, o conteúdo e prazo de tais relatórios, que ficam sob livre consulta no Portal do TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)) e sítios eletrônicos da própria Unidade Prestadora de Contas, conforme assegura o direito fundamental da LAI ao acesso à informação.

Verifica-se com base em Bairral (2015) e Zorzal (2015) que embora haja uma

padronização visando abranger amplamente o conteúdo da gestão do Ente no cumprimento de sua obrigação de prestar contas, há permissões para que em ocasiões peculiares da Instituição, o gestor faça ajustes de maneira que seja possível expressar questões pontuais da gestão e seu desempenho.

A discricionariedade relativa às permissões mencionadas, na visão das autoras é estimulada para que o gestor público tenha a iniciativa de promover a divulgação voluntária de informações, o que compreendemos que será benéfico tanto para o gestor (na lógica racional da melhor escolha), quanto para a instituição e ainda mais para a sociedade, como o verdadeiro beneficiário da informação.

Vê-se dentro dessa compreensão que a sociedade é dependente da proatividade do gestor público, quanto à divulgação voluntária das informações que são extras em relação ao requisitado pelas normas e legislações, porém, na prática útil à sociedade quando tais informações se aproximam de sua realidade não-organizacional.

### 3.4.2 Relatórios de Gestão Anuais do IFPE

O IFPE é uma Autarquia Federal de Ensino e enquadra-se na condição de administração indireta, portanto, obrigada à prestação de contas junto ao TCU, em periodicidade anual e prazo estabelecido pelas Decisões Normativas, que ano a ano são editadas e divulgadas por meio do portal do e-contas do TCU (<https://portal.tcu.gov.br/contas/e-contas/>), reenfatizando o mesmo conteúdo, a exemplo da DN TCU 161/2017 que é pertinente ao exercício de 2017, o período mais recente considerado neste estudo. Tais DNs, dispõem sobre quais unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão e demais informações referentes à prestação de contas do exercício em pauta, especificando a forma, os conteúdos, prazo de apresentação e meio, nos termos do art. 3º da IN TCU nº 63/2010.

Em junho de 2012 o TCU divulgou um Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, baseado no período de abril/2011 a março/2012, com o objetivo de avaliar a atuação dos Institutos Federais em relação aos temas relacionados às atuações finalísticas, dentre as quais a evasão escolar e sua redução, também ganharam enfoque e que a análise emergiu com base no PNAES, a exemplo do que consta nos itens abaixo:

89. Os critérios de elegibilidade previstos no Decreto 7.234/2010, contudo, se apresentam como muito abrangentes. **O limite de 1,5 salários mínimos é bastante amplo** uma vez que percentual substancial da população brasileira, estimado em 77%, usando dados da PNAD de 2007, vivia em famílias com renda de até esse valor. Essa situação faz com que **os Institutos Federais tenham dificuldade de atender toda a demanda**. Conforme manifestação do Reitor do Instituto Federal de Minas Gerais, as medidas adotadas enfrentam **dificuldades de implantação**, pois os programas de auxílio contam com **recursos do Programa de Assistência**

**Estudantil**, os quais **são insuficientes para atender toda a demanda**.

90. O excesso de demanda apontado sugere que a focalização da política de combate à evasão ganha relevo, ou seja, complementarmente ao critério renda per capita, **os alunos com real probabilidade de evadir deveriam ser priorizados**.

91. Ao opinar sobre esse assunto, a **Setec/MEC considera que a definição de critérios para seleção dos alunos beneficiários de assistência estudantil** é estratégica para o atendimento efetivo ao público em vulnerabilidade socioeconômica, destacando que dois aspectos necessitariam de ajustes:

a) necessidade de avaliação e **adequação do PNAES**, que foi desenvolvido para as Universidades, para que se possa **contemplar os Institutos Federais em sua plenitude**, especialmente no caso dos campus localizados em municípios com baixo IDEB e com elevado índice de pobreza, caso frequente na Rede Federal; b) necessidade de se **elaborar instrumento regulatório** que, considerando as especificidades das instituições da Rede Federal, instrua os processos de seleção de bolsistas de assistência estudantil para o atendimento prioritário aos alunos com risco de evasão. (BRASIL, 2012b, grifo nosso)

Frente às constatações feitas pelo TCU, foram feitas recomendações que, em caráter geral, englobou todos os Institutos Federais, inclusive o IFPE, no intuito de criar um plano estratégico para a solução generalizada da evasão ainda que exista o PNAES, conforme segue:

107. Nesse sentido, entende-se oportuno **recomendar à Setec/MEC que, em conjunto com os Institutos Federais, institua plano voltado ao tratamento da evasão** na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a) **levantamento de dados** de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; b) inserção nos **Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados** para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); c) **análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil** voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; e) o fomento a participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores;

108. Espera-se, a partir da implementação da recomendação proposta, **aperfeiçoar o processo de detecção das causas da evasão nos diversos segmentos de curso ofertados pelos Institutos Federais**, bem como dos alunos mais propensos a evadir, além de subsidiar o **desenho de estratégias de combate a esse problema**. (BRASIL, 2012b, grifo nosso)

## 4 TRATAMENTOS E PRÉ-ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

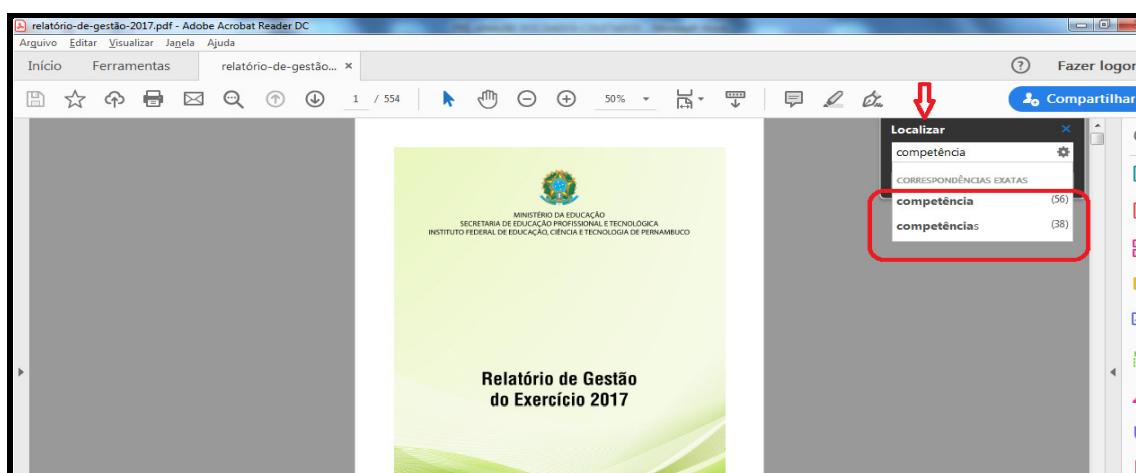
As etapas de tratamento e pré-análise que seguem abaixo são fundamentais para o alcance da compreensibilidade e transparência na análise dos resultados, conservado ainda a possibilidade de haver verificabilidade e replicabilidade da pesquisa.

### 4.1 TRATAMENTOS DOS DADOS

O discurso textual, bem como os elementos numéricos e gráficos presentes nos relatórios, foram analisados inicialmente com uma leitura flutuante individual na íntegra e posteriormente foi utilizado uma ferramenta auxiliar gratuita do *Adobe Acrobat Reader DC*, existente nos próprios documentos para o formato *Portable Document Format* (PDF) ou Formato Portátil de Documento, com a finalidade de busca e localização dos termos e ou palavras chave contidas em cada indicador/requisito deste estudo.

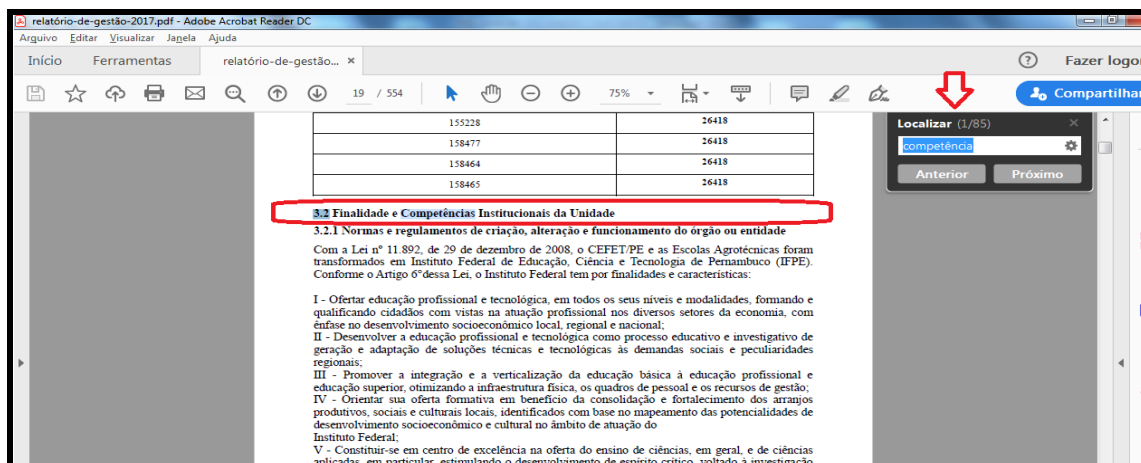
Tecnicamente utilizou-se a aplicação desta ferramenta no documento em PDF com o comando (CTRL+F) ou ainda acessando a rotina – Editar/Localizar, ambos com o mesmo efeito, conforme Figuras 5 e 6 abaixo.

Figura 5 - Aplicação da Ferramenta de localização de palavras e termos da Adobe Acrobat Reader DC



Fonte: Download da ferramenta disponível em: (<https://get.adobe.com/br/reader/>). Acesso em: 18 mar 2017.

Figura 6 - Identificação de palavras e termos do documento após localização da ferramenta do Adobe Acrobat Reader DC



Fonte: Download da ferramenta disponível em: (<https://get.adobe.com/br/reader/>). Acesso em: 18 mar 2017.

A opção na utilização da ferramenta de localização gratuita citada visa intuitivamente e de modo controlado simular uma realidade na qual, em tese, o usuário que fará tal busca, ou seja, o cidadão, não detém total familiaridade com a estrutura do relatório de gestão, nem possui uma ferramenta robusta ou mesmo um *software* específico para a filtragem de conteúdos textuais e não-textuais para uma análise qualitativa, tal como propõe as ferramentas dos *softwares* N-VIVO, WebQDA, ou Atlas-TI, dentre outros disponíveis no mercado, e ainda que houvesse, geraria um custo para o mesmo.

Nesta pesquisa levou-se em consideração ainda, quanto à escolha da ferramenta de busca/localização de conteúdos, o fato do *Acrobat Reader DC* reunir todos os fatores satisfatórios determinantes na ocasião da adoção de um *software* aplicado em pesquisas qualitativas, que segundo Pinho, Isabel et al.(2014) seriam: Facilidade de uso, Facilidade de aprendizagem, Boa relação com o preço, Contribuição para a investigação pretendida, Funcionalidades.

Verificamos de imediato que a gratuidade por si já representa um fator decisivo neste estudo já que a pretensão é disseminar ao usuário um meio viável (direto/simplificado) e gratuito de obtenção de informações contidas em um documento público acessível e estruturado.

O modo controlado, citado no antepenúltimo parágrafo, refere-se à ideia de eleger uma ou mais palavras-chave principais conveniente a cada indicador, considerando ainda gramaticalmente falando, possíveis variantes morfológicos, com o mesmo radical das palavras-chave, o que caberia considerar também possíveis derivações, seja por prefixação ou sufixação, ou mesmo em número, gênero e grau.

Cabe compreender que em primeiro momento as palavras chave esuasvariantes possíveis só serão consideradas para capturar no texto a citação, havendo a necessidade da leitura contextualizada onde estiverem, para que com a identificação semântica o conteúdo atenda ao requisito do indicador, por exemplo:

Para o Indicador nº 1 da dimensão da Transparência Ativa há a

sentença: “registro das **competências e estrutura organizacional**”, neste caso as palavras grifadas representam as palavras-chave do referido indicador, de modo que caso haja variantes, estas conservarão os radicais “competência” e “organizacional”.

Posteriormente, quando localizadas na citação do documento, estas palavras ou termos de maneira contextual devem finalmente conseguir descrever as competências institucionais e a demonstração de uma estrutura organizacional do IFPE, para alcançarem sua pontuação dentro da escala de categorias consideradas (integral, parcial, insuficiente, ausente).

#### **4.1.1 Coleta dos documentos**

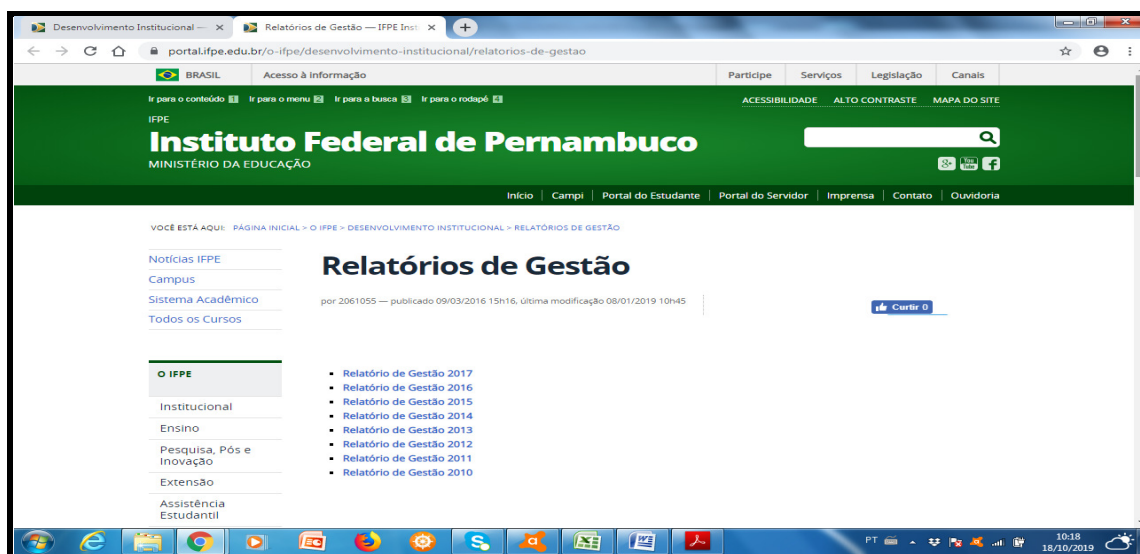
A seleção dos relatórios obedece ao critério adotado para a análise da aderência normativa de maneira conjunta (LAI, TCU e PNAES), com um intervalo temporal, possibilitando avaliar comparativamente o contraste entre o cenário inicial e o atual de tal aderência, sendo 2012 o ano em que foi possível avaliar o cenário inicial, convergindo tanto à vigência da LAI (editada em 2011, porém, com vigência em 2012), quanto às vigências da normativa do TCU e da legislação do PNAES (ambas vigentes desde 2010).

Deste feito obteve-se o documento inicial o relatório de gestão de 2012 e o mais recente divulgado até a data pré-análise o relatório de 2017, conforme se vê nas Figuras 7, 8 e 9 abaixo. Ademais, o relatório de gestão do exercício de 2018 foi divulgado em 05 de novembro de 2019, embora seja o mais recente, foi elaborado dentro de uma estrutura integrada conforme novos parâmetros normativos do TCU, o que comprometeria a condição de comparabilidade aos demais relatórios até então apresentados pelo IFPE.

Pretende-se, com este critério adotado, alcançar uma análise intensiva dos documentos selecionados, resguardando um intervalo de quatro anos e mantendo a qualidade e a coesão dos achados com suas características relevantes e contrastantes. A lógica aplicada é de que a maturidade e a aplicabilidade das políticas públicas, assim como a aderência às normas e legislações aplicadas são alcançadas com o decorrer do tempo (como um fator), e são realizadas pelas instituições de maneira gradual, sendo passíveis de avaliações.

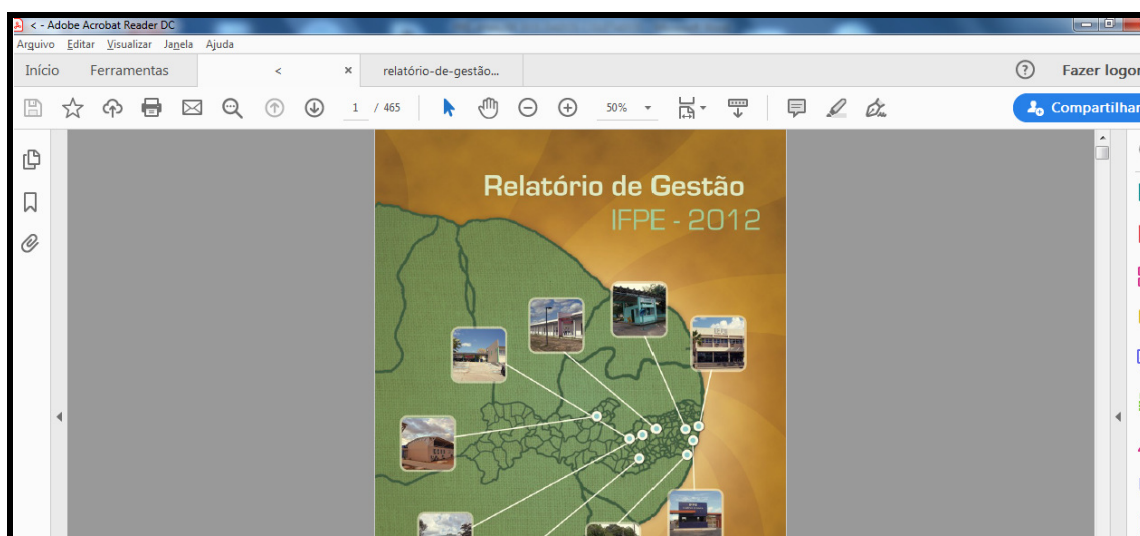


Figura 7 - Relatórios de Gestão do IFPE



Fonte: Portal IFPE. Disponível em: (<https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao>). Acesso em: 18 out 2019.

Figura 8 - Relatório de Gestão do IFPE – 2012



Fonte: Portal IFPE - Relatório de Gestão 2012, documento em formato PDF.

Características do documento: extensão: 465 páginas; formato:PDF, tamanho: 14.921 KB; data de criação: 03/05/2013; autoria descrita nas propriedades do documento: não identificado na propriedade do documento.

Figura 9 - Visualização do Relatório de Gestão – 2017



Fonte: Portal do IFPE - Relatório de Gestão 2017, documento em formato PDF.

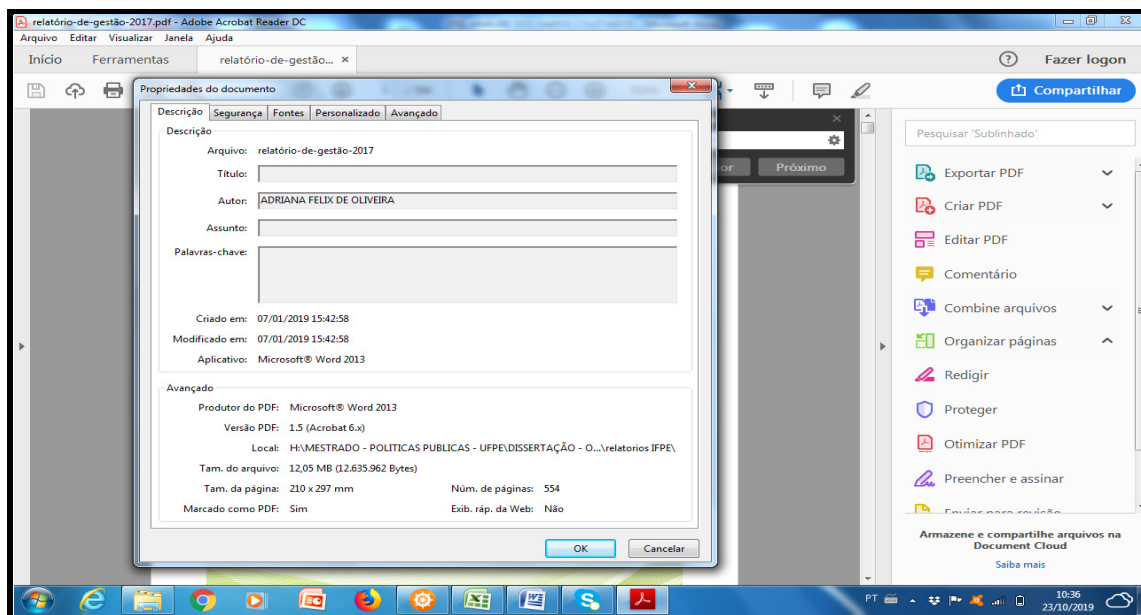
Características do documento: extensão: 554 páginas; formato: PDF; tamanho: 12.340 KB; data de criação: 07/01/2019; autoria descrita nas propriedades do documento: Adriana Félix de Oliveira.

Caso o(a) autor(a) do documento não esteja expresso no conteúdo do relatório de gestão, o mesmo pode ser identificado na configuração de propriedade e segurança do próprio documento em formato PDF, por meio da rotina: Arquivo/Propriedades do documento/Descrição do documento, conforme se observa nas figuras 10 e 11 abaixo.

Ainda que o autor identificado pela confecção do documento não esteja descrito/evidenciado no próprio conteúdo do relatório, verifica-se que este pertence à equipe de servidores da Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional (PRODIN), reconhecida no relatório como uma subunidade estratégica que, dentre suas atribuições, também se responsabiliza pela consolidação das informações no referido relatório anual, antes de sua submissão para aprovação e validação para encaminhamentos da prestação de contas junto ao TCU.

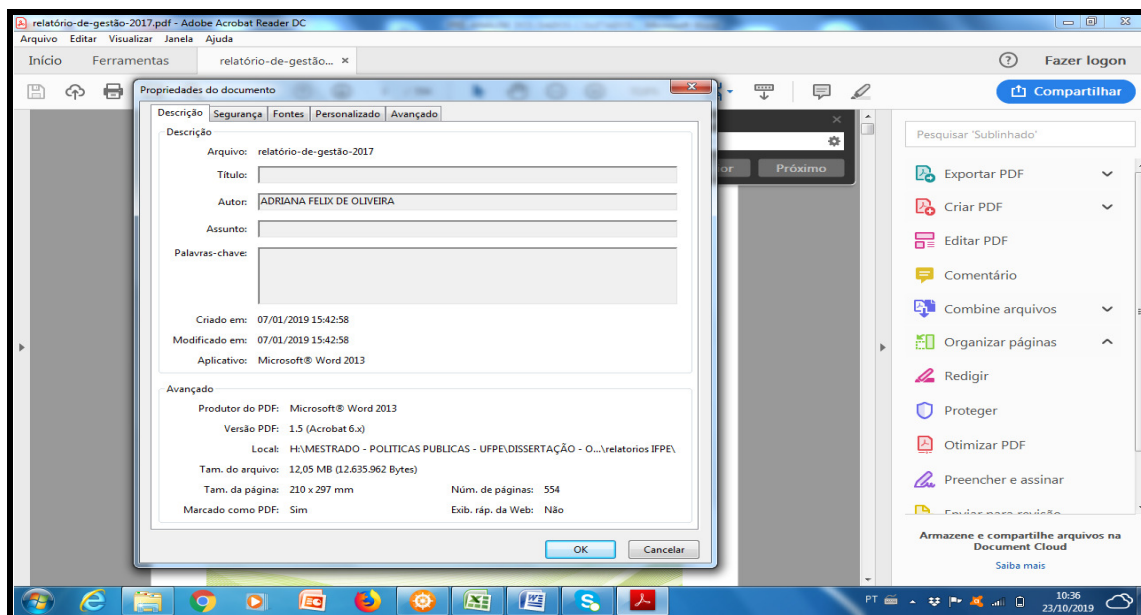
Importa comentar que há instâncias internas competentes para a referida aprovação e validação do relatório de gestão em cumprimento às normas pertinentes, a propósito, quem produz as informações são os diversos gestores responsáveis pelas suas respectivas áreas de atuação. Posteriormente, junto à Assessoria de Comunicação do IFPE é promovida a divulgação do referido relatório à sociedade em seu portal eletrônico.

Figura 10 - Rotina de Propriedade do Documento - Descrição do Autor



Fonte: Relatório de Gestão 2017, documento em formato PDF.

Figura 11 - Rotina de Propriedade do Documento – Segurança



Fonte: Relatório de Gestão 2017, documento em formato PDF.

## 4.2 PRÉ-ANÁLISE DOS INDICADORES/REQUISITOS

Esta etapa trouxe o máximo de detalhamento e com isto a riqueza nos achados, em que por meio do discurso verifica-se a capacidade do gestor em divulgar os feitos da instituição acerca da política pública em foco, sob a ótica transparência ativa.

#### 4.2.1 Dimensão 1 - Transparência Ativa – Lei de Acesso à Informação(LAI)

Indicador 1 - registro das **competências** e estrutura **organizacional** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **1 (integral)**

Radical: “competência” - Número de correspondências exatas: “competência” (19), “competências” (24).

Radical: “organizacional” - Número de correspondências exatas: “organizacional” (21), “organizacionais” (05).

A descrição das competências e atribuições institucionais está presente no relatório (pág. 20 a 21), inserida em um subitem de sumário específico quanto à finalidade e competências institucionais, bem como disposta no subitem de sumário pertinente ao organograma funcional, qual a estrutura organizacional é citada, detalhada apenas em formato de texto extenso (pág. 27 a 28), sem haver neste espaço elementos representados figurativamente, ou com visualizações departamentais, hierárquicas e funcionais a que se propõe um organograma. Tal organograma está presente como um anexo (pág. 169) de modo vertical, o que dificulta inclusive a sua visibilidade.

Embora tal requisito tenha recebido pontuação integral na avaliação, com o uso da clareza e objetividade nas descrições deste indicador, seria enriquecedor se houvesse também o recurso de elementos visuais tal qual o organograma junto às descrições, para condensar tais informações e ainda promover a sociedade uma compreensão lógica da disposição da estrutura hierárquica da instituição e suas competências setoriais internas.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **1 (integral)**

Radical: “competência” - Número de correspondências exatas: “competência” (56), “competências” (38).

Radical: “organizacional” - Número de correspondências exatas: “organizacional” (65), “organizacionais” (08).

As competências da instituição estão descritas de maneira abrangente (pág. 19) com um contexto histórico, além de maneira esquematizada (pág. 27), detalhando as áreas e subunidades estratégicas da Reitoria. A Estrutura

Organizacional descrita representa um item de sumário (pag. 29 e 30) e está associada à governança no órgão, cujo organograma condensa a estrutura de maneira ampla, havendo quadros e tópicos com maiores descrições relativos aos macroprocessos do órgão.

Embora este indicador tenha alcançado pontuação integral, plena ao requisito da LAI, há de ser observada que a estrutura de organograma apresentada merece algumas legendas para a existência de marcas e traços sobrepostos, bem como descontinuados, podendo induzir o usuário (cidadão) à incompreensão visual da estrutura e sua hierarquia ou mesmo o seu fluxo.

Indicador 2 - registro de **endereços e telefones** das respectivas unidades e **horários de atendimento** ao público (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “endereço” –Número de correspondências exatas: “endereço” (02).

Radical: “telefone” - Número de correspondências exatas: “telefone” (01), “telefones” (01).

Radical: “horário” - Número de correspondências exatas: “horário” (08), “horários”, (04).

Radical: “atendimento” - Número de correspondências exatas: “atendimento” (104), “atendimentos” (03).

Foi verificado um endereço físico descrito (pág. 18) no quadro “identificação da Unidade Jurisdicionada”, correspondente à sede do IFPE, representada pela Reitoria, que funciona no mesmo local do *campus* Recife. Observa-se que não há um quadro ou tabela evidente, reunindo os endereços das unidades do instituto. O número de telefone restringe-se apenas à sede, e as informações quanto aos horários de atendimento ao público não estão presentes, embora haja a menção da página da *Internet* ([www.ifpe.edu.br](http://www.ifpe.edu.br)), sem direcionamento para algum link específico relacionado ao conteúdo deste indicador.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “endereço” - Número de correspondências exatas: “endereço” (54).

Radical: “telefone” - Número de correspondências exatas: “telefone” (3), “telefones” (4).

Radical: “horário” - Número de correspondências exatas: “horário” (86), “telefones”, horários (54).

Radical: “atendimento” - Número de correspondências exatas: “atendimento” (149), “atendimentos” (2).

O endereço físico descrito no relatório (pág. 16) no quadro “identificação da Unidade Prestadora de Contas”, corresponde à sede da instituição, representada pela Reitoria, funcionando no mesmo espaço físico do *campus* Recife. A condição observada é que não há uma junção ou mesmo quadro evidente reunindo todos os endereços das unidades do instituto.

O número de telefone e as informações quanto aos horários de atendimento ao público estão restritos à mesma condição do endereço físico (pág. 16), embora na página 311 exista um direcionamento ao usuário para obtenção de tais informações, fazendo menção quanto aos “mecanismos de transparência das informações relevantes” presente no Portal do IFPE, disponível no endereço eletrônico ([www.ifpe.edu.br](http://www.ifpe.edu.br)), direcionando para o link de “acesso à informação” no mesmo portal.

Indicador 3 - registros de quaisquer **repasses** ou **transferências** de **recursos financeiros** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “repassse” - Número de correspondências exatas: “repassse” (14), “repases” (05).

Radical: “transferência” - Número de correspondências exatas: “transferência” (07), “transferências” (16).

Verificado no documento (pág. 16), a descrição da palavra “repases” e “transferências”, no sentido e contrato de repasse e transferência mediante convênio, presente em subitens de sumário para os tópicos especiais de sumário relativo à execução orçamentária e financeira (pág. 15, 143 e 144), em que se relata expressamente não haver conteúdo a ser declarado. Há uma citação (pág. 57) em continuidade às descrições relativas à identificação dos macroprocessos pelos quais cada subdivisão institucional tem responsabilidade.

Ainda nesta citação (pág. 57), na subdivisão de apoio, a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) elenca dentre suas atribuições a de promover repases financeiros diretos aos *campi*. Enfatiza-se bem mais adiante, dentro das

descrições pertinentes às linhas de ação da política de assistência estudantil, sendo tais ações possibilitadas por meio de repasses financeiros diretos aos *campi* (pág. 108).

Dentre as menções para repasses, percebeu-se a descrição em quadro esquematizado relativo às situações levantadas pelo TCU, quanto à permanência de pendências identificadas por aquele órgão de controle externo, em que dentre os dados técnicos presentes (nº de processo, codificação e dados de controle processual) verifica-se que foram expedidas recomendações para que se operacionalizem obrigatoriamente os atos e procedimentos relativos a convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres diretamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (SICONV).

Identificada ainda recomendação feita por Órgão de Controle Interno (OCI) à instituição (pág. 301 e 302), quanto às pendências permanentes no exercício, em quadro esquemático, com dados semelhantes ao anteriormente comentado, em que se solicita sob constatações da auditoria interna, que o IFPE adote medidas no sentido de apresentar no relatório de gestão todas as informações concernentes às transferências vigentes no exercício, assim como saldos pendentes de liberação e aprovação.

Há também recomendações de aprimoramento de controles internos administrativos acerca da prestação de contas das transferências voluntárias concedidas pelo IFPE bem cumprimento dos prazos pertinentes, fazendo alusão ao cartão de pagamentos do governo federal, ou cartão corporativo utilizado na instituição.

Em síntese, sem a evidência de dados qualitativos e quantitativos detalhados quanto a este indicador, ainda que identificadas tratativas levantadas por órgãos de controle, os elementos tornam sua pontuação nula.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “repassse” - Número de correspondências exatas: “repassse” (2), “repasses” (4).

Radical: “transferência” - Número de correspondências exatas: “transferência” (14), “transferências” (64).

A menção quanto aos repasses e transferências de recursos financeiros ocorre de maneira dispersa, contextualizada a tópicos distintos do relatório, relacionados ao desempenho orçamentário (pag. 71), ou uma análise com linguagem técnica do gestor da área, quanto à execução orçamentária e financeira (pág. 72 à

80) e descentralizações orçamentárias (pág. 90 e 91), como subitem de sumário referente à execução descentralizada com transferência de recursos. Os dados identificados são dispersos e incompletos em nível de órgão, acarretando a insuficiência da informação.

Indicador 4 - registros das **despesas** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “despesa” - Número de correspondências exatas: “despesa” (91), “despesas” (69).

Verificado que as informações relativas aos registros de despesas representam um tópico de sumário referente à programação e execução da despesa orçamentária (pág. 4), cujos desmembramentos ocorrem no subtópico de programação de despesas correntes, despesas de capital e reserva de contingência, assim como para subitens da execução orçamentária da despesa e suas qualificações pertinentes.

Há quadros esquematizados (pág. 139 à 145) contendo dados técnicos sobre a despesa pública no IFPE, assim como a movimentação orçamentária por grupos de despesa (por modalidade de contratação). São observáveis também os anexos produzidos quanto às informações sobre ações de programas temáticos (pág. 216 à 221), com detalhes quanto aos saldos e estágios da despesa (empenho, liquidação, pagamento), assim como saldos de restos a pagar e metas físicas e financeiras. São Percebidas ainda algumas descrições quanto às movimentações por grupos de despesas junto aos *campi* (pág. 227 à 228).

Há uma menção no relatório (pág. 128) acerca da previsão da realização da despesa, na ocasião da Proposta da Lei Orçamentária Anual (PLOA), em que se coloca que tal previsão ocorre de acordo com as necessidades da instituição, estabelecida em um plano de ação anual, onde se definem os montantes a serem alocados na aquisição de insumos e equipamentos didáticos, de acordo com a prioridade dos cursos ofertados, bem como a necessidade de alocação em infraestrutura, mobiliário e dimensionamento de demandas de serviços terceirizados e manutenções prediais.

A concentração da informação relativa a este indicador em tópicos, subtópicos, anexos e quadros esquematizados permitem uma visão compreensível do fluxo da despesa, desde a programação à execução, embora haja uma linguagem predominantemente técnica. Adicionalmente, importacomentarquetais



registros estão simplificados e incompletos quanto às alocações e registros das despesas por unidade (*campus*).

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “despesa” - Número de correspondências exatas: “despesa” (86), “despesas” (303).

As informações quanto às despesas estão presentes em variadas citações do relatório, em sua maioria descrita qualitativamente. Há descrições mais concentradas quantificando mais precisamente determinadas naturezas de despesa, seja no custeio com infra-estrutura, pessoal ou investimento com obras de expansão. Foi identificado o registro de modo esquematizado (pág. 96 e 97) em quadro e tópico próprio com desmembramento, porém, sem maiores detalhamentos quanto às alocações e variações, embora acompanhada de análise crítica técnica do gestor da área. Tais registros estão simplificados e incompletos quanto às alocações e registros das despesas por unidade (*campus*).

Indicador 5 - informações concernentes a procedimentos **licitatórios**, inclusive os respectivos **editais** e **resultados**, bem como a todos os **contratos** celebrados (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “licit” - Número de correspondências exatas: “licitações” (30), “licitação” (63), “licitada” (0), “licitatório” (18), e “licitado” (04).

Radical: “edita” - Número de correspondências exatas: “edita” (0), “edita” (47), “editais” (26), “editado” (01).

Radical: “resultado” - Número de correspondências exatas: “resultado” (30), “resultados” (107).

Radical: “contrato” - Número de correspondências exatas: “contratos” (123), “contratos” (100).

Foram identificadas no documento citações dispersas para a palavra “licitação” para elucidar, por exemplo, a fase e processo da aquisição de materiais e ou serviços (pág. 91, 136, e da 419 à 424), bem como de modo mais esquematizado, em quadro (pág. 141) pertinente ao subitem de sumário relativo à execução da despesa, mais especificamente por modalidade de contratação, onde são demonstrados saldos sintéticos por contratações no órgão, dentre as quais as modalidades de licitações são desmembradas com seus respectivos saldos.

Há também descrições de competências nas orientações procedimentais

licitatórias, a assistência administrativa e jurídica quanto à legalidade dos atos relativos aos editais de licitação e contratos decorrentes (pág. 40, 44, 49, 104, 105), bem como há recomendações de Órgão de Controle Interno (OCI) (pág. 306) quanto à fragilidade dos controles relativos à área de licitação, comprometimento da integridade, assim como deficiência da pesquisa de preços e falta de planejamento na realização das aquisições e ainda oneração de contratação (pág. 317) ou contratação direta sem propostas (pág. 321).

Foi identificado o enfoque dado também às licitações sustentáveis, inserido no contexto e gestão ambiental, com quadros e anexos (pág. 159, 274), com enfoque em racionalidade ambiental dos recursos (água, papel, energia elétrica), evidenciando volume de tais insumos consumidos e seus valores monetários.

Com relação aos editais, embora este seja reconhecido como um forma dos atos administrativos (pág. 54), não há uma evidenciação dos editais pertinentes às aquisições de materiais e serviços, havendo sim menções dispersas para editais voltados à área pedagógica, no ensino, pesquisa e extensão.

Com relação aos contratos há uma quantificação de contratos de prestação de serviços de limpeza, vigilância ostensiva, locação de bens móveis, evidenciando em quadros esquematizados (pág. 239 à 262), os dados do contrato, prazos, o executor, por unidade (*campus*), porém sem evidenciar os valores contratados.

Tais registros estão incompletos quanto às alocações e registros dos instrumentos e procedimentos licitatórios por unidade (*campus*) em termos monetários, considerando a necessidade de evidência dos instrumentos (resultados e contratos firmados decorrentes).

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “licit” - Número de correspondências exatas: “licitações”(42), “licitação” (36), “licitada”(12), “licitatório” (8) e “licitado” (4).

Radical: “edita” - Número de correspondências exatas: “edita” (2), “edital” (181), “editais” (45), “editado” (4).

Radical: “resultado” - Número de correspondências exatas: “resultado” (116), “resultados”(356).

Radical: “contrato” - Número de correspondências exatas: “contrato” (133), “contratos” (138).

Quanto às informações relacionadas ao processo licitatório, editais e

resultados há menções dispersas em variados tópicos, sem quantificação, seja para evidenciar trâmites licitatórios para o custeio com infra-estrutura, contratação de pessoal ou investimento com obras de expansão. Foi identificado o registro de modo esquematizado (pág.96) em quadro e tópico próprio tratando da modalidade da contratação por grupo de elemento de despesa, porém, sem maiores detalhamentos embora acompanhada de análise crítica do gestor da área, esta trata apenas das definições das modalidades de licitação.

Tais registros estão simplificados e incompletos quanto às alocações e registros dos instrumentos e procedimentos licitatórios por unidade (*campus*), considerando a necessidade de evidência dos instrumentos (resultados e contratos firmados decorrentes).

No tocante aos contratos, foi observada a esquematização das contratações por unidades, em relação à prestação de serviços e determinadas contratações de pessoal, com prazos e editais, contudo, sem quantificações em termos de valores contratados (pág. 172 a 192). Ademais, relata-se que é buscada uma padronização no tocante aos procedimentos de gestão e fiscalização de contratos, frente às mudanças normativas ou mesmo alinhamentos da gestão de modo sistêmico (pág. 193 e 194).

Indicador 6 - dados gerais para o acompanhamento de **programas, ações, projetos e obras** de órgãos e entidades (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “programa” - Número de correspondências exatas: “programa” (223), “programas” (131).

Radical: “ação” - Número de correspondências exatas: “ação” (519), “ações” (374).

Radical: “projeto” - Número de correspondências exatas: “projeto” (162), “projetos” (291).

Radical: “obra” - Número de correspondências exatas: “obra” (24), “obras” (46).

O documento possui várias descrições permeadas em seções distintas, contextualizando sobre programas e projetos em áreas: pedagogias, ensino, pesquisa e extensão, porém em determinadas descrições é possível condensar a informação qualitativa do projeto/programa, a quantidade de contemplados, os valores despendidos e o status do andamento ou da validade, tal qual identificado

em quadro esquematizado na página nº 90. Nos demais casos encontrados em formato de texto extenso, há um acompanhamento com dados monetários e quantidade de contemplados nas unidades (*campus*), porém, de maneira desconcentrada no relatório (exemplo: pág. 92), o que pode comprometer a localização e evidenciação ao longo do documento.

Há também descrições de maneira condensada, com quadros esquematizados pertinentes às ações vinculadas a programa temático no planejamento orçamentário do órgão (pág. 216 a 222) e anexos, evidenciando dados e saldos orçamentários (empenhamento, liquidação e pagamento), codificação das ações, metas físicas e financeiras, com linguagem técnica embora haja complementarmente uma análise crítica do gestor da área, esta não se integra às descrições de caráter pedagógico identificadas ao longo do relatório (pág. 226).

Foi verificada ainda uma estrutura de Plano de Ação (pág. 355 a 465) como um anexo, cujo conteúdo condensa objetivos institucionais e dados passíveis de acompanhamento acerca de programas e projetos por meio de ações executadas pelas subunidades estratégicas (Diretorias e Pró-Reitorias), onde é evidenciada a descrição sucinta da ação, os responsáveis, prazos e *status* de realização, entretanto, sem evidencia de dados monetários e/ou orçamentários alocados.

Quanto à obra, o acompanhamento de possíveis obras, foi identificado na estrutura de Plano de Ação citado anteriormente, descrições sobre ações para a manutenção predial bem como para a expansão do instituto (pág. 393, e da 415 a 422), porém, sem evidenciação de dados relativos ao executor, prazos de execução, valores alocados de maneira objetiva e sucinta.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “programa” - Número decorrespondências exatas: “programa” (401), “programas” (142).

Radical: “ação” - Número de correspondências exatas: “ação” (694), “ações” (552).

Radical: “projeto” - Número de correspondências exatas: “projeto” (189), “projetos” (260).

Radical: “obra” - Número de correspondências exatas: “obra” (48), “obras” (86).

O acompanhamento de ações previstas em programas temáticos do Plano Pluri Anual (PPA), de responsabilidade da instituição, representa um tópico de sumário, desmembrado em subtópicos (pag. 72 a 91), qual de modo esquemático expõe-se as ações e projetos, sua natureza, objetivos, prazo, meta física com

orçamento empregado, bem como a qualificação da prioridade. Embora haja uma organização da informação em nível de gerenciamento orçamentário, a linguagem técnica em determinados momentos codificadas, não permite através de números demonstrarem o que concretamente foi produzido de alcance social por meio da instituição, o que resulta numa superficialidade da informação.

Há uma esquematização dos Planos de Ação do IFPE (pág. 78 a 89), em formato de quadro, que versa sobre objetivos, metas, responsáveis, prazos e status de realização, com uma apresentação lógica para compreensão das estratégias e os resultados a serem alcançados, contudo, não é evidenciado concretamente em termos de recursos a alocação nos respectivos resultados alcançados ou realizados.

As informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos (pág. 144) são omitidas com o argumento de não aplicabilidade deste tipo de recursos na instituição, contudo, há de ser verificado o alcance do que é dito como sendo externo, pois há a promoção de benefícios seja para área de ensino, pesquisa e extensão, ou para servidores, como também em prol da infra-estrutura e sua expansão, por meio de recursos direcionados para a instituição, embora tais recursos não participem originalmente da programação orçamentária anual desta instituição, tal como ocorre com os recursos descentralizados poremenda parlamentar.

Já as informações pertinentes às obras e serviços de engenharia relacionada à atividade fim representam um tópico do sumário (pág. 255 a 256) condensa, de maneira sucinta e lógica, por meio de quadros as informações quanto à localidade da obra, o prestador de serviço executor, os prazos, a fase de realização, bem como o montante despendido para tais obras.

Indicador 7 - **respostas a perguntas** mais frequentes **da sociedade** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “resposta” - Número de correspondências exatas: “resposta” (8), “respostas” (4).

Radical: “pergunta” - Número de correspondências exatas: “pergunta” (0), “perguntas” (0), “perguntaram” (0).

Radical: “sociedade” - Número de correspondências exatas: “sociedade” (50).

Não foram apresentados, no documento, registros pertinentes às perguntas e

respostas mais frequentes demandadas pela sociedade. Quanto aos procedimentos pertinentes ao fornecimento de informação ao cidadão, há apenas o reconhecimento acerca da estrutura organizacional própria necessária para absorver e gerir demandas internas e externas, a Ouvidoria-Geral como um órgão de assessoramento da Reitoria (pág. 40).

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: 0 (Ausente)

Radical: “resposta” - Número de correspondências exatas: “resposta” (59), “respostas” (26).

Radical: “pergunta” - Número de correspondências exatas: “pergunta” (0), “perguntas” (2), “perguntaram” (1).

Radical: “sociedade” - Número de correspondências exatas: “sociedade” (124).

Não foram apresentados, no documento, registros pertinentes às perguntas e respostas mais frequentes demandadas pela sociedade, ainda que haja no relatório o reconhecimento deste item requisitado pela LAI, em tópico específico para o relacionamento com a sociedade (pág. 281), não é exposta, de fato, a relação de perguntas e suas respectivas respostas.

Quanto aos procedimentos pertinentes ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), há o reconhecimento acerca da estrutura organizacional própria necessária para absorver e gerir tais demandas, a Ouvidoria. Verifica-se (pág. 302) o relato de 160 demandas, apenas categorizadas como reclamação, denúncia, sugestão e pedidos de informações, sendo esta última a de maior representação das demandas.

#### **4.2.2 Dimensão 2 - Prestação de Contas Anuais ao Tribunal de Contas da União - TCU**

Indicador 1 - **Canais** de **acesso** do **cidadão** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “canal” - Número de correspondências exatas: “canal” (04), “canais” (03).

Radical: “acesso” - Número de correspondências exatas: “acesso” (60), “acessos” (0).

Radical: “cidadão” - Número de correspondências exatas: “cidadão” (7), “cidadãos” (3).

Não há no relatório a descrição de canal de acesso ao cidadão no IFPE, ou alusão ao portal institucional próprio. Há menção a um canal informativo da Capes Web TV como ferramenta de divulgação e promoção de ações de pesquisa, pós-graduação e inovação no IFPE.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **1 (Integral)**

Radical: “canal” - Número de correspondências exatas: “canal” (23), “canais”(26).

Radical: “acesso”- Número de correspondências exatas: “acesso” (109), “acessos” (6).

Radical: “cidadão” - Número de correspondências exatas: “cidadão” (47), “cidadãos” (25).

Foi identificado um tópico específico no sumário para abordar sobre canais de acesso do cidadão (pag. 282), citando os seguintes canais de comunicação: portal institucional, atendimento via telefone e e-mail, páginas e perfis em mídias sociais, Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e Ouvidoria (e-Ouv). O gerenciamento e a produção de conteúdo para o portal institucional e mídias sociais é realizado por uma Assessoria de Comunicação institucional, já os demais canais são monitoradas pela Ouvidoria do IFPE.

Vale salientar que dentre os canais de comunicação com o cidadão, as mídias sociais (*Facebook, Youtube, Instagram e Flickr*), embora não representem um instrumento reconhecido formalmente pela LAI, se revelam como uma forte ferramenta de interatividade com a sociedade, se utilizando de uma plataforma gratuita e controlada estrategicamente para promover o relacionamento com dinamismo junto à sociedade, em que cria-se espaço para visibilidade e *chat* para tirar dúvidas, solicitar informações acadêmicas, contatos, dentre outros assuntos (pag. 289).

Indicador 2 – Carta de Serviços ao Cidadão (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “carta” - Número de correspondências exatas: “carta” (03), “cartas” (01).

Radical: “serviço” - Número de correspondências exatas: “serviço”

(103), "serviços" (189).

Radical: "cidadão" - Número de correspondências exatas: "cidadão" (07), "cidadãos" (03).

Não há uma carta de serviços a cidadão, contudo, foi identificado um quadro anexo em formato de questionário, pertinente à gestão da tecnologia da informação na instituição (pág. 271), qual dentre seus subtópicos de questionário, avalia-se que quanto à carta de serviços ao cidadão (Decreto 6.932/2009) a instituição fará publicação no ano seguinte.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: "carta" - Número de correspondências exatas: "carta" (15), "cartas" (01).

Radical: "serviço" - Número de correspondências exatas: "serviço" (175), "serviços" (336).

Radical: "cidadão" - Número de correspondências exatas: "cidadão" (47), "cidadãos" (25).

Foi identificado na íntegra um espaço no relatório pertinente à Carta de Serviços ao Cidadão, representado um tópico específico no sumário (pág. 305 à 306), em que está descrita a finalidade e o alcance da referida carta, sem, no entanto, apresentar de fato os tipos do serviço oferecidos à sociedade, requisitos para acessá-lo, etapas, prazos e processos, locais e forma da prestação do serviço, além da forma de comunicação com o beneficiário do serviço público oferecido, quanto aos resultados obtidos e metas esperadas, ou seja, observa-se uma superficialidade no conteúdo.

Indicador 3 – Aferição do grau de **satisfação** dos **cidadãos-usuários** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: "satisfação" - Número de correspondências exatas: "satisfação" (01).

Radical: "cidadão" - Número de correspondências exatas: "cidadão" (07), "cidadãos" (03).

Radical: "usuário" - Número de correspondências exatas: "usuário" (01), "usuários" (03).



Não há no relatório descrição ou alusão acerca de aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “satisfação” - Número de correspondências exatas: “satisfação” (12).

Radical: “cidadão” - Número de correspondências exatas: “cidadão” (47), “cidadãos (25).

Radical: “usuário” - Número de correspondências exatas: “usuário” (13), “usuários” (27).

Foi identificado um tópico específico no sumário que trata de “mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços” (pag. 309), onde são apresentados três mecanismos, quais sejam: a Pesquisa de Auto-avaliação Institucional, Reitoria Itinerante e os Coletivos Institucionais.

Segundo o relatório o primeiro mecanismo é realizado por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) no IFPE, em conformidade com a Legislação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pertinente à Lei nº 10.861/2004 e Portaria MEC nº 2.051/2004, com finalidade de aperfeiçoar a gestão acadêmica, administrativa e a identidade institucional de maneira continuada.

A divulgação à sociedade ocorre por meio de Relatórios da CPA (pag. 312), culminando na consolidação de um documento chamado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), reformulado/atualizado a cada quatro anos, como ciclo avaliativo.

Embora também haja neste item o reconhecimento de promoção da democratização, transparência e qualidade demandada pela sociedade, neste espaço do relatório, para este mecanismo, não foi evidenciada a avaliação da satisfação dos cidadãos-usuários, ou seja, a avaliação externa de quem já usufrui dos serviços, tampouco meio, modo e métodos, ainda que a sociedade seja inserida como um elemento dialógico na auto-avaliação.

Há de se comentar ainda que a evidência da avaliação externa explorada no relatório de gestão (pag. 313 e 314) relaciona-se com os parâmetros de avaliadores externos designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(INEP) em caráter de regulação e conceituação da avaliação institucional.

No segundo mecanismo, também se verifica que o intuito é integração interna institucional, ou seja, promoção de proximidade entre Reitoria e *Campus* para diálogos pertinentes às questões organizacionais, pedagógicas e administrativas

ainda que vise decisões coletivas, em prol das questões finalísticas e resultem em benefícios imediatos aos estudantes. Foi observada que a metodologia adotada está voltada à descentralização de decisões com foco na democratização e criação de espaços coletivos, contudo, não foram apresentados os resultados pertinentes à satisfação dos usuários finais.

No terceiro mecanismo, o caráter dialógico e participativo é conservado, e materializado por meio de Conselhos, Colegiados, Comitês e Espaços Sistematizados de Reuniões (pág. 311), com a inserção de estudantes e representantes da sociedade civil, entretanto, há de ser evidenciado o produto de opinião do usuário final que já usufrui dos serviços prestados pelo instituto, conseguir capturar o grau de satisfação destes.

Indicador 4 - Mecanismos de **transparência** das informações **relevantes** sobre a atuação da unidade (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “transparência” - Número de correspondências exatas: “transparência” (03), “transparências” (0).

Radical: “relevante” - Número de correspondências exatas: “relevante” (04), “relevantes” (08).

No relatório não há a descrição quanto aos mecanismos de transparência das informações sobre o IFPE. Vale comentar que dentre as menções feitas sobre transparência, embora seja insipiente faz-se uma alusão ao aprimoramento do serviço público, para divulgação de informações do ensino à distância (EaD) em *site* e *moodle* (pág. 401), ou ainda providências tomadas após recomendações de Órgão de Controle Interno (OCI) no tocante à ausência de informações em certames licitatórios em determinadas unidades do órgão, para que se promova transparência nas contratações (pág. 324 e 325).

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **1 (Integral)**

Radical: “transparência” - Número de correspondências exatas: “transparência” (09), “transparências” (02).

Radical: “relevante” - Número de correspondências exatas: “relevante” (02), “relevantes” (25).

A transparência é citada na página 305 no tópico “carta de serviços ao

Cidadão”, na página 308, no tópico sobre comissão ética, na página 309 no tópico referente aos mecanismos de auto-avaliação institucional, e de maneira específica na página 312 representa um tópico do sumário que trata de “mecanismos de transparência das informações relevantes”.

Tal tópico específico faz menção novamente aos canais de comunicação: o Portal do IFPE, a Ouvidoria, o e-SIC, a Carta de Serviços ao Cidadão, os *links* existentes no site institucional, como também a Assessoria de Comunicação do Instituto. São elucidados alguns exemplos de como realizar uma pesquisa sobre de informações institucionais, bem como com foco no “acesso à informação” por meio do portal já citado.

Vale comentar que embora tenham sido apresentados os elementos que permitam a promoção da transparência, citado textualmente, seria interessante demonstrar uma navegação orientada de uma simulação de uma pesquisa pontual (relevante) e ou aleatória, por meio de *prints* do portal do IFPE, sem a intenção de redundar quanto ao conteúdo, mas sim para a criação de uma identidade visual em busca da maior familiaridade com tais ferramentas, já que a quantidade de informações a ser obtida é extensa, mas o canal de busca necessita ser mais bem demonstrado/valorizado.

Indicador 5 - Medidas para garantir a **acessibilidade** aos **produtos**, **serviços** e **instalações** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “acessibilidade” - Número de correspondências exatas: “acessibilidade” (07).

Radical: “produto” - Número de correspondências exatas: “produto” (04), “produtos” (35).

Radical: “serviço” - Número de correspondências exatas: “serviço” (103), “serviços” (189).

Radical: “instalação” - Número de correspondências exatas: “instalação” (40), “instalações” (22).

No relatório não há a descrição concreta quanto às medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. Vale comentar que há descrições quanto a projetos de acessibilidade em algumas unidades (pág. 415 e 448), em consonância ao objetivo institucional de contratação empresa para elaboração de projetos de acessibilidade, e com caráter inaugural a política de

inclusão na instituição (pág. 84), com a elaboração de edital para a contratação de tais serviços em determinada unidade em 2012.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **1 (Integral)**

Radical: “acessibilidade” - Número de correspondências exatas: “acessibilidade” (45).

Radical: “produto” - Número de correspondências exatas: “produto” (76), “produtos” (30).

Radical: “serviço” - Número de correspondências exatas: “serviço” (175), “serviços” (336).

Radical: “instalação” - Número de correspondências exatas: “instalação” (4), “instalações” (22).

Foi identificado (pág. 318 a 320) um tópico do sumário denominado “medidas para garantir acessibilidade aos produtos, serviços e instalações” específico, abordando tal temática, em que são expostas as ações das práticas da acessibilidade em aderência normativa à Lei nº 10.098/2000, ao Decreto nº 5.296/2004 e às normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no tocante aos requisitos de contratação e execução de obras e ergonômias estrutural de instalações.

Ressalta-se também a demonstração do reconhecimento de acessibilidade com um sentido atitudinal no IFPE, no tocante à criação de políticas inclusivas do indivíduo com o enfoque no aperfeiçoamento do processo educativo com a criação de núcleos de atendimento coordenados pela Pró-Reitoria de extensão. Tais núcleos possuem um escopo voltado para aspectos de valorização da pessoa, seja no tocante à deficiência motora, necessidades especiais, questões críticas relacionadas à diversidade de gênero e etnia.

Indicador 6 - Informações sobre **indenizações** a clientes no âmbito administrativo e **judicial** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “indenização” - Número de correspondências exatas: “indenização” (0), “indenizações” (03).

Radical: “judicial” - Número de correspondências exatas: “judicial” (03), “judiciais” (0).

O relatório possui descrições sobre o termo judicial e indenizatório apenas para evidenciar despesas de pessoal decorrentes de processo judicial (pág. 237) ou ainda execuções orçamentárias decorrentes de precatórios (transitados em julgado) (pág. 219).

Tais descrições não possuem uma evidência qualitativa que permita um maior esclarecimento, ou mesmo uma apresentação quantitativa mais pertinente com saldos detalhados para que se alcance uma compreensão sem superficialidade acerca de tais informações.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “indenização” - Número de correspondências exatas: “indenização” (2), “indenizações” (07).

Radical: “judicial” - Número de correspondências exatas: “judicial” (0), “judiciais” (09).

O termo indenização foi localizado (pág. 94) para justificar a realização atípica de receita considerável em curto prazo, obtida com o resgate de apólice de seguro, decorrente de sinistro com automóvel do IFPE, um ônibus escolar do *campus* Recife. Verifica-se a quantificação do valor resgatado, porém, não há maiores informações qualitativas, tais como a causa do sinistro, as tratativas, a alocação do montante recebido.

Na página 169, há um quadro demonstrando quantificando o custo com pessoal relacionado às indenizações e decisões judiciais de “servidores de carreira vinculados ao órgão ou unidade jurisdicionada”. Não foi demonstrada legenda ou desmembramento da informação qualitativa para o expressivo montante do valor evidenciado.

Ocorre na página 355 menção para indenizações, restituições e ressarcimentos, em que são descritos quantitativa e qualitativamente a obtenção e a finalidade de tal receita, que está atrelada às despesas de pessoal, cujo fundamento legal e as justificativas são descritas sucintamente.

O mesmo ocorre para a citação do termo judicial (pág. 355), sendo para este caso atrelado às receitas com taxas de serviços administrativos, alugueis, uso de imóveis e produção animal, não estando portanto, vinculado às questões de fato judiciais, trata-se apenas de uma classificação genérica dentro de um tópico padronizado de notas explicativas. Observado também na página 366 a menção da necessidade de tratativas quando às ações e decisões judiciais, no sentido de criar acompanhamento integrado entre setores jurídico, Departamento de Pessoal e

Contratos para que seja possível haver provisionamentos contábeis e financeiros de valores contingenciados ou com potencial risco ao IFPE.

Indicador 7 - Formas de **participação cidadã** nos **processos decisórios** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **1 (Integral)**

Radical: “participação” - Número de correspondências exatas: “participação” (136).

Radical: “cidadã” - Número de correspondências exatas: “cidadã”(05).

Radical: “decisórios” – Número de correspondências exatas: “decisórios” (03), “decisório” (0).

Embora identificadas poucas descrições no relatório, foi observada a menção quanto a uma meta para aperfeiçoar as formas de participação dos estudantes na instituição (pág. 358), cujas ações para tal feito incentivam a inserção dos alunos a participarem de deliberações e decisões em conselhos de classe, reuniões com gestores e Conselho Superior (CONSUPE), cuja promoção está sob responsabilidade da Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE).

Mais concretamente vê-se que na composição do CONSUPE (pág.28) há a representação de 2/3 (dois terços) dos *campi* destinada ao corpo discente, eleito por pares na forma regimental e 6 (seis) representantes da sociedade civil, sem vínculo funcional ou estudantil com o IFPE.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **1 (Integral)**

Radical: “participação” - Número de correspondências exatas: “participação” (145).

Radical: “cidadã” - Número de correspondências exatas: “cidadã”(12).

Radical: “decisórios” – Número de correspondências exatas: “decisórios” (0), “decisório” (4).

Foi identificado no documento descrições (pág. 36 e 37) e quadros esquematizados (pág. 34 a 35), no tópico referente à área de ensino como macroprocesso finalístico, a alusão participação de estudantes, docentes e técnicos administrativos em comissões de gestão de políticas e programas de ensino, constituídas formalmente por meio de portarias.

As ações concretas desta participação de alunos enquanto participação cidadã ocorrem por meio protagonização em interação nas deliberações em fóruns e reuniões, direcionados a revisões e processos decisórios em programas pedagógicos de licenciaturas, formação docente e práticas acadêmicas, como também de programas tal como o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Programa de Acesso, Permanência e Sucesso (PROIFPE).

Observou-se, inclusive, que nas páginas 305 e 306 no tópico de sumário referente à Carta de Serviços ao Cidadão, o reconhecimento da participação do cidadão como um dos princípios fundamentais do controle social.

Ainda nas páginas 47 e 48, nas descrições pertinentes à pesquisa e inovação tecnológica, quanto à cultura de inovação e a manutenção do patrimônio de propriedade intelectual do IFPE, há intenções de estímulo de participação da comunidade do IFPE, como também parcerias com outras autarquias locais nas ações e processos decisórios de inovação tecnológica por meio da formalização e constituição de edital, estando, entretanto tal iniciativa dependente de aprovações orçamentárias e regulamentações jurídicas para tal feito.

Há de ser considerado que embora não tenha havido captura por meio das palavras temáticas, na leitura flutuante do conteúdo do relatório, no tocante à participação cidadã há, conforme a página 146, a inclusão de estudantes, como representante da comunidade interna do IFPE no processo decisório, junto aos demais representantes, tais como professores, técnico-administrativos e Diretores Gerais dos *Campi* na composição do órgão deliberativo e consultivo máximo do IFPE, o Conselho Superior (CONSUP) legitimado pela Lei Federal nº 11.892 de 2008, como um órgão superior da administração na instituição.

#### 4.2.3 Dimensão 3 – Assistência Estudantil – PNAES

Indicador 1 - **democratizar** as condições de **permanência** dos jovens na educação superior pública federal (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “democratizar” - Número de correspondências exatas: “democratizar” (02), “democratização” (7).

Radical: “permanência” - Número de correspondências exatas: “permanência” (40), “permanências” (0).

A menção à democratização permeia o relatório, contextualizando a capacidade de promover a participação social, a garantia do acesso à educação pública de qualidade, o conhecimento e as oportunidades na instituição por meio de seus macroprocessos finalísticos em ensino, pesquisa e extensão (pág. 56, 58, 107, 112, dentre outras) assim como também para elucidar quanto à gestão democrática (pág. 127).

Não diferente disto, a palavra “permanência” permeia o relatório, representando ainda um dos objetivos do Plano de Ação Anual concebido pela Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional (PRODIN), qual seja o objetivo de nº 10, focado em melhorar a permanência e o êxito dos discentes no IFPE (pág. 128).

Tal objetivo conforme o documento anexo com quadro esquematizado (pág.355) está sob a incumbência da Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) a realização de ações com o alcance de resultados em tal objetivo, nos moldes do que preceitua o PNAES quanto à permanência, a propósito, segundo o documento o IFPE busca implantar a sua Política de Assistência Estudantil, enquanto direito social voltado à igualdade de oportunidades e permanência (pág. 107).

A política de assistência mencionada, segundo o relatório, teve o processo de implementação por meio de programas técnico-científico, específicos e universais, limitando-se à restrição orçamentária para sua execução, bem com contemplando alunos com perfil de vulnerabilidade social (pág.108).

Verificado ainda que muitas das ações com este enfoque já são realizadas na instituição e estão voltadas a promover formas de acesso, permanência e conclusão exitosa dos estudantes no IFPE, por meio do Programa Institucional PROIFPE (Programa de Acesso, Permanência e Sucesso), descrito com a palavra “sucesso” de acordo com a legenda da lista de abreviações e siglas (pág. 10), muito embora haja menção feita no relatório substitua tal palavra por “êxito” (pág. 81).

Observou-se que no relatório existe a evidência da política interna pertinente ao PNAES, demonstra-se ações e atividades pertinentes, porém não expõem seus resultados para as condições de permanência, em conjunta ou isoladamente em suas unidades, seja qualitativa ou quantitativamente.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “democratizar” - Número de correspondências exatas: “democratizar” (06), “democratização” (4).

Radical: “permanência” - Número de correspondências exatas: “permanência” (92), “permanências” (2).

Há a citação de permanência (pág. 405) no tópico de considerações finais,



para exemplificar um programa institucional voltado para o atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade, o PROIFPE, que segundo o relatório, está direcionado à garantia do acesso, permanência e êxito dos estudantes.

O referido programa está presente na lista de siglas e abreviações ao início do relatório (pág. 5), onde sua descrição expandida significa: Programa de Acesso, Permanência e Sucesso, inclusive na página 33 na estrutura de um quadro esquematizado para expor os macroprocessos finalísticos da Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN), consta na descrição de produtos e serviços o item referente ao PROIFPE de maneira sucinta e simplificada expondo a atribuição a ser realizada de acompanhamento da política de acesso, permanência e êxito do programa.

Na página 44, dentro do tópico de Área de Ensino e seus macroprocessos finalísticos, há uma citação quanto à atuação da PRODEN no tocante à permanência e a garantia do êxito nos estudos, no sentido de diagnosticá-la por meio de realização de levantamento de dados entre os anos de 2014 e 2017, baseados em informações pertinentes à evasão e retenção no IFPE. Tal feito foi realizado segundo o relatório por meio de uma comissão permanente de acompanhamento do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto, guiando-se por orientações técnicas do MEC quanto a tais tratativas.

Ainda no tocante aos trabalhos do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPE, a comissão responsável realizou atualizações e revisões no escopo de trabalho, com alinhamentos junto aos *campi* quanto aos dados obtidos por meio de subsistemas acadêmicos, para que se obtenham informações pertinentes à evasão, retenção e conclusão com fidedignidade (pág. 40).

Na página 55, na continuidade de um quadro esquematizado sobre os macroprocessos da Pró-Reitoria de Extensão há um item pertinente à Política de Inclusão e Cidadania, que apresenta dentre outros enfoques o intuito da promoção do acesso e permanência das populações em vulnerabilidade social nas ações/atividades de extensão, em que nas descrições, em específico como o PRONATEC presente em todos os *campi*, a inclusão e o exercício de cidadania de pessoas com vulnerabilidade social foram alcançadas.

Vale comentar que na página 73, na continuidade de um tópico de sumário relativo à Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício, elencam-se as descrições referentes aos Principais Objetivos Estratégicos da Unidade para o Exercício de 2017, havendo vinte e dois (22) objetivos, dentre os quais o de nº 10 é “melhorar a permanência e o êxito dos discentes no Instituto Federal”. Tal atribuição está atrelada à Pró-Reitoria de Ensino (pág. 89) como também se pode ver na página

108 e 109 em quadro esquematizado quanto a tal objetivo, com metas e ações, prazos, responsáveis e status de realização.

No tópico de sumário referente à Análise Situacional para Fatores intervenientes no desempenho orçamentário (pág. 84), quanto às ações temáticas presentes do Programa Temático do Plano Pluri Anual (PPA) de Responsabilidade da Unidade Prestadora de Contas, o IFPE, dentre as ações presentes na peça orçamentárias e suas respectivas metas, a ação “2994” (pág. 85) representa a ação, em termos de orçamento no IFPE presente da Lei Orçamentária Anual, vinculada ao financiamento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte e demais iniciativas típicas da Assistência Estudantil, com escopo no acesso, permanência e êxito estudantil.

A de ser comentado que segundo o relatório existe um monitoramento e acompanhamento dos programas “PAE-IFPE” executado por uma diretoria, a Diretoria de Assistência Estudantil, inserindo internamente a política de assistência estudantil no IFPE, com meta física em relação ao quantitativo de alunos a serem beneficiados, segundo o relatório, passível de ampliação a depender da suplementação orçamentária.

Nas páginas 110 e 112 verifica-se no relatório, em continuidade a um tópico de sumário pertinente à apresentação e análise de indicadores de desempenho (pág. 103), a exibição de um quadro referente à evolução da oferta de bolsa do programa Bolsa Permanência, distribuído por *campus*, o comparativo de bolsa entre 2015 a 2017 e sua variação. A descrição do “PAE-IFPE” não está descrito na Lista de Siglas e Abreviações no início do relatório (pág. 5), sendo possível apenas nas descrições presentes na análise deste indicador a compreensão de que se trata de uma Política de Assistência Estudantil (PAE) que compreendemos paralelamente que internaliza institucionalmente os preceitos do PNAES dadas as características e descrições.

O termo “democratizar” está presente no relatório, contextualizando a assistência ao educando (pág. 77 e 78) em um quadro esquematizado em relação às informações técnicas para ação orçamentária de código “2994” citado anteriormente, na qual, segundo o quadro, a responsabilidade na execução da ação é “parcial” da unidade prestadora de contas (IFPE). A propósito, dentre as informações técnicas presentes no quadro, codificadas, quantificadas e atreladas à linguagem financeira e orçamentária, observa-se um campo pertinente à prioridade da ação, e este assinalado com “não”, significando a não prioridade dos feitos, o que se torna uma ambiguidade, pelo menos no aspecto de gestão educacional e seu discurso prévio apresentado anteriormente no relatório.

Observou-se que no relatório existe a evidência da política interna pertinente

ao PNAES, demonstra-se ações e atividades pertinentes, porém não expõe concretamente seus resultados para as condições de permanência, conjunta ou isoladamente em suas unidades, seja qualitativa ou quantitativamente.

Indicador 2 - minimizar os efeitos das **desigualdades sociais** e regionais na **permanência e conclusão** da educação superior (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “desigualdade” - Número de correspondências exatas: “desigualdade” (06).

Radical: “social” - Número de correspondências exatas: “social” (90).

Radical: “permanência” - Número de correspondências exatas: “permanência” (40), “permanências” (0).

Radical: “conclusão” – Número de correspondências exatas: “conclusão” (65).

Quanto à desigualdade social, o documento apresenta uma descrição em continuidade às considerações feitas em tópico pertinente aos objetivos estratégicos (pág. 24), mais especificamente quanto às estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais. Há um reconhecimento de que programas e projetos de extensão, que influenciam na formação do aluno em diversos níveis de ensino, em um espaço privilegiado de conhecimento, promovem a qualidade de vida deste, bem como a superação das desigualdades sociais existentes, permitindo a instituição cumprir com sua função social (pág. 70 e 96).

Reconhece-se também a assistência estudantil como ferramenta minimizadora da desigualdade de oportunidades e promotora de desenvolvimento acadêmico, com formação integral e humanística de alunos com perfil de vulnerabilidade social (pág. 107).

Quanto à palavra “conclusão” analisada, associando-a ao êxito e permanência nos estudos, seu conteúdo foi explorado no indicador nº 1 desta dimensão relacionada à assistência estudantil, entretanto, visando evidenciar a divulgação dos resultados obtidos quanto aos dados pertinentes estritamente à conclusão. Observou-se em tópico referente ao planejamento estratégico com plano de metas e ações no IFPE a menção acerca de um termo de metas e compromissos celebrado desde 2010, emanado pelo MEC e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo foi fixado na tríade acesso/permanência/êxito.

Tais metas visam à redução de taxas de evasão e retenção do fluxo escolar,

assim como o aumento dos índices de conclusão até o ano de 2022, qual o aporte orçamentário voltado à assistência estudantil será provido pela União (pág. 127). Foram detectadas descrições relacionadas a concluintes, em tópico pertinente aos indicadores de desempenho/gestão com base em Acórdão TCU nº 2.267/2005, qual se demonstra em quadro esquematizado (pág. 168) o cálculo de índices acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e de gestão de pessoas.

No tocante ao aspecto acadêmico pertinente à conclusão verificam-se índices considerando a razão entre número de alunos concluintes e o número de matriculados, bem como o índice de eficiência acadêmica condicionando-se ao percentual de concluintes ao ano, ambos meios de mensuração com a apresentação de resultados do ano de 2008 ao ano de 2012.

Há de se observar ainda que diante dos resultados percentuais, não há referencial para que se perceba o nível e o alcance dos referidos indicadores (evidenciar se está além ou aquém do desejado/esperado ou minimizar efeitos indesejados). Quanto ao quadro esquematizado com a evidência dos resultados dos indicadores, estes não receberam maiores desmembramentos, qualitativos ou exposição de meios de acompanhamento.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “desigualdade” - Número de correspondências exatas: “desigualdade” (0).

Radical: “social” - Número de correspondências exatas: “social” (89).

Radical: “permanência” - Número de correspondências exatas: “permanência” (92), “permanências” (2).

Radical: “conclusão” – Número de correspondências exatas: “conclusão” (246).

No relatório não foi identificada nenhuma menção à palavra “desigualdade”, ou mesmo sua associação à desigualdade social. Já para o termo “social”, há citações dispersas no relatório, conjugando-a com responsabilidade, inclusão, transformação, vulnerabilidade e desenvolvimento no escopo de trabalho de objetivos, metas e ações das Pró-Reitorias de Extensão, Ensino e Pesquisa, em que se percebe com frequência a menção de atividades de fomento e assistência relacionadas à bolsa de estudo e eventos interativos com a comunidade.

Observa-se na página 75 uma menção consistente quanto à “responsabilidade social e inserção regional” como sendo o terceiro dos quinze itens pontuais existentes dentro da estrutura de um documento citado como “PDI

2014-2018”, em que, para este terceiro item, descreve-se apenas como subitem a descrição “inserção da Instituição no Estado de Pernambuco e suas responsabilidades”, sem desmembramentos.

A título de esclarecimento, verifica-se (pág. 74) que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) segundo relatório é a principal ferramenta de planejamento que subsidia e orienta as ações da Gestão do IFPE, sendo estruturado para ser desenvolvido dentro de uma metodologia aderente à normativa pertinente, no intervalo de cada cinco anos, consolidando o planejamento estratégico no curto, médio e longo prazo.

É relevante comentar que embora o termo “desigualdade” não tenha sido citado, há, de modo análogo, a contextualização para “inclusão social” na página 76 e 77, representando o 15º item da citada estrutura do PDI 2014-2018, considerando políticas e ações de inclusão como uma possibilidade de “geração de oportunidades e melhoria das condições de vida”, o que, de modo análogo, significa uma tratativa institucional frente aos cenários de desigualdades sociais, sobretudo educacional.

A palavra “conclusão” analisada a partir do relatório está associada ao êxito e permanência nos estudos, neste contexto, relaciona-se com o conteúdo já analisado no indicador nº 1 desta dimensão relacionada à assistência estudantil. Entretanto, visando evidenciar os resultados obtidos, observou-se, no documento, ações e estratégias adotadas para o alcance da meta de “acompanhar ações definidas pelos *campi* para reduzir as taxas de evasão e retenção e aumentar a de conclusão” (pág. 109 e 110), a cargo da Pró-Reitoria de Ensino (pág. 89).

Embora verificado em quadro esquematizado o status de “realizadas” para as ações decorrentes desta meta, não identificamos qualitativa e quantitativamente a evidência dos resultados da análise da conclusão da educação superior da Instituição nos referidos quadros.

Foi localizada na página 119, uma extensão de análise contida no tópico de sumário referente à análise dos Resultados dos Indicadores de Gestão dos IFETs (pág. 116), relacionando indicadores referentes à Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM) e Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC).

Tais indicadores formatados através de uma metodologia regulada pelo MEC e com dados compilados de uma plataforma virtual de domínio público, a Plataforma Nilo Peçanha (<https://www.plataformanilopecanha.org>), condensaram informações quantitativas por meio de gráficos, possibilitando auferir o percentual de alunos formados no exercício, ainda que seja reconhecida uma determinada limitação da análise em nível de séries estatísticas temporais, em que se agregam vários exercícios.

Verifica-se também que ocorrem determinadas interveniências na metodologia de cálculo dos referidos indicadores decorrentes de mudanças de paradigmas e sistemáticas de cálculo oriundo do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.267/2005 TCU/Plenário) em que na página 114 se demonstram comparativamente os efeitos das mudanças de metodologia. Há de se observar ainda que diante dos resultados percentuais, não há um referencial para que se perceba o nível e o alcance dos referidos indicadores (evidenciar se está além ou aquém do desejado/esperado ou minimizar efeitos indesejados).

Na página 125 percebe-se um quadro esquematizado com a evidência dos resultados dos indicadores, inclusive da Relação Concluintes por Aluno (RCA) e Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (IEA-C), consolidado como um todo, considerando os critérios do MEC (manuais e normatizações) e orientações do TCU, em que ambos não recebem maiores desmembramentos, qualitativos ou exposição de meios de acompanhamento.

Indicador 3 - reduzir as taxas de **retenção** e **evasão** (grifo nosso);

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “retenção” - Número de correspondências exatas: “retenção” (04).

Radical: “evasão” - Número de correspondências exatas: “evasão”(16).

Dentre as poucas citações no relatório, a palavra “retenção” foi mencionada em tópico pertinente ao planejamento estratégico com plano de metas e ações no IFPE, em que segundo o relatório, com base em um termo de metas e compromissos celebrado desde 2010, emanado pelo MEC e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, objetiva-se, baseado na tríade acesso/permanência/êxito, a redução de taxas de evasão, retenção do fluxo escolar e índices de conclusão até o ano de 2022 (pág. 127).

Também se identifica a presença em tópico pertinente aos indicadores de desempenho/gestão com base em Acórdão TCU nº 2.267/2005, qual se demonstra em quadro esquematizado (pág. 168) o cálculo de índices acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e de gestão de pessoas, onde no aspecto acadêmico pertinente à retenção verificam-se o Índice de Retenção do Fluxo Escolar, considerando a razão entre número de alunos retidos e o número de matriculados, mensurando resultado percentual do ano de 2008 ao ano de 2012.

Quanto à palavra “evasão” no relatório, além de citação no tópico de sumário pertinente à finalidade e competência institucional (pág. 21) expondo a criação de comissões temáticas para tratativas de temas relevantes, dentre os quais a evasão, há também em outras menções no documento a definição da Diretoria de Assistência ao Estudante como diretoria sistêmica competente para coordenar ações que minimizem a evasão e reprovação acadêmica (pág. 47 e 355).

Em nível de macroprocessos finalísticos a Pró-Reitoria de Ensino (pag. 59 e 369) tal diretoria é citada como responsável por acompanhar e subsidiar as unidades (*campus*) por meio de programa de estudo analítico a construção de políticas e ações com o objetivo de reduzir índices de evasão por meio de melhoria do processo de ensino e aprendizagem, bem como de assistência ao estudante.

Tanto para taxas de retenção quanto para evasão não houve descrições com desmembramentos qualitativos e apenas para a retenção houve a informação quantitativa com índice.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “retenção” - Número de correspondências exatas: “retenção” (32).

Radical: “evasão” - Número de correspondências exatas: “evasão”(20).

Verificado que tanto a evasão quanto a retenção foram citados no relatório (pág. 40) em continuidade à explanação da área de ensino e seus macroprocessos finalísticos (pág. 36 a 42), no qual o reconhecimento de intervenções de combate à evasão e retenção de estudantes no Instituto é realizado por uma Comissão Institucional para Acompanhamento do Plano Institucional Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFPE. O resultado do alinhamento deste plano institucional será segundo o relatório (pág. 40) divulgado em 2018, no tocante à fidedignidade das informações relativas à evasão e retenção junto aos *campi*.

Tanto a evasão quanto a retenção estão inseridos no objetivo nº 10 da Pró-Reitoria de Ensino (pág. 89) relativo à melhoria da permanência e o êxito dos discentes do IFPE, qual na página 108, no quadro esquemático com descrições de metas, ações, responsáveis, estratégias, prazos e status de realização de tais objetivo, busca-se “Ampliar estudos acerca da Evasão e Retenção com vistas a identificar suas causas e estabelecer metas que contribuam para a permanência e êxito do estudante no seu percurso acadêmico”. Na página 109, em continuidade ao quadro citado, a meta descrita é “acompanhar as ações definidas pelos *campi* para reduzir as taxas de evasão e retenção e aumentar de conclusão”, com o *status* de “realizadas” para as ações associadas a mesma.

Há, na página 84, uma menção quanto ao aumento do número de vagas em detrimento à evasão, a ser alcançada por meio da adequação e da modernização da estrutura física dos *campi* e todas as necessidades de custeio inerentes à ação orçamentária “20RG”, ação esta pertinente aos programas temáticos do PPA de responsabilidade da Instituição, detalhadas no tópico de sumário referente à Análise Situacional – Fatores intervenientes do desempenho orçamentário. Como pode ser visto no quadro esquematizado na página 73, dentre os elementos e descrições técnicas (responsabilidade, objetivo, dotação, execução física, dentre outros), tal ação orçamentária tem o status de uma ação não prioritária.

Observado na página 114 um quadro comparativo dos indicadores de gestão e seus critérios metodológicos, no qual, dentre os índices citados, o Índice de Retenção do Fluxo Escolar (IRFE) não foi possível ser calculado adotando a atual plataforma de dados abertos padronizado sobre a educação tecnológica e superior brasileira, a Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Na página 120 verifica-se um esclarecimento sobre tal índice quanto o novo modo de obtê-lo associado ao indicador de Eficiência Acadêmica, porém sem apresentação do resultado percentual do índice de retenção do fluxo escolar, ou evidenciação qualitativa e ou quantitativa, com gráficos.

Observa-se nas páginas 125 e 126 em um quadro esquematizado a evidência dos resultados dos indicadores, inclusive do IRFE consolidado como um todo, considerando os critérios do MEC (manuais e normatizações) e orientações do TCU quanto a esta matéria, em que se descreve a fórmula do cálculo e seus resultados percentuais de 2013 a 2017, segundo a referência contida no próprio quadro, copilados da Plataforma Nilo Peçanha, gerando certa incoerência com o que foi descrito anteriormente na página 114 do relatório.

Tanto para taxas de retenção quanto para evasão não houve descrições com desmembramentos qualitativos e apenas para a retenção houve a informação quantitativa com índice.

Indicador 4 - contribuir para a promoção da **inclusão social** pela educação (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “inclusão” - Número de correspondências exatas: “inclusão”(55).

Radical: “social” - Número de correspondências exatas: “social” (90).



A inclusão social é permeada em várias partes do relatório e se mostra inerente às estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais (pág. 24), com o reconhecimento de formação de jovens em seus diversos níveis de ensino como processo de transformação social.

Observa-se que dentre os órgãos da Reitoria e seus macroprocessos finalísticos, a Pró-Reitoria de Extensão é atribuída dentre as suas competências a de desenvolver projetos sociais objetivando a inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida, promovendo ações de cunho social, científico, esportivo, artístico e cultural, voltadas à comunidade externa e ou interna (pág. 44 e 57).

Há exemplificações de tais programas e projetos de extensão tal como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), Programa Mulheres Mil, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Petróleo e Gás Natural (PROMINP), Programa de Formação de Recursos Humanos da Petrobrás, Programa de Educação Inclusiva, dentro outros projetos de extensão realizados em diversos *campi*, bem como iniciação à criação de Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidade Especial (NAPNE) e ações acadêmicas com participação social em determinadas unidades (pág. 71 a 73).

Verifica-se em descrições presentes em quadros esquematizados com prazos, responsabilidade e status de realização (pág. 430 a 447) a inclusão social inserida no contexto da meta estabelecida para a PROEXT quanto à promoção de programas de extensão para apoio na formação e desenvolvimento solidário em comunidades com vulnerabilidade social e econômica. O conteúdo identificado para este indicador está evidenciado de maneira sucinta com dados qualitativos, quanto ao acompanhamento dos programas e projetos existentes e ou embrionados, porém, sem desdobramentos com dados quantitativos.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “inclusão” - Número de correspondências exatas: “inclusão”(130).

Radical: “social” - Número de correspondências exatas: “social” (89).

Dentre as menções para “inclusão” descritas no documento, foi verificado mais concretamente o contexto do termo “inclusão social” permeando todo o documento, como um macroprocesso da Pró-Reitoria de Extensão descrita em quadros esquematizados, contendo os produtos e serviços e o público alvo destes (pág. 51) e dados orçamentários (pág. 73 e 74).

A Política de Inclusão e Cidadania como um macroprocesso voltado à inclusão social no IFPE por meio de implementação de políticas de educação, cidadania e direitos humanos articulados com o sistema de ensino, fomentando a cultura do respeito e da diversidade, contemplando, segundo o relatório, um público interno (docentes, discentes e administrativos) e externo (sociedade).

Neste espaço são detalhadas as ações e atividades institucionalizadas (eventos, comissões, núcleos e programas) em prol do acompanhamento e manutenção da inclusão social no Instituto. No tópico de sumário referente às considerações finais do relatório (pág. 405), é enfatizado quanto ao fortalecimento de ações de inclusão social pelo viés da educação com fins de minimizar impactos sobre pessoas com deficiência e vulnerabilidade socioeconômica.

Na página 76 há o reconhecimento de um item referente às Políticas e Ações de Inclusão, dentre demais itens presentes na estrutura do PDI 2014-2018 citado no relatório. A descrição resumida para o referido item prevê que tais políticas serão “constituídas por projetos sociais que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriados por ela, que representam possibilidades para a inclusão social, geração de oportunidades e melhorias das condições de vida”.

O conteúdo identificado para este indicador está evidenciado de maneira detalhada com dados qualitativos, quanto ao acompanhamento dos programas e projetos existentes, porém, sem desdobramentos com dados quantitativos.

#### Indicador 5 - moradia estudantil (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “moradia” - Número de correspondências exatas: “moradia”(5).

A palavra “moradia” é citada dentro do contexto de auxílio moradia, em que uma unidade da instituição (*campus*) expõe que há oferta deste benefício além de outros (alimentação, transporte e creche) aos alunos com objetivo de diminuir impactos causados pela vulnerabilidade social (pág. 79). Segundo esta descrição, tal benefício é ofertado por meio de bolsas de assistência ao estudante, selecionados semestralmente, sendo possível apenas no segundo semestre de 2012, com a aprovação da nova Política de Assistência ao Estudante, por meio da Resolução nº 021/2012 do Conselho Superior (CONSUP), a efetivação e ampliação destes benefícios dentro do programa de manutenção acadêmica.

Outra unidade do IFPE faz menção à moradia e semimoradia aos estudantes

(pág.83), frisando a relevância do programa de moradia e semimoradia dentro da política de acesso e permanência, como oportunizadora para alunos sem condições econômicas, residentes em localidades distantes da unidade de ensino (pág. 83 e 84).

Diante do conteúdo detectado para este indicador, percebe-se a evidência sobre o acompanhamento de moradia estudantil em determinadas unidades, de maneira superficial, inclusive, sem detalhamentos qualitativos e quantitativos a nível institucional, o que agregaria todos os *campi* contemplados.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “moradia” - Número de correspondências exatas: “moradia”(2).

A palavra “moradia” foi identificada (pág.49), inserida no contexto de cotas de auxílio-moradia para bolsistas de Pós-graduação no Programa Novo Prodoutoral no exercício de 2017, gerenciado pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), voltado para gestores do IFPE.

O relatório não aborda, quanto à moradia estudantil, as possíveis condições de alojamento ou espaço coletivo e semimoradias que atendam às necessidades de alunos que estejam em realidades que necessitem de tais assistências, tal como se observa em *campi* agrícolas, e ainda os que possuam limitações geográficas que interfiram na logística estudantil.

Na leitura flutuante do documento, na íntegra, foi identificado que embora o termo desejado na análise do conteúdo seja “moradia”, há de ser considerado que o a palavra “alojamento”, contextualizada à moradia estudantil foi identificada uma única vez (pág.85), em uma breve menção à ação orçamentária “2994”, pertinente à execução da Assistência ao Educando na peça orçamentária do órgão. Tal menção está inserida na continuidade ao subitem de sumário referente à Análise Situacional, quanto aos Fatores intervenientes no desempenho orçamentário (pág.84), porém, é insipiente quanto ao contexto analisado para este indicador.

Indicador 6 – alimentação (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “alimentação” - Número de correspondências exatas: “alimentação” (26).

Radical: “alimento” - Número de correspondências exatas: “alimento” (11).

Há menções à palavra “alimentação” dispersas no documento, no entanto, quando associado ao sentido de auxílio alimentação como benefício concedido a alunos, verificamos descrições sucintas relativas à concessão de auxílio alimentação a estudantes em ocasião de visitas técnicas institucionais. Tal descrição está inserida em seção de análise crítica para o tópico de programação de execução da despesa orçamentária e financeira, em específico, quanto às ações orçamentárias vinculadas ao programa temático do IFPE (pág. 137), em que segundo o relatório a ação de assistência estudantil possui meta física na programação de dotação orçamentária sob código “2031”, cujo quadro anexo pertinente a este item (pág. 222) expressa apenas dados com linguagem técnica e saldos resumidos.

Há ainda uma unidade da instituição (*campus*) que expõe que há oferta deste benefício além de outros (moradia, transporte e creche) aos alunos com objetivo de diminuir impactos causados pela vulnerabilidade social (pág. 79). Segundo esta descrição, tal benefício é ofertado por meio de bolsas de assistência ao estudante, selecionados semestralmente, sendo possível apenas no segundo semestre de 2012, com a aprovação da nova Política de Assistência ao Estudante, por meio da Resolução nº 021/2012 do Conselho Superior (CONSUP), a efetivação e ampliação destes benefícios dentro do programa de manutenção acadêmica.

Outra unidade faz menção sucinta para descrever a aplicabilidade dos recursos da assistência estudantil em concessão de alimentação conjuntamente a moradia e transporte a alunos de regiões que dificultam a permanência e o aprendizado do aluno (pág. 84).

Com base no conteúdo identificado para este indicador, percebe-se a evidência sobre o acompanhamento de moradia estudantil em determinadas unidades, de maneira superficial, inclusive, sem detalhamentos qualitativos e quantitativos a nível institucional, o que agregaria todos os *campi* contemplados.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “alimentação” - Número de correspondências exatas: “alimentação” (25)

Radical: “alimento” - Número de correspondências exatas: “alimento”(5).

Há várias menções da palavra “alimentação” inserida no contexto de

alimentação de banco de dados, em sistemas e subsistemas do Instituto, ou mesmo pontualmente referindo-se ao auxílio-alimentação a servidores, não havendo, portanto, nexos com que se pretende neste indicador. Semelhantemente ao indicador relativo à moradia, tal termo foi identificado uma única vez (pág. 85), em uma breve menção à ação orçamentária “2994”, pertinente à execução da Assistência ao Educando na peça orçamentária do órgão.

Quanto à palavra “alimento”, verifica-se uma menção (pág. 58), em um quadro esquematizado referente à Política de Inclusão e Cidadania, como um macroprocesso de inclusão social, Assistência Técnica e Extensão Rural da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), qual dentre as ações descritas, a pertinente à efetivação do uso do recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), almejou-se utilizar 100% do recurso do PNAE com a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar nos 16 *campi* do IFPE. Vê-se que, embora tal tratativa vise prover alimentos aos *campi*, há de ser destacado que recursos do PNAE não se confundem com o do PNAES, assim como o objetivo da análise deste estudo não abarca tal política pública internalizada no Instituto.

#### Indicador 7 – transporte (grifo nosso);

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “transporte” - Número de correspondências exatas: “transporte” (64), “transportes” (11).

Dentre as menções do documento para a palavra “transporte”, quando dentro do contexto de transporte escolar, verificamos que uma unidade da instituição (*campus*) expõe que há oferta deste benefício além de outros (alimentação, moradia e creche) aos alunos com objetivo de diminuir impactos causados pela vulnerabilidade social (pág. 79).

Segundo esta descrição, tal benefício é ofertado por meio de bolsas de assistência ao estudante, selecionados semestralmente, sendo possível apenas no segundo semestre de 2012, com a aprovação da nova Política de Assistência ao Estudante, por meio da Resolução nº 021/2012 do Conselho Superior (CONSUP), a efetivação e ampliação destes benefícios dentro do programa de manutenção acadêmica.

Outra unidade do IFPE faz menção ao transporte escolar aos estudantes (pág. 83), frisando a relevância do transporte escolar, bem como o programa de moradia e semimoradia e alimentação dentro da política de acesso e permanência, como oportunizadora para alunos sem condições econômicas, residentes em localidades distantes da unidade de ensino (pág. 83 e 84).

Verificamos, com o conteúdo detectado para este indicador, a evidência sobre o acompanhamento de transporte estudantil em determinadas unidades, de maneira superficial, inclusive, sem detalhamentos qualitativos e quantitativos a nível institucional, o que agregaria todos os *campi* contemplados.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “transporte” - Número de correspondências exatas: “transporte” (169), “transportes” (04) .

Dentre várias menções feitas à palavra “transporte”, inserida no contexto puramente logístico, ocorreu pontualmente tal termo uma única vez (pág. 85), tal como no indicador relativo à moradia, em uma breve citação à ação orçamentária “2994”, pertinente à execução da Assistência ao Educando na peça orçamentária do órgão. Também há menção (pág. 196) em subitem de sumário pertinente à Gestão de Patrimônio e Infraestrutura, quanto à gestão de frotas e veículos de passeio. Menciona-se que, quando necessário, há a contratação de ônibus para transporte de estudantes em ocasiões de viagens e aulas técnicas em atividades pedagógicas.

Demonstra-se em quadros esquematizados (pág. 197 a 240) o quantitativo de veículos, a estrutura de controle e o custo de veículos por *campus*, considerando a propósito, a importância e o impacto das atividades tal como a de transporte de alunos no percurso casa/escola.

Embora tenham sido identificadas as evidências do acompanhamento sobre o transporte estudantil, verifica-se que se torna sucinta, já que poderia haver destaque para o quantitativo de alunos contemplados por *campus*, e qualificar o perfil/condição do estudante que atende aos critérios previstos no PNAES, tal qual o de vulnerabilidade social, podendo ser ampliada a depender das condições estruturais, geográficas e logísticas de cada *campus*.

Indicador 8 - atenção à **saúde** (grifo nosso);

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “saúde” - Número de correspondências exatas: “saúde”(26).

Dentre as considerações feitas no relatório para a palavra “saúde”, verificou-se que esta foi citada para elucidar quanto ao objetivo estratégico do órgão para o exercício de 2017 no tocante às condições de trabalho e saúde dos servidores (pág.

128), além de algumas tratativas de divulgação formação de equipe par a implantação do Sistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor (SIASS), para coibição de questões de saúde do servidor e possibilitar formar indicadores gerenciais sobre recursos humanos (pág. 152).

Ainda há menção para expor resultados quanto à produção científica relacionada à temática de extensão e publicação sobre Saúde e Meio Ambiente (pág. 71) ou mesmo para em algumas unidades a divulgação de ação de extensão na promoção de atividades de orientação e palestras voltadas à saúde junto à comunidade interna e externa, com agentes de saúde em parceria com secretarias de saúde (pág. 97 e 101).

Foi detectada uma abordagem sobre saúde escolar mais precisamente em quadro esquematizado pertinente ao plano de ação do IFPE (pág. 357), quanto ao objetivo relacionado à melhoria da permanência e o êxito dos estudantes que está sob a incumbência de realização para a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE), qual dentre as metas expostas no relatório há uma voltada para a implantação e aprimoramento de programas de atendimento à saúde do estudante, com articulação de equipe de psicólogos do IFPE e promover a saúde mental da comunidade escolar.

Há ainda no decorrer do referido quadro (pág. 369) uma meta sob a incumbência da Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN) voltada também à implantação e aprimoramento de programas de atendimento à saúde do estudante, com a participação de reuniões organizadas pela DAE neste sentido.

Deste modo, houve a evidenciação relacionada a tal indicador se relacionando com os estudantes, embora superficial e omissão quanto aos dados qualitativos e ou quantitativos dentro do que se propõe nos termos de assistência estudantil.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “saúde” - Número de correspondências exatas: “saúde”(10).

Dentre as considerações feitas no relatório para a palavra “saúde”, verificou-se que esta foi citada para elucidar quanto ao objetivo estratégico do órgão para o exercício de 2017 no tocante às condições de trabalho e saúde dos servidores (pág. 74), além de algumas tratativas de coibição de afastamento de servidores por questões de saúde (pág. 166) e ainda para expor resultados quanto à produção científica relacionada à temática de extensão e publicação sobre Saúde e Meio

Ambiente (pág. 110).Deste modo, não houve evidenciação relacionada a tal indicador se relacionando com os estudantes dentro do que se propõe nos termos de assistência estudantil.

Na leitura flutuante do documento na íntegra foi identificado que embora o termo desejado na análise do conteúdo seja saúde, há de ser considerado que a palavra “médico-odontológico”, contextualizada à assistência estudantil foi identificada uma única vez (pág. 85), em uma breve menção à ação orçamentária “2994”, pertinente à execução da Assistência ao Educando na peça orçamentária do órgão. Tal menção está inserida na continuidade ao subitem de sumário referente à Análise Situacional, quanto aos Fatores intervenientes no desempenho orçamentário (pág. 84), porém, é insipiente quanto ao contexto analisado para este indicador.

Indicador 9 - inclusão digital (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “inclusão” - Número de correspondências exatas: “inclusão”(55).

Radical: “digital” - Número de correspondências exatas: “digital” (8).

Para evitarmos redundância, as descrições e análise da palavra “inclusão” podem ser verificadas no Indicador nº 4 desta dimensão, onde há alusão à inclusão social, sem, porém, associar-se à inclusão digital requisitada neste atual indicador.

Foi verificado o termo “inclusão digital” nas explanações feitas em tópico pertinente aos macroprocessos finalísticos da PRODEN, com a menção sucinta sobre o projeto de tecnologia educacional para a interação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) com as atividades pedagógicas no IFPE, propiciando a função social do IFPE quanto à Inclusão Digital (pág. 59).

Também identificado em quadro esquematizado (pág. 424 e 425), embora não haja na contextualização a presença do objetivo no quadro (falha de edição do relatório), verificamos que à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) é atribuída a responsabilidade pelo alcance da meta de integrar *campi/comunidade/mundo* do trabalho, sendo proposto incentivo à formação de cursos de extensão à comunidade interna e externa, dentre áreas distintas, citando a da Inclusão Digital. Tais feitos da PROEXT são observados no decorrer do referido quadro, com ações relacionadas a projetos de incubadora tecnológica de cooperativas e empreendimentos solidários do IFPE em parcerias com o Porto Digital e o Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP) (pág. 433).

Deste modo, houve a evidenciação relacionada a tal indicador se



relacionando com os estudantes, embora superficial, e omissão quanto aos dados qualitativos e ou quantitativos dentro do que se propõe nos termos de assistência estudantil.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “inclusão” - Número de correspondências exatas: “inclusão”(130).

Radical: “digital” - Número de correspondências exatas: “digital” (14).

Para evitarmos redundância, as descrições e análise da palavra “inclusão” podem ser verificadas no Indicador nº 4 desta dimensão, onde há alusão à inclusão social, sem, porém, associar-se à inclusão digital requisitada neste atual indicador. Não há menção ao termo “inclusão digital”, inclusive, a palavra “digital” analisada isoladamente foi identificada no relatório com o contexto e certificação digital ou com um significado restrito ao meio de apresentação de dados (pág. 131, 263, 267, 394). Não houve, de fato, evidenciação deste indicador no relatório.

Indicador 10 – cultura (grifo nosso);

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “cultura” - Número de correspondências exatas: “cultura” (24), “cultural” (25), “culturais” (24).

A menção à cultura e seu contexto ligado à capacidade educativa e produção humanística estão permeados, dispersos em várias partes do relatório, a exemplo do subitem inicial de sumário pertinente à Finalidade e Competências Institucionais do órgão (pág. 20), preconizando o estímulo à produção cultural e arranjos produtivos, sociais e culturais locais, da comunidade e do Instituto.

A propósito é citada na ocasião a migração da cultura escolar para cultura acadêmica como um dos maiores desafios em termos de gestão educacional na instituição (pág. 21). Expõe-se ainda que dentro da estrutura organizacional (pág. 44 e 71), a PROEXT é atribuída, dentre outras atuações, a competência para promover a realização de ações de cunho social, científico, esportivo, artístico e cultural voltadas à comunidade externa e ou interna. Verificam-se os feitos da PROEXT em ações acadêmicas realizadas em espaços e núcleos criados para interação com a comunidade interna e externa, com temas diversos, dentre os quais arte e cultura estão inclusos (pág. 73, 165, 166).

Há citações de determinadas unidades (*campus*) quanto às realizações relacionadas às atividades artísticas e culturais, a exemplo de grupos de teatro e música possibilitados pela assistência estudantil (pág. 77, 91, 92, 94, 97, 98). Ainda atribui-se à Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) competências, dentre as quais supervisionar os programas nas áreas sociais, cultural, técnica, científica, esportiva e política no IFPE (pág. 47 e 107), como também à Pró-Reitoria de Ensino a atividade contínua no quesito pontual relativo à reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) visando demandas de arranjos produtivos e culturais locais (pág. 60).

Em quadros esquematizados (pág. 355 a 359) referente ao plano de ação do IFPE, em relação ao objetivo pertinente à melhoria da permanência e o êxito dos alunos, existe metas da DAE dentre as quais está presente a de incentivar e ou promover atividades acadêmicas científicas, artísticas, culturais, desportivas e de lazer, possibilitando a realização de eventos correlatos. Na continuidade do referido quadro (pág. 370), a Proden é citada no tocante às suas metas e, de maneira sucinta, há a descrição quanto à sua participação junto à DAE na realização de ações e programas que ofereçam oportunidades de experiência na área cultural e de multiplicação de conhecimentos nos *campi*.

A PROEXT é descrita, no tocante à sua meta pertinente ao desenvolvimento do projeto “IFPE na comunidade”, com a responsabilidade de estimular e inserir ações culturais e eventos de extensão (pág. 427,429,435).

Embora percebamos a riqueza de informações qualitativas permeadas no relatório e concentrada em determinados campos específicos capazes de detalhar as atividades e tratativas acerca da cultura, este indicador obtém a pontuação de parcialidade (0,66) já que seus dados quantitativos (resultados comparativos e ou recursos) se omitem.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “cultura” - Número de correspondências exatas: “cultura” (92), “cultural” (43), “culturais” (40).

A palavra “cultura” e seu contexto ligado à capacidade educativa e humanística estão permeados, dispersos em várias partes do relatório, desde o início, já no subitem de sumário pertinente à Finalidade e Competências Institucionais do órgão (pág. 19 e 22), preconizando o estímulo à produção cultural e arranjos produtivos, sociais e culturais locais, da comunidade e do Instituto.

Em relação às responsabilidades quanto à cultura dentro da estrutura organizacional, é exposto em quadro sistemático (pág. 27), subáreas estratégicas com a competência e o período de atuação em que é citada a Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional (PRODIN) como atribuída, dentre outras atuações, a

responsabilidade de fomentar e executar políticas de integração, articulação, comunicação e eventos (técnicos científicos e culturais). Ainda neste mesmo quadro citado atribui-se à Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) competências, dentre as quais: supervisionar os programas nas áreas sociais, cultural, técnica, científica, esportiva e política no IFPE.

Embora não estivesse incluso nas competências das subáreas estratégicas citadas no quadro anterior, observa-se nas descrições da Pró-Reitoria de Extensão (pág. 53 e 54), em quadro esquematizado quanto aos macroprocessos e seus produtos e serviços, há o item pertinente a Eventos e Cultura, em que se expõe que há a visão ao estímulo e a realização de eventos científicos, acadêmicos, tecnológicos e culturais no IFPE, englobando atividades culturais integradas e artísticas, voltadas para a comunidade interna e externa, sob coordenação de uma Coordenação de Cultura e Arte.

Ainda no tocante aos eventos realizados no IFPE, verifica-se (pág. 60 a 69) a descrição de parcerias com outras instituições, caracterizando uma relação tanto externa, com uma parceria cultural com entidades privadas e públicas, quanto interna com as articulações institucionais com os *campi* e a Pró-Reitoria de Ensino, permitindo a criação de núcleos de cultura e a promoção de eventos internos tal como oficinas e mostras de artes visuais, festivais de cinema, música e artes cênicas, premiações literárias, *workshops*, seminários e encontros para debates temáticos ligados a temas transversais da educação (etnias, diversidade e gênero).

Ainda, nas articulações externas, descrevem-se eventos externos a exemplo de audiência pública realizada junto à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, com enfoque em temáticas culturais. Há também a descrição de ações de internacionalização, convênio de cooperação e promoção de intercâmbio cultural com experiências exitosas no ensino inclusivo com línguas estrangeiras (inglês, espanhol e francês) e libras. Vale comentar que dentre os objetivos estratégicos do IFPE sob incumbência da PROEXT (pag. 121), há dentre os objetivos, o de nº 2, voltado a realizar ações de extensão e relações comunitárias, qual dentre as metas apresentadas, há a menção para a criação de regulamento de Núcleos de Arte e Cultura do IFPE (pág. 134) com o *status* de realização concluída.

Verifica-se (pág. 75 e 79) em subitem de sumário pertinente à Execução Física Financeira de Ações da Lei Orçamentária Anual, em quadros sistemáticos contendo dados relativos ao orçamento para o funcionamento ou custeio da instituição e a assistência estudantil, codificados respectivamente como “20RL” e “2994”.

Há, em ambos quadros, o total monetário da execução orçamentária e financeira de cada ação, iniciativa, objetivo, prioridade da ação, dentro outros elementos, onde se capturam em objetivo a citação de arranjos produtivos, sociais e culturais como itens também considerados para a obtenção do objetivo de expansão, interiorização e democratização da instituição. Observa-se uma incoerência do ponto de vista social, quanto à informação sobre a prioridade da ação, assinalada no referido quadro como “não” no campo “ação prioritária” do referido quadro.

Embora percebamos a riqueza de informações qualitativas permeadas no relatório e concentrada em campos específicos capazes de detalhar as atividades e tratativas acerca da cultura, como também em determinadas ocasiões a menção quantitativa em termos de orçamento, este indicador obtém a pontuação de parcialidade (0,66) já que seus dados quantitativos se apresentam de maneira sucinta e com descrições orçamentárias técnicas de pouca compreensão social.

Indicador 11 – esporte (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “esporte” - Número de correspondências exatas: “esporte” (03), “esportes” (0), “esportivos” (07), “esportivas” (02).

Para as descrições associadas às atividades esportivas ou atividades similares realizadas na instituição, há citações sucintas ligadas propriamente aos eventos de jogos escolares Intercampus, Intercampi, Regional e Nacional (pág. 98, 212, 356), que por meio de analogia temática, representam na prática a aplicabilidade de atividades desportivas junto aos alunos no IFPE. Embora haja descrição relativa a jogos e esportes em informações complementares da PROEXT para evento correlato (pág. 166), estes são aplicados para outro público, os servidores do IFPE, não sendo, portanto, considerados nesta análise específica.

Foi possível identificar por meio da palavra “esportiva”, apenas no campo da descrição (pág. 47 e 107) de competências das subunidades estratégicas de macroprocesso de apoio, em que a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) recebe dentre as suas atribuições, a promoção de assistência à comunidade estudantil com acompanhamento de programas com ações esportivas. Dentre as evidências encontradas sobre este indicador, verifica-se no documento a omissão e superficialidade a respeito do tema a nível institucional.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “esporte” - Número de correspondências exatas: “esporte” (02), “esportes” (06), “esportivos” (0), “esportiva” (2)

Dentre as menções feitas no documento (pág. 110, 323, 332 e 334), embora se refira ao tema pretendido, não há em seu contexto nenhuma relação direta como o significado relacionado com este indicador, associado às atividades esportivas ou atividades similares realizadas na instituição. Ainda por meio de analogia temática, foi feita a busca pela palavra “jogos”, porém, sem resultados.

Foi possível identificar por meio da palavra “esportiva”, apenas no campo da descrição (pág. 27) de competências das subunidades estratégicas, em que a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE) recebe, dentre as suas atribuições, a promoção de assistência à comunidade estudantil com acompanhamento de programas com ações esportivas. Há a menção (pág. 99) para a palavra composta “poliesportiva”, para elucidar de maneira sucinta o processo licitatório e gasto no exercício de 2017, com o objetivo de reforma de quadra poliesportiva do *campus* Recife.

Talgasto citado também é citado em subitem de sumário (pág. 256) pertinente às informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionada à atividade fim da instituição, onde se descreve a manutenção de quadra poliesportiva, com dados licitatórios, identificação do executor da obra, status de execução, prazos e valor da obra. Dentre as evidências encontradas sobre este indicador, verifica-se no documento a omissão e superficialidade a respeito do tema a nível institucional.

Indicador 12 – creche (grifo nosso);

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “creche” - Número de correspondências exatas: “creche” (04) “creches” (01) .

Há menções à palavra “creche” para expor ações institucionais voltadas à criação do espaço propício, tal como Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais e Creches, dentro outras ações acadêmicas em programas e projetos de extensão planejados para a construção do saber junto à sociedade com reunião de profissionais de áreas como agricultura, pesca, arte e cultura, dentre outros (pág. 73).

A propósito, há também relatos sobre assessoria técnica prestadas pela PROEXT à comunidade junto à Creche Escola Bartolomeu Aroucha, com oficinas e capacitações inseridas no projeto em parceria com estudantes determinada unidade do IFPE (pág. 66).

Verifica-se que uma unidade da instituição (*campus*) expõe que há oferta de benefício chamado “auxílio creche”, além de outros (alimentação, moradia e transporte) aos alunos com objetivo de diminuir impactos causados pela vulnerabilidade social (pág. 79). Segundo esta descrição tal benefício é ofertado por meio de bolsas de assistência ao estudante, selecionados semestralmente, sendo possível apenas no segundo semestre de 2012, com a aprovação da nova Política de Assistência ao Estudante, por meio da Resolução nº 021/2012 do Conselho Superior (CONSUP), a efetivação e ampliação destes benefícios dentro do programa de manutenção acadêmica.

Outra unidade do IFPE cita, sem detalhes, quanto à “Comissão Implantação Creche”, além de “Atuação sistemática do CPA” e “Planejamento e execução do PRONATEC”, para elencar estratégias para a execução de programas relativos ao ensino, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC (pág. 85).

Dentre as evidências encontradas sobre este indicador, verifica-se no documento a omissão e superficialidade a respeito do tema a nível institucional.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0 (Ausente)**

Radical: “creche” - Número de correspondências exatas: “creche” (0), “creches” (0).

Não foi encontrada no documento nenhuma menção à referida palavra, nem para analogias temáticas feitas para as palavras “berçário”, “infância”, “amamenta”, “mãe”, “gestante”.

Indicador 13 - **apoio pedagógico** (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **1 (Integral)**

Radical: “pedagógico” - Número de correspondências exatas: “pedagógico” (47), “pedagógicos” (24).

Foi verificado, inicialmente, uma menção efetiva ao termo “apoio pedagógico” ligado ao que se propõe com este indicador (pág. 396), em quadro esquematizado

com dados referentes a estratégias, responsáveis, prazos e status de realização de ações ligadas à meta da Diretoria de Ensino à Distância (DEaD) voltada a proporcionar apoio pedagógico aos alunos durante o período letivo.

O termo apoio pedagógico deve ser interpretado no sentido de assessoramento pedagógico na instituição, que permeia grande parte do relatório numa abordagem ligada ao processo educativo já que a missão institucional corrobora com a formação integral no processo de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Observa-se, mais precisamente, em tópico pertinente ao planejamento estratégico com plano de metas e ações (pág. 127), a descrição sobre a existência de documentos institucionais macro, quais sejam o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Termo de Metas e Compromissos, o Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI), dentre outros documentos relacionados.

Merece foco, na análise deste indicador, o PPPI que, segundo o documento, foi iniciado em 2009 e concluído em 2012, estruturado participativamente com todos os *campi*, e que contempla todas as diretrizes acadêmicas do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão em consonância com a legislação pertinente à educação bem como com a lei de criação do IFPE.

Na consecução do relatório vê-se de maneira dispersa, porém, representativa com quadros esquematizados, com conteúdo pertinente a este indicador dentre as diversas metas. Em síntese, se expõe no documento dados qualitativos, quanto às ações e atividades desenvolvidas em programas relacionados à monitoria, avaliação preventiva de cursos superiores, formação pedagógica docente, pareceres pedagógicos e assessoramento aos *campi*, estudos analíticos sobre evasões, retenções, além de permanência e êxito, como também iniciação científica, com grande protagonismo da Pró-Reitoria de Ensino (pág. 350 a 367).

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **1 (Integral)**

Radical: “pedagógico” - Número de correspondências exatas: “pedagógico” (66), “pedagógicos” (59).

Ademais, o sentido de assessoramento pedagógico na instituição se mantém, e permeia grande parte do relatório numa abordagem ligada ao processo educativo. Entretanto, vê-se de maneira mais representativa (pág. 31 a 35), em quadro esquematizado, o conteúdo pertinente a este indicador, na descrição de macroprocessos finalísticos da Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN), com maiores detalhamentos (pág. 36 a 42) em nível de aderência normativa às diretrizes do MEC,

o desenvolvimento de ações estratégicas finalísticas, com uma metodologia participativa no IFPE.

Almeja-se tanto a avaliação interna e externa no aspecto didático-pedagógico e formação docente, quanto às adaptações e reformulações dos planos pedagógicos dos cursos oferecidos aos discentes, desde as modalidades de cursos presenciais até os cursos à distância.

Paralelamente, menciona-se (pág. 41) documentos que contribuem com a efetivação e o fortalecimento do processo educativo, quais sejam: o PDI (2014-2018), um Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do ano de 2012, ambos sob processo de revisão/atualização.

Em síntese, expõe-se no documento tanto qualitativamente quanto quantitativamente, ações e atividades desenvolvidas em programas relacionados à monitoria, avaliação preventiva de cursos superiores, formação pedagógica docente, pareceres pedagógicos e assessoramento aos *campi*, estudos analíticos sobre evasões, retenções, além de permanência e êxito, como também iniciação científica.

Indicador 14 - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com **deficiência, transtornos globais** do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “deficiência” - Número de correspondências exatas: “deficiência” (8).

Radical: “transtorno” - Número de correspondências exatas: “transtorno” (05).

Radical: “global” - Número de correspondências exatas: “global” (03), “globais” (02)

Radical: “superdotação” - Número de correspondências exatas: “superdotação” (05) .

Foi identificado, em tópico pertinente ao planejamento estratégico, plano de metas e de ações do IFPE, no tocante aos objetivos estratégicos (pág. 128). Há, dentre os objetivos, um de nº 19 relacionado à ampliação do atendimento às pessoas com deficiência. Ainda com relação aos objetivos estratégicos, em subitem pertinente às estratégias de atuação frente às responsabilidades, há uma descrição mais detalhada (pág. 24) expondo o desafio enfrentado quanto à educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais, além dos que possuem



deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

As ações em prol da inclusão de tais alunos, segundo a tal descrição é possibilitada com o apoio de um programa institucional do MEC chamado “TEC NEP”, voltada à Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, realizada por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

A tratativa dada a esta temática é percebida na colocação feita pela PROEXT (pág. 73), com relação ao Programa de Educação Inclusiva contendo as características do TEC NEP, em que se verifica no IFPE a implantação de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, como marco inicial dessa ação, em consonância, inclusive, com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência propostas pela ONU em 2006, segundo descrito no relatório e que algumas unidades reconhecem tal feito (pág. 85, 96) bem como a Diretoria de Assistência do Estudante (pág. 108).

Em síntese, há a evidenciação sem descrição detalhada qualitativa e quantitativa quanto às ações pertinentes apenas a pessoas com deficiência e demais elementos deste indicador, portanto, os dados não são capazes por si só de gerar a compreensão do nível de evolução e atendimento da comunidade acadêmica beneficiária de tais ações assistenciais.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: “deficiência” - Número de correspondências exatas: “deficiência” (52).

Radical: “transtorno” - Número de correspondências exatas: “transtorno” (02).

Radical: “global” - Número de correspondências exatas: “global” (06), “globais” (02).

Radical: “superdotação” - Número de correspondências exatas: “superdotação” (00).

Foi verificada no relatório (pág. 73 e 74), a existência dentre os principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2017, o objetivo de nº 19 que visa ampliar o atendimento às pessoas com deficiência. Conforme descrições em quadro esquematizado (pág. 120), e atribuída à Pró-Reitoria de Extensão a responsabilidade na execução de ações e metas que permitam a concretização de tal objetivo citado no contexto de inclusividade e responsabilidade social.

Vê-se no quadro esquematizado (pág. 153 a 160) dados sobre o objetivo de nº 19, com a meta de implantação de núcleos especiais de inclusão e Núcleos de Apoio a Pessoas com Deficiência (NAPNEs), contendo estratégias, responsáveis por cada ação, metas, prazos e status de realização.

Em sua maioria, as ações deste objetivo estão com o status de “realizada” e sobre fases de regulamentação e implementação institucional. Verifica-se em quadro esquematizado (pág. 54 e 55) a descrição do macroprocesso da PROEXT, no tocante à Política de Inclusão e Cidadania englobando, dentre outros aspectos de cidadania, inclusividade e direitos humanos, a implementação de políticas educacionais que visem a eliminação de atitudes discriminatórias na instituição, fazendo alusão ao NAPNE.

Cita-se do relatório (pág. 64) a realização de cursos de extensão pela PROEXT e elaboração de material gráfico (Libras e Braille) voltado para pessoas com deficiência.

Percebe-se ainda em subitem de sumário pertinente a Ações Relacionadas a Programa Temático do plano orçamentário do IFPE (pág. 73, 75 e 78), em quadros esquematizados, contendo informações orçamentárias e financeiras, com dados puramente técnicos sobre a ação, dotação e execução orçamentária, a consideração pessoas com deficiência, dentre outros elementos inseridos em cada objetivo nas ações de assistência e custeio da instituição.

Observa-se que o campo relativo à “ação prioritária” é assinalado com “não”, levando o leitor à compreensão que não se tratam de ações com prioridade, incorrendo em certo modo numa incoerência no aspecto social no confronto entre as explicações encontradas.

No tocante ao subitem de sumário pertinente às Medidas para Garantir Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações (pág. 318 e 320), há a descrição de que há o atendimento às normas pertinentes à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004, bem como às normas técnicas da ABNT, na ocasião de elaboração e execução de projetos de expansão e adequação dos prédios de todo o IFPE.

Tais instrumentos legais visam ao atendimento aos critérios básicos na promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no aspecto de acessibilidade espacial, comunicação adaptada, deslocamento e uso da infraestrutura e serviços em todos os *campi* da instituição, institucionalizando tais feitos por meio de resoluções e regulamentos aprovados por Conselho Superior do órgão.

Observa-se a evidenciação com descrição detalhada qualitativamente quanto às ações pertinentes apenas às pessoas com deficiência. Quanto aos dados quantitativos, os evidenciados em relação a orçamento, estes não são capazes por si só de gerar a compreensão do nível de evolução e atendimento da comunidade acadêmica beneficiária de tais ações.

Indicador 15 - Caberá à instituição federal de ensino superior definir os **critérios** e a **metodologia** de **seleção** dos alunos de graduação a serem beneficiados (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “critério” - Número de correspondências exatas: “critério” (08), “critérios” (37).

Radical: “metodologia” - Número de correspondências exatas: “metodologia” (08), “metodologias” (05).

Radical: “seleção” - Número de correspondências exatas: “seleção” (27), “seleções” (0).

Dentre as palavras pertinentes a este indicador, com base nos achados, em relação à palavra “seleção”, esta aparece dispersa em várias partes do relatório, porém, sem alusão ao conteúdo deste indicador.

Utilizando uma analogia ao campo temático deste indicador, elegeu-se também a palavra: “contemplados” e “requisito”, para detectar alguma descrição relacionada a alunos contemplados com benefícios do PNAES, sendo assim, foi localizada a menção (pág. 108), apenas a descrição de que a Política de Assistência Estudantil do IFPE busca abranger todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de modalidade presencial de ensino.

Entretanto, se prioriza como requisito na seleção de benefícios os alunos advindos de escolas públicas e ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio e ou ainda com situação de vulnerabilidade social, conforme o art. 5º do Decreto nº 7.234/2010. De modo geral é insuficiente a evidência de informações relativas a este indicador no relatório, dada a falta de detalhamento quanto às subjetividades da significância acerca da vulnerabilidade social, assim como a não exposição de dados pertinentes ao quantitativo de contemplados em média ou ainda dados orçamentários relativos à alocação de recursos ao quantitativo de beneficiários.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “critério” - Número de correspondências exatas: “critério” (02), “critérios” (39).

Radical: “metodologia” - Número de correspondências exatas: “metodologia” (65), “metodologias” (12).

Radical: “seleção” - Número de correspondências exatas: “seleção” (68), “seleções” (03).

Dentre as palavras pertinentes a este indicador, com base nos achados, é válido fazer comentários apenas em relação à palavra “seleção”, que também aparece dispersa em várias partes do relatório, e vê-se a menção da mesma (pág. 68) para a padronização de edital na ocasião de seleção de estudantes para o Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE) na instituição. Há ainda a menção aos critérios de seleção na contratação de pessoal do corpo docente (pág. 76), não fazendo alusão ao que se pretende neste contexto.

Utilizando uma analogia ao campo temático deste indicador, elegeu-se também a palavra: “contemplados” e “requisito”, para detectar alguma descrição relacionada a alunos contemplados com benefícios do PNAES, sendo assim, foi localizada a menção (pág. 110, 112), apenas descrevendo o “crescimento de número de estudantes contemplados com o Programa Bolsa Permanência entre os anos de 2016 e 2016” na instituição, sem haver descrições acerca de critérios de seleção ou instrumentos de seleção para os beneficiários.

De modo geral é insuficiente a evidência de informações relativas a este indicador no relatório, dada a falta de detalhamento quanto às subjetividades da significância acerca da vulnerabilidade social, assim como a não exposição de dados pertinentes ao quantitativo de contemplados em média ou ainda dados orçamentários relativos à alocação de recursos ao quantitativo de beneficiários.

Indicador 16 - **mecanismos** de acompanhamento e **avaliação** do **PNAES**  
(grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “mecanismo” - Número de correspondências exatas: “mecanismo” (02), “mecanismos” (48).

Radical: “avaliação” - Número de correspondências exatas: “avaliação” (247).

Radical: “PNAES” - Número de correspondências exatas: “PNAES”(04) .

Foi identificada a descrição completa para “ausência de mecanismos de avaliação do PNAES”, “falhas de acompanhamento/controle dos Programas de Assistência Estudantil” e “ausência de regulamento formal que defina os critérios e a metodologia de seleção dos alunos beneficiados pelo PNAES” (pág. 336) para achados da Auditoria Interna do IFPE quanto às inconformidades de determinada unidade. Tais achados estão em quadro esquematizado contendo a coleção dos trabalhos mais relevantes realizados em 2012, onde há as principais constatações baseadas no Plano de Auditoria Interna (PAINT) daquele exercício em todo IFPE.

Para a palavra “PNAES”, dentre as ações presentes em quadros esquematizados com dados do responsável, prazo e status de realização (pág. 359), no tocante à meta que visa à promoção e fortalecimento das ações de assistência estudantil, há a descrição quanto à implantação e gestão da Política de Assistência Estudantil (PAE) na consecução do PNAES dentro do Instituto, sob responsabilidade da DAE (pág. 107), sem desdobramentos quanto à avaliação e apresentação dos mecanismos de acompanhamento, embora haja o reconhecimento desta incumbência, já que há uma descrição (pág. 108 e 109) sobre a existência de Equipe Multiprofissional que em conjunto com as Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi* e a DAE, representam os responsáveis pela implementação, acompanhamento, e avaliação do PAE no IFPE.

A propósito, em quadro esquematizado para a descrição do plano de ação, no tocante ao objetivo que visa melhorar a permanência e o êxito dos discentes no IFPE, sob responsabilidade da DAE, qual a avaliação, análise e o acompanhamento da assistência estudantil junto aos *campi* estão previstos na descrição sucinta, referenciando índices de evasão, reprovação, êxito e utilização dos recursos.

Observa-se que as evidências dispersas encontradas acerca deste indicador são omissos em relação à explanação do que é o PNAES e o PAE, insuficientes em termos de detalhamento de dados qualitativos e quantitativos e superficiais por não materializar de fato o mecanismo de acompanhamento e avaliação do PNAES adotado na instituição.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: “mecanismo” - Número de correspondências exatas: “mecanismo” (08), “mecanismos” (21).

Radical: “avaliação” - Número de correspondências exatas: “avaliação” (352).

Radical: “PNAES” - Número de correspondências exatas: “PNAES”(00).

Dentre as citações localizadas, foi verificada (pág. 85) uma descrição inserida no subitem de sumário pertinente a Análise Situacional, para fatores intervenientes no desempenho orçamentário. Nesta descrição citada, a ação orçamentária sob o código “2994” é voltada ao financiamento de ações voltadas à assistência estudantil, qual sua execução, conforme o relatório recebe um “acompanhamento/monitoramento” dos programas do “PAE-IFPE”, mediante mecanismos desenvolvidos pela Diretoria de Assistência Estudantil (DAE).

No relatório não há a descrição do significado da sigla “PAE” na lista de siglas e abreviaturas no início do documento, nem mesmo na extensão do documento como um todo. Ainda foi identificado (pág. 61) em descrições inseridas no subitem de sumário pertinente a Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos planos de ação, em seção relativa à garantia de inclusão do princípio de acesso, permanência e êxito, observando o perfil do estudante, relata-se haver o acompanhamento de políticas de acesso, permanência e êxito do PROIFPE.

Observa-se que as evidências dispersas encontradas acerca deste indicador são omissos em relação à explanação do que é o PNAES e o PAE, insuficientes em termos de detalhamento de dados qualitativos e quantitativos e superficiais por não materializar de fato o mecanismo de acompanhamento e avaliação do PNAES adotado na instituição.

Indicador 17 - compatibilizar a quantidade de **beneficiários** com as **dotações orçamentárias** existentes (grifo nosso):

Ano de análise: 2012 - Pontuação atribuída: **0,33 (Insuficiente)**

Radical: - Número de correspondências exatas: “benefício” (22), “benefícios” (40), “beneficiário” (0), “beneficiários” (02).

Radical: “dotação” - Número de correspondências exatas: “dotação”(24).

Radical: “orçamentária” - Número de correspondências exatas: “orçamentária” (126), “orçamentário” (70).

Verificando, objetivamente, dentre as menções feitas quanto aos elementos deste indicador, observou-se que em relação a Ações Vinculadas a Programa Temático do plano orçamentário do IFPE, em quadros esquematizados (pág. 221), há informações orçamentárias e financeiras consolidadas, com dados puramente técnicos sobre a ação, dotação e execução orçamentária, elementos inseridos em

cada objetivo nas ações de assistência e custeio da instituição presentes nos quadros.

Observa-se que neste campo de análise, em específico para a ação nº “2994” intitulada “assistência ao estudante da educação profissional e tecnológica”, no campo pertinente à execução física, a unidade de medida para alcance da meta é “estudante matriculado”, e percebe-se que a meta realizada supera a meta prevista na peça orçamentária, evidenciando em termos quantitativos, uma compatibilidade na execução do orçamento associado à assistência estudantil, quando alcança um número maior que o esperado de benefícios concedidos ao final do exercício.

Os achados para este indicador, conjugados com os achados do indicador nº 16 convencionam a ideia da não materialização de mecanismos de acompanhamento e monitoramento do PNAES, no aspecto de alcances finalísticos, e o seu êxito na compatibilidade entre número de dotação e número de beneficiários. Neste aspecto a informação deste indicador é insuficiente já que não há desdobramentos qualitativos e quantitativos ao cidadão sobre o número de benefícios e bolsas ofertadas no exercício em decorrência da compatibilidade percebida pelo menos em nível de meta física.

Ano de análise: 2017 - Pontuação atribuída: **0,66 (Parcial)**

Radical: - Número de correspondências exatas: “benefício” (22), “benefícios” (40), “beneficiário” (0), “beneficiários” (02).

Radical: “dotação” - Número de correspondências exatas: “dotação”(24).

Radical: “orçamentária” - Número de correspondências exatas: “orçamentária” (126), “orçamentário” (70).

Semelhantemente ao que foi colocado no indicador nº 14 desta pré-análise, percebe-se no subitem de sumário pertinente a Ações Relacionadas a Programa Temático do plano orçamentário do IFPE (pág. 73, 75 e 78), em quadros esquematizados, a presença de informações orçamentárias e financeiras, com dados puramente técnicos sobre a ação, dotação e execução orçamentária, elementos inseridos em cada objetivo nas ações de assistência e custeio da instituição presentes nos quadros.

Observa-se ainda que o campo relativo à “ação prioritária” é assinalado com “não”, levando o leitor à compreensão que não se tratam de ações com prioridade, incorrendo, em certo modo, numa incoerência no aspecto social no confronto entre as explicações encontradas.

Neste campo de análise, em específico o quadro esquematizado presente na

página 79, para a ação nº “2994” intitulada “assistência ao estudante da educação profissional e tecnológica”, no campo pertinente à execução física, qual a unidade de medida para alcance da meta é “estudante matriculado”, percebe-se que a meta realizada supera a meta prevista na peça orçamentária, evidenciando, em termos quantitativos, uma compatibilidade positiva na execução do orçamento associado à assistência estudantil, quando alcança um número maior que o esperado de benefícios concedidos ao final do exercício.

Os achados para este indicador também redunda com o que foi verificado no indicador nº 16, qual dentre as citações localizadas, foi verificada (pág. 85) uma descrição inserida no subitem de sumário pertinente a Análise Situacional, para fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

Nesta descrição citada, a ação orçamentária sob o código “2994” é voltada ao financiamento de ações voltadas à assistência estudantil, qual sua execução, conforme o relatório recebe um “acompanhamento/monitoramento” dos programas do “PAE-IFPE”, mediante mecanismos desenvolvidos pela Diretoria de Assistência Estudantil (DAE).

Embora não estejam materializados tais mecanismos de acompanhamento e monitoramento, no aspecto de alcances finalísticos, houve o alcance de meta física prevista, um êxito na compatibilidade entre a dotação e número de beneficiários contemplados, contudo, tal informação sucinta não demonstra conjuntamente com os recursos disponíveis no exercício, o número de beneficiários e bolsistas efetivos citados (pág. 110), algo que não evidencia esta compatibilidade com facilidade para o cidadão. Neste aspecto é atribuída a pontuação parcial (0,66).



## 5 RESULTADOS

Os resultados obtidos com o Modelo de Análise aplicado neste estudo agregam a aderência aos requisitos mínimos das três dimensões consideradas (LAI, Prestação de Contas ao TCU e PNAES) e demonstram com base nas pontuações finais mensuradas (Apêndice B) para os períodos de 2012 e 2017, que a partir dos Relatórios de Gestão Anuais do IFPE a política de assistência estudantil não contempla o princípio da Transparência Ativa integralmente, dado seu nível parcial com que as informações sob este enfoque são apresentadas.

Conforme explicado na Metodologia deste estudo, o período de 2012 representa o recorte inicial em que se pode analisar de modo convergente a aderência aos requisitos normativos e legais inseridos nas três dimensões consideradas, já que se trata de vigências iniciais. É compreensível que os esforços envidados pela instituição para o atendimento e aos requisitos e preceitos emanados destas normas e legislações aplicadas, requerem que o fator tempo seja propulsor do alcance de suas finalidades, uma característica inerente às políticas públicas, na consecução e maturidade de seus resultados e impactos sociais.

Conforme se vê no Gráfico 2 abaixo, o Nível IFPE de Transparência Ativa para 2012 é de 37,6 numa escala de 0 a 100, significando com base no critério já descrito metodologicamente (Gráfico 1), sua pertinência ao Nível 3 (>33 parcial <66) onde na Categoria Parcial da informação, significa que de maneira agregada há a concentração de informações incompletas ou parciais em seus indicadores analisados individualmente.

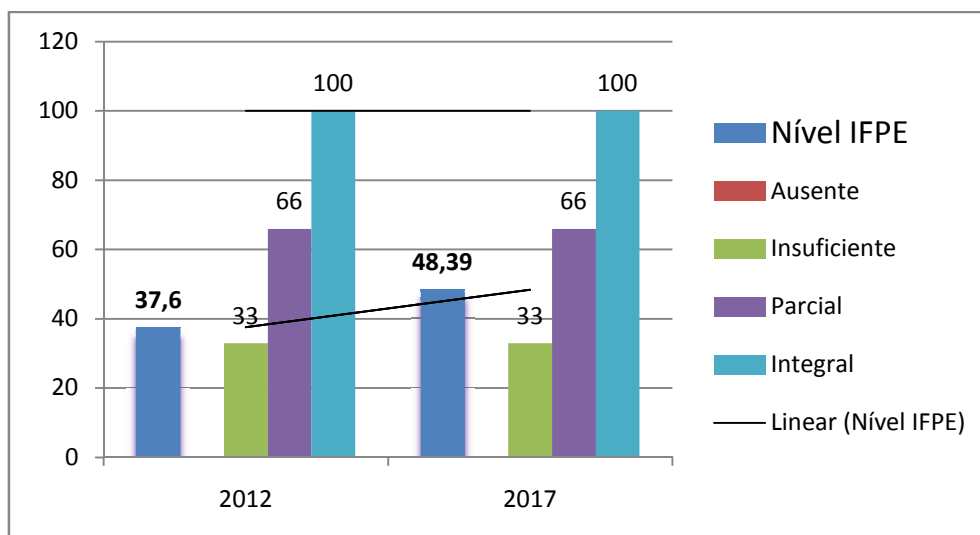
Sobre tal perspectiva, a pontuação alcançada pelo IFPE neste período representa, com base nas informações divulgadas, as condições preliminares em que a instituição iniciou a incorporação da política pública do PNAES na elaboração da proposta do Programa de Assistência Estudantil (PAE).

Para o período de 2017 que representa o recorte temporal mais recente dentro dos parâmetros metodológicos, a pontuação obtida foi de (48,39), conforme o Gráfico 2, onde vê-se a permanência do IFPE dentro da condição de Parcialidade da Transparência Ativa, com variação positiva de pouco mais de 28% no intervalo de tempo de 5 anos desde 2012. Vê-se que a evolução linear do Nível IFPE em relação ao nível almejado (Integral) é ascendente, porém, mínima dado que promover a Transparência é uma questão de obrigação legitimada e não uma opção institucional.

Vale comentar que mesmo com o fator tempo em seu favor, no decorrer de cinco anos, o IFPE ainda não transpareceu integralmente, por meio dos seus Relatórios de Gestão, as informações pertinentes aos requisitos analisados nas três

dimensões consideradas neste estudo.

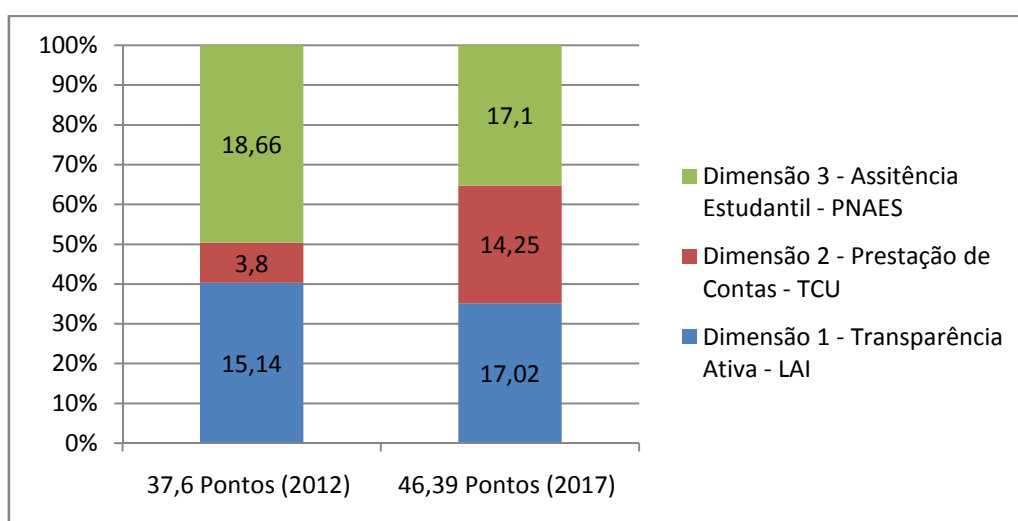
Gráfico 2 - Resultado para o Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012 e 2017)



Fonte: O autor (2020).

Visando compreender detalhadamente a pontuação de cada dimensão, na intenção identificar a proporção de cada dimensão dentro dos achados desta análise, decompomos a pontuação de cada período (Gráfico 3) para que, comparativamente, se possa perceber onde a instituição alcança a pontuação mais significativa dentro dos parâmetros do Modelo de Análise descrita anteriormente no Quadro 1.

Gráfico 3 - Composição da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012 e 2017)



Fonte: O autor (2020).

Vê-se que na composição da pontuação de cada ano, embora haja o efeito da ponderação com os pesos atribuídos no Modelo de Análise (D1=40, D2=20, D3=40), as Dimensões compõem-se equilibradamente em 2017, o que não ocorre para 2012, pois a Dimensão 2 teve uma representação de 10% na pontuação total alcançada. Entretanto, merece ser observado que em 2012 a Dimensão 3 teve representação de 50% da pontuação, dito de outra maneira, significa que embora a pontuação total não represente o alcance do nível de transparência ativa integral desejada, é importante haver de maneira constante o equilíbrio entre tais dimensões e seus aspectos na composição da mesma.

Dentro desta lógica contida no Modelo de Análise (Quadro 1), a Transparência Ativa assume um caráter multidimensional, com dimensões não concorrentes, mas sim complementares no contexto da promoção da *accountability* na instituição. Ainda é possível demonstrar com mais granularidade a atribuição da pontuação quando desagregamos por Indicador/Requisito utilizada neste estudo (Gráficos 4 e 5).

Deve-se compreender na leitura de tais gráficos que, para efeito didático, os Indicadores/Requisitos representam na sequência os intervalos; de 1º ao 7º (Dimensão 1 – Transparência Ativa – requisitos da LAI), de 8º ao 14º (Dimensão 2 – Prestação de Contas – requisitos do TCU) e de 15º ao 31º (Dimensão 3 – Assistência Estudantil – PNAES).

Observa-se, de maneira mais extrema, com o Gráfico 4 que em 2012 apenas três requisitos haviam sido integralmente atendidos, com base nas informações dispostas no Relatórios de Gestão, quais sejam: (1º) Registro das competências e estrutura organizacional; (14º) Formas de participação cidadã nos processos decisórios; e (27º) Apoio pedagógico.

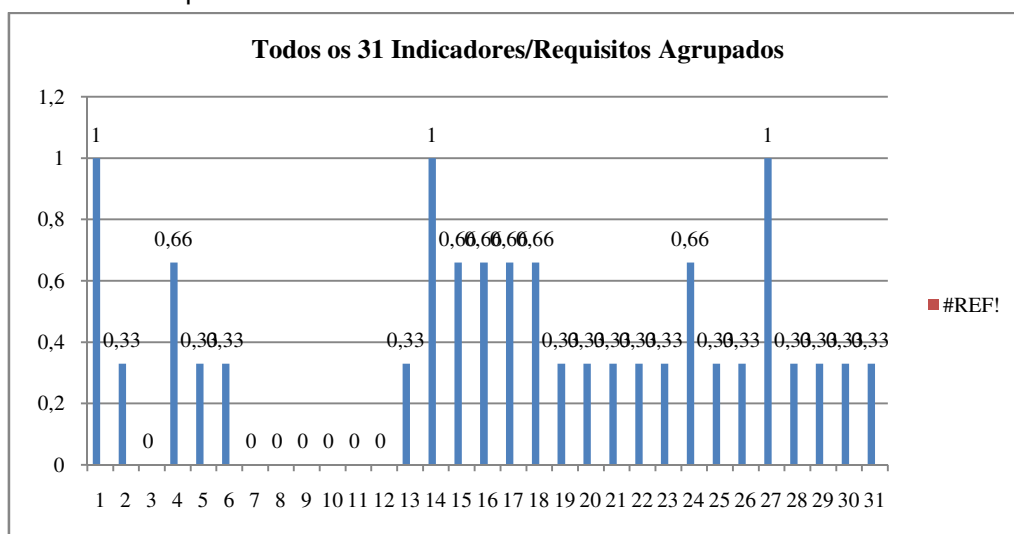
Quanto aos indicadores considerados críticos em 2012, com pontuação nula por ausência de informações, estes representam o grupo do 7º ao 12º indicador, bem como o seu 3º, conforme seguem: (3º) registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; (7º) respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; (8º) Canais de acesso do cidadão; (9º) Carta de Serviços ao Cidadão; (10º) Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários; (11º) Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade; (12º) Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

Em relação a 2017, o Gráfico 5 demonstra que apenas seis requisitos foram integralmente atendidos, com base nas informações dispostas no Relatórios de Gestão, quais sejam: (1º) registro das competências e estrutura organizacional; (8º) Canais de acesso do cidadão; (11º) Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade; (12º) Medidas para garantir a acessibilidade

aos produtos, serviços e instalações; (14º) Formas de participação cidadã nos processos decisórios; (27º) Apoio pedagógico.

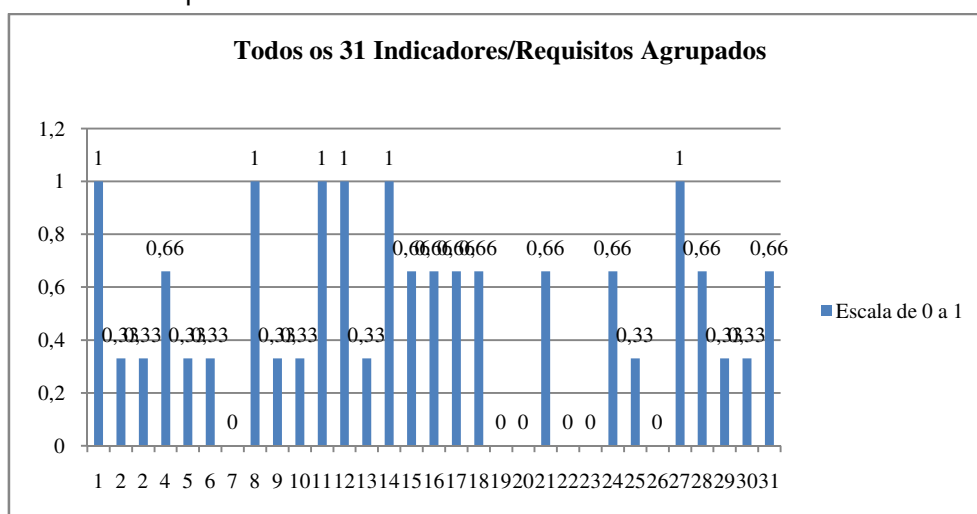
Quanto aos casos críticos, neste período, a ausência de informação foi verificada em seis indicadores, conforme seguem: (7º) Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; (19º) Moradia Estudantil; (20º) Alimentação; (22º) Atenção à Saúde; (23º) Inclusão Digital; e (26º) Creche.

Gráfico 4 - Desagregação da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012) por Indicador/Requisito



Fonte: O autor (2020).

Gráfico 5 - Desagregação da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2017) por Indicador/Requisito



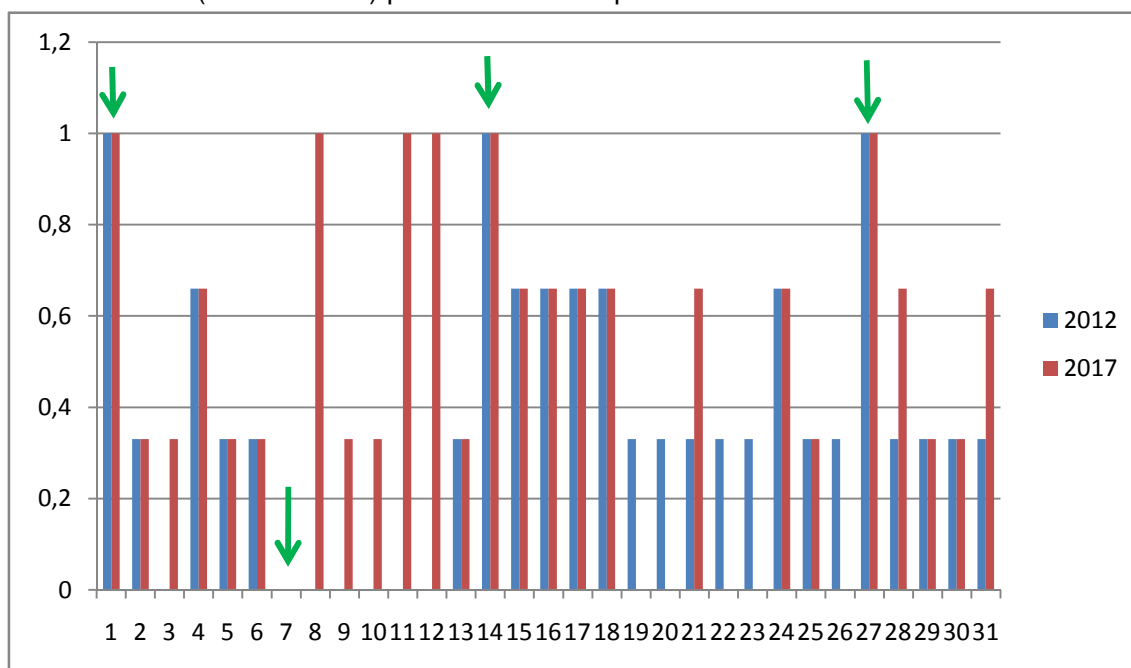
Fonte: O autor (2020).

Visualizando de maneira pareada, o Gráfico 6 abaixo permite detectar a permanência de indicadores em ambos os períodos, seja quando atendem integralmente aos requisitos de suas respectivas dimensões, como se vê no 1º, 14º e 27º, relacionado com registro das competências e estrutura organizacional, Formas de participação cidadã nos processos decisórios e Apoio pedagógico, respectivamente, ou seja quando há ausência constante de informação, como é caso do 7º indicador pertinente às Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade.

Com base nesse pareamento, compreende-se nesse estudo que, embora o IFPE permita a sociedade conhecer sua estrutura organizacional e suas competências capazes de prover de um bom apoio pedagógico, ainda não há a prática da divulgação de questionamentos mais frequentes demandados pela sociedade, embora haja a promoção da participação do cidadão em determinados processos decisórios internalizados da instituição.

A vocalização de opinião ou questionamentos do estudante, da comunidade acadêmica ou da sociedade de um modo geral deve ser materializada e esta prática amplia a transparência ativa sobre tais demandas internalizadas, como também amplia a capacidade de controle social.

Gráfico 6 - Visualização pareada da Desagregação da Pontuação do Nível de Transparência Ativa do IFPE (2012 e 2017) por Indicador/Requisito



Fonte: O autor (2020).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo responde ao questionamento levantado sobre qual a medida com que a Política de Assistência Estudantil do IFPE contempla o princípio da Transparência Ativa, quando verificado que tal política nesta instituição, desde sua elaboração, contempla em nível parcial o requerido princípio. Tal nível é representado por (37,6) pontos em 2012 e (47,36) em 2017, mantendo uma parcialidade da transparência que esta aquém do que é almejado (100), dentro do contexto normativo/legal analisado.

Ao identificar tais medidas, alcança-se o objetivo geral de pesquisa e para o cumprimento do mesmo, foram propostos três objetivos específicos: em primeiro momento os Relatórios de Gestão Anuais do IFPE do período de 2012 e 2017 foram acessados e analisados. Em segundo confrontou-se o seu conteúdo com os princípios da transparência ativa e critérios normativos inerentes à Lei de Acesso à Informação, Prestação de Contas e Assistência Estudantil, com base em um modelo de análise e mensuração elaborado a partir literatura pertinente.

Por fim, com a obtenção da mensuração do nível de transparência ativa, estabeleceu-se uma análise comparativa entre o cenário inicial e o atual da promoção da transparência ativa quanto à política de assistência estudantil agregando as três dimensões citadas. Para tal fim classificou-se como medida quatro níveis possíveis de transparência ativa (ausente, insuficiente, parcial, integral) dentro de escalas numéricas, respectivamente representadas por pontuações (0, 33, 66, 100).

Frente aos resultados de pesquisa validou-se o pressuposto levantado de que a parcialidade da informação contida nos relatórios de gestão compromete a transparência ativa por meio destes, que representam um instrumento de transparência. Tais achados possibilitam ao IFPE e aos cidadãos a visibilidade do relatório de gestão como um canal de comunicação eficaz referente à comunicabilidade, transparência e controle social de feitos e ações realizadas pela gestão pública.

Este estudo também ecoa ao IFPE como um alerta para a adoção da cultura da avaliação e da transparência de ações da gestão, no atendimento às políticas públicas desenhadas em participação com a sociedade, especialmente as inclusivas com legitimidade legal e de amplo alcance, tal qual a política de assistência estudantil no Brasil. De maneira extensiva a pré-análise dos dados foi realizada para cada indicador/requisito considerado, permitindo aos gestores responsáveis a percepção da riqueza de interpretações e achados, possibilitando indiretamente o mapeamento de pontos de melhoria e de êxito presentes no relatório.

Houve limitações nesta pesquisa e estas podem ser consideradas como eventos que merecem ser considerados em replicações de futuras pesquisas. Uma delas foi a ocorrência de deliberação do TCU em 2017 com efeitos para 2018, acerca das mudanças nos parâmetros quanto à estrutura, forma e conteúdo do relatório de gestão na prestação de contas anuais, em que se adotam padrões internacionais de Relato Integrado, com nova formatação que reduz o tamanho e condensa informações da instituição, com a proposta de aproximá-la da capacidade de prover a transparência ativa.

Tais parâmetros ocasionaram a não adoção do relatório de 2018, por questão metodológica para manter a homogeneidade do *corpus* de pesquisa. Ainda que o relatório de 2018 estivesse dentro dos padrões de exercícios anteriores, O *delay* na sua divulgação comprometeria esta pesquisa já que o mesmo foi divulgado em 05 de novembro de 2019, período conclusivo desta pesquisa, a propósito, buscá-lo em outras fontes antecedentes, como o Portal do TCU comprometeria a uniformidade do *locus* de coleta de dados que parte da Instituição.

Sugere-se, em pesquisas futuras, que este estudo seja replicado utilizando o relatório do exercício de 2018 (por ser o primeiro a estar dentro de novo padrão) comparando-o com um relatório de exercícios seguintes com o mesmo padrão, mantendo um intervalo de cinco anos, dentro do recorte transversal. Ainda é possível sugerir que no escopo de análise outras dimensões possam ser agregadas, dada a multiplicidade de políticas públicas aplicadas nas instituições de ensino brasileira, em que o relatório de gestão pode abranger em seu conteúdo, ainda que voluntariamente.

O IFPE apresenta os relatórios de gestão com os critérios, forma e prazo recomendados pelo TCU, porém, a avaliação desse procedimento anual merece ser realizada com uma ótica integrada às demandas e contrapartidas sociais e de alcance a um público com compreensão simplificada sobre políticas públicas, pois o que os olhos não veem a sociedade não sente.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.E.C. **Lei de Acesso à Informação e Transparência: proposta de inclusão de informações no portal Transparência UFPB**. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANDRADE, Rodrigo Gondin de; RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Em busca da transparência ativa em câmaras: uma investigação nos maiores municípios brasileiros. In: **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v.10, n.1, p. 003 –020, Jan. / Abr. de 2017.
- ANGÉLICO, F. **Lei de acesso à informação Pública e seus possíveis desdobramentos para a accountability democrática no Brasil**. 2012.133 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2012.
- ARAÚJO, L. P. M.; MARQUES, R. M. Uma análise da transparência ativa nos sites ministeriais do Poder Executivo Federal brasileiro. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 419-439, 2019.
- BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015.
- BARDIN, L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BEETHAM, D; CARVALHO, E; LANDMAN, T; WEIR, S. **Assessing the Quality of Democracy: a practical guide**. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2008.  
Disponível em: <http://www.idea.int/sites/default/files/publications/assessing-the-quality-of-democracy-a-practical-guide.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2019.
- BELINSKI, R. A. Transparência Ativa sobre as aquisições públicas nos portais das Instituições Federais de Ensino Superior. In: **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**: Curitiba, 2017.
- BRAMAN, S. **Change of state: Information, policy, and power**. Cambridge, MA: Massachusetts, Institute of Technology Press, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 16 mai. 2017.



BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm). Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 15 nov 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8443.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8443.htm). Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - LDBEN. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 14 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em 14 out. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [2011]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 11 out. 2017.

BRASIL. **LEI Nº 13.414, DE 10 DE JANEIRO DE 2017**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13414.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13414.htm). Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Controle social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Controladoria Geral da União – CGU. Brasília: Secretária de Prevenção da corrupção e Informações Estratégicas, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Atividades do TCU 2º Trimestre de 1999**. Brasília: TCU, 1999. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/isc/relatorios/Atividades/1999-t2/GLOSS%C3%81RIO.htm>. Acesso em: 7 Ago. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de Auditoria de Natureza Operacional**. Brasília: Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa TCU nº 63**, de 1º de setembro de 2010. Estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. Brasília: TCU, 2010. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarAtoNormativo/ConsultarAtoNormativo.faces>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013**. Relatório de Auditoria. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: Secretaria de Controle Externo da Educação, Cultura e Desporto, 2012. 2012b. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordaoCompleto/506%252F2013%2520/%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520?uuid=c2730490-918f-11ea-9085-1140b176b383>. Acesso em: 7 Ago. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Gestão: Guia para elaboração na forma de relatório integrado**. 2. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-gestao-guia-para-elaboracao-na-forma-de-relatorio-integrado-segundaedicao8A81881E6E79824C016E8FD6651B7F94.htm>. Acesso em: 01 Dez. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU nº 161, de 1 de novembro de 2017**. Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2013, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010. Brasília: TCU, 2017. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarAtoNormativo/ConsultarAtoNormativo.face>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU nº 163, de 06 de dezembro de 2017**. Dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2013, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010. Brasília: TCU, 2017. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarAtoNormativo/ConsultarAtoNormativo.faces>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Regimento Interno**. Brasília: TCU, 2 de jan. de 2012a. Disponível em: [http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/normativos/sobre\\_normativos/regimento.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/normativos/sobre_normativos/regimento.pdf). Acesso em 15 Jan. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1387**. Brasília: Segunda Câmara,

2018. Disponível em:

[https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordaocompleto/\\*/NUMACORDAO%253A1387%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/1/%20?uuid=1ffe0ff0-c2d4-11e9-bf7b-7b49cecb39c3](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordaocompleto/*/NUMACORDAO%253A1387%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/1/%20?uuid=1ffe0ff0-c2d4-11e9-bf7b-7b49cecb39c3). Acesso em 10 Ago. 2019.

BREDER, Jane Carvalho. **Controle Social – um modelo em construção: contribuições do Tribunal de Contas da União**. Monografia TCU, Tribunal de Contas da União (TCU), Brasília, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Responsabilização equivocada. **Folhade São Paulo**. São Paulo. 02 fev. 2000. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em: 3 mar. 2017.

CARNICELLI, Paulo Sérgio; URNAUER, Simone. IF transparente: fomento à participação ativa da sociedade. 2017. SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL (SEURS), 35, 2017. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, 2017.

CAROSI, D. F. **Dados abertos: categorias e temas prioritários a serem disponibilizados pelas instituições federais de ensino superior (IFES) aos cidadãos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CARMO, Erinaldo Ferreira do; ROCHA, Enivaldo Carvalho da. A educação como Direito Universal. In: **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.2, 2º quadrimestre de 2014. ISSN 1980-7791.  
Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/6035/3309>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CASTRO, D. P. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAVALCANTI, J. M. M.; DAMASCENO, L. M. S.; DE SOUZA NETO, M. V. Observância da lei de acesso à informação pelas autarquias federais do Brasil. In: **Perspectivas em ciência da informação**, Minas Gerais, v. 18, n. 4, p. 112-126, 2013.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. In: **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petropolis: Vozes, 1993.

COMIN, D.; RAMOS, F. M.; ZUCCHI, C.; FAVRETTO, J.; FACHI, C. C. P. A transparência ativa nos municípios de Santa Catarina: avaliação do índice de atendimento à lei de acesso à informação e suas determinantes. In: **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 15, n. 46, p. 24-34, 2016.

COSTA, R. W. A. **A implementação da transparência ativa no poder executivo federal**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão pública e inovação) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUCCINIELLO, M.; PORUMBESCU, G. A.; GRIMMELIKHUIJSEN, S. 25 years of transparency research: evidence and future directions. **Public Administration Review**, Dallas, v. 77, n. 1, p. 32-44, 2017.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. **The Quality of Democracy**. Stanford: CDDRL, 2004.

DIEGUES, G. C. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. In: **Revista NAU Social**, v.4, n.6, p. 82-93, Salvador, Maio/Out. 2013

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Primeira Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES**. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Proposta do Fonaprace para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior**. Versão Final encaminhada para a ANDIFES. Recife, 2001.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012.

FOSSÁ, M. I. T. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. 2003. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FUNG, A. Infotopia: Unleashing the Democratic Power of Transparency. In: **Politics & Society**. [s.l.], v. 41, n. 2, p. 183-212, [s.l.] 2013.

GIÚDICE, J. Z. A. del; LORETO, M. das D. S. de; AZEVEDO, D. S. de. O programa de assistência estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. In: **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 24, n.2, p. 038-067, Viçosa, 2013.

GOULART, M. S. B. **Participação e accountability no controle social do orçamento público: o caso do conselho de desenvolvimento regional de Itajaí**. 226p. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

GRAU, Nuria Cunill. La transparencia en la gestión pública: ¿Cómo construirle viabilidad? Estado, gobierno, gestión pública. In: **Revista Chilena de Administración Pública**, Chile, n. 8, p. 22-44, 2006.

GRIMMELIKHUIJSEN, S.G. Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: an experiment. In: **International Review of Administrative Sciences**, [s.l.], v. 78, n.1, p. 50–73, 2012.

GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; MEIJER, A. J. The effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: Evidence from an online experiment. In: **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s.l], v.24, n.1, p. 137-157, 2014.

GRIMMELIKHUIJSEN, S.; KLIJN, A. The effects of judicial transparency on public trust: evidence from a field experiment. In: **Public Administration**, v. 93, n. 4, p. 995-1011, 2015.

GRIMMELIKHUIJSEN, S.G; WESKE, U.; BOUWMAN, R.; TUMMERS, L. Public Sector Transparency. In: JAMES, O.; JILKE, S.; VAN RYZIN, G. **Experiments in Public Management Research**. Challenges and Contributions. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 291-312.

HOOD, Christopher; HEALD, David. **Transparency: The Key to Better Governance?**. Oxford: Oxford University Press, 2006. 246 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. Desenvolvimento Institucional. Relatórios de Gestão. **Relatório de Gestão 2017**. Recife: Reitoria, 2018. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao>. Acesso em 15 jul. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Relatório de Gestão 2018**. Recife: Reitoria, 2019. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/relatorios-de-gestao>. Acesso em 07 nov. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Política de Assistência Estudantil**. Recife: Conselho superior, 2012. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/assistencia-estudantil/documentos-norteadores/documento-norteadores>. Acesso em: 26 ago. 2017

KLEIN, C. R. **Transparência da gestão pública das autarquias federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação-MEC**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

KOPPELL, J. G. S. Pathologies of accountability: ICANN and challenge of “multiple accountabilities disorder”. In: **Public Administration Review**, [s.l], v. 65, n. 1, p. 94-108, 2005.

LINDSTEDT, C.; NAURIN, D. Transparency is not Enough: Making Transparency Effective in Reducing Corruption. In: **International Political Science Review**, [s.l], v. 31, n. 3, p. 301-322, 2010.

LOPES, F. C.; FREIRE, G. M. C. A. Governo eletrônico e accountability: avaliação da publicização das contas públicas dos estados brasileiros. In: Encontro Nacional do CONPEDI, 19, Fortaleza, 2010. **Anais** [...]. Fortaleza, 2010.

LUBKE, Mariane Yuri Shiohara. O direito fundamental à transparência administrativa e a sua face oculta: o dever de fiscalizar. cidadania ativa e combate à corrupção. In: Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 16.; Mostra internacional de trabalhos científicos, 12., 2019, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...] Santa Cruz do Sul: UNISC, 2019.

MACHADO, V. N.; MARQUES, S. B. S. S.; MACAGNAN, C. B.. Nível de transparência da gestão pública das capitais brasileiras, segundo a Lei de Acesso à Informação, nas respectivas páginas eletrônicas disponíveis na Internet. In: **XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria**, 2013, Lisboa. Resumo das Comunicações e guia do congressista do XIV congresso internacional de contabilidade e auditoria, 2013.

MATOS, A. S. **Estudo da transparência ativa de uma instituição de ensino superior com base na Lei de Acesso à Informação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

MATOS, E. F. **Transparência ativa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o papel do Contador Público**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração pública) – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2018.

MATTOS, Francisca. **A Lei de Acesso à Informação na Bahia: cidadania e eficácia social**. Salvador: UFBA, 2018. 203 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Instituto de Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2018.

MENEZES, E. G. de. Apontamentos sobre o controle social e a transparência dos atos da administração pública, a brasileira: perspectivas para o controle social e a transparência da administração pública. In: **Monografias vencedoras do Prêmio Serzedello Corrêa 2001**. Tribunal de Contas da União, Brasília, 2002.

MEIJER, A. Understanding modern transparency. In: **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 2, p. 255-269, 2009

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELO, D. A. **Transparência da informação pública: uma avaliação de sítios eletrônicos de universidades federais brasileiras**. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

MELO, M. Accountability: diseño institucional y calidad de la democracia. In: **Revista Latino americana de política comparada**, [s.l.], v. 5, p. 125-154, 2011.

MENDIETA, Manuel Villoria. Transparencia y valor de latransparencia. Marco conceptual. In: ASENSIO, Rafael Jiménez; ÁLVAREZ, Jesús Lizcano; MENDIETA, Manuel Villoria. **La transparencia em los Gobiernos locales: una apuesta de futuro**. Madrid: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2012.

MICHENER, G.; BERSCH, K. Conceptualizing the quality of transparency. In: 1ST GLOBAL CONFERENCE ON TRANSPARENCY, Rutgers University, Newark, May 17-20, 2011. **Anais eletrônicos** [...] Disponível em: <[http://gregmichener.com/Conceptualizing\\_the\\_Quality\\_ofTransparency--Michener\\_and\\_Bersch\\_for\\_Global\\_Conference\\_on\\_Transparency.pdf](http://gregmichener.com/Conceptualizing_the_Quality_ofTransparency--Michener_and_Bersch_for_Global_Conference_on_Transparency.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de

Janeiro: Vozes, 2001.

MONTEIRO, A. **Aferição do grau de cumprimento às obrigações de transparência ativa constantes da Lei de Acesso à Informação por Universidades Federais do Brasil**. 2014. 67f. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública)–Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

MOURA, M. A. Política de Governança Digital Brasileira: Em pauta a participação social e a transparência ativa. In: **Revista Ágora: políticas públicas, comunicação e governança informacional**, Mafra, v. 1, n. 1, p. 121-125, 2016.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

NUNES, C. C. S. **Gestão da informação na Pró-Reitoria de Graduação da UFRN: contributo para promoção de uma cultura informacional voltada à transparência ativa**. 2019. Dissertação (Mestrado em gestão da informação e do conhecimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

OLIVEIRA, A. C. **Acesso à Informação Pública e Transparência Ativa: um Estudo do Sítio Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2019.

PINHO, Isabel; RODRIGUES, Eleonora; NERI DE SOUZA, Francislê; LOPES, Gaspar. Determinantes na adoção e recomendação de software de investigação qualitativa: estudo exploratório. In: **Internet Latent Corpus Journal**, [s.l.], v. 4, n. 2, 2014. ISSN: 1647-7308.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. In: **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

PESSÔA, I. S. **Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PIOTROWSKI, S. J.; VAN RYZIN, G. G. Citizen Attitudes Toward Transparency in Local Government. **The American Review of Public Administration**, Sage, n. 37, p. 306 – 326, 2007.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; VIEIRA, A. L. Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL**, 4., 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/coloquio04/a9.htm>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PORTAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2017.

PORUMBESCU, Gregory. Linking transparency to trust in government and voice. **The American Review of Public Administration**, Sage, v. 47, n. 5, p. 520-537, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS DUTRA, Natália Gomes dos; SOUZA SANTOS, Maria de Fátima de. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. In: **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017

RELLY, J. E.; SABHARWAL, M. Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 148-157, 2009.

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability* na administração pública: a atuação dos tribunais de contas. In: XXXII Encontro Nacional da ANPAD. **Anais [...]**, São Paulo, p. 1-16, 2009.

RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. In: **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-438, nov. 2013.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RUA, Maria das Graças. **Avaliação de políticas, programas e projetos: notas introdutórias**. Brasília: ENAP, 2000.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Brasília: CAPES-UAB, 2009.

SANTOS, L. A.; CARDOSO, R. L. S. **Perspectivas para o Controle Social e a Transparência da Administração Pública**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2001.

SCHEDLER, Andreas. **The self-restraining state**: power and accountability in new democracies. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SCHNACKENBERG, Andrew K.; TOMLINSON, Edward C. Organizational transparency: a new perspective on managing trust in organization-stakeholder relationships. **Journal of Management**, [s.l.], v. 20, n. 10, p. 1-27, 2014.

SENHORAS, Eloi Martins; SENHORAS, Cândida Alzira Bentes de Magalhães. Transparência ativa e passiva no Brasil à luz das Leis da Transparência e de Acesso à Informação. **Revista Síntese Direito Administrativo**, São Paulo, vol. 149, maio, 2018. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=5768222305556800063&hl=ptBR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=5768222305556800063&hl=ptBR&as_sdt=0,5). Acesso em: 17 ago. 2019.

SILVA, Luzivan José da. **Transparência pública: análise sobre as práticas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. 2017. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.



SILVA, C. E. T.; VASCONCELOS, A. L. F. S.; SILVA, M. N. Prestação de contas: a evidenciação dos conteúdos informativos no relatório de gestão da UFPE. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 12, 2013. Buenos Aires. **Anais**[...]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114865>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SILVA, A. B.. **Transparência ativa do controle externo da gestão municipal brasileira**: um estudo nos tribunais de contas estaduais e municipais. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologia**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, jul. 2006.

SOUZA, D. F. de. **Transparência ativa para acesso à informação**: uma proposta de modelo com os temas prioritários em Instituições Federais de Ensino Superior. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração pública)- Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

SOUZA, R. G. DE; WRIGHT, G. A.; PAULO, E.; MONTE, P. A. DO. A janela que se abre: um estudo empírico dos determinantes da transparência ativa nos governos dos estados brasileiros. **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 7, n. 1, p. 176-195, 8 jan. 2015.

STIGLITZ, J. E. Transparency in Government. *In*: World Bank Institute. **The Right to Tell**: the Role of Mass Media in Economic Development. Washington: The World Bank, 2002. p. 27-44.

TORRES, R. L. **Tratado de direito constitucional financeiro e tributário: o orçamento na Constituição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

VENTURA, K. S.. **Entre o acessível e o acessível: implicações dos padrões de acessibilidade para o acesso às informações públicas em universidades federais brasileiras**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VENTURA, K. S.; SIEBRA, S. de A.. A lei de acesso à informação e a transparência ativa: o papel da e-acessibilidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=6466753490490202514&hl=ptBR&as\\_sd t=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=6466753490490202514&hl=ptBR&as_sd t=0,5). Acesso em: 17 ago. 2019.

WRIGHT, G. A. **Análise dos fatores determinantes da transparência fiscal ativa nos municípios brasileiros**. 2013. 123 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)—Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFRN, João Pessoa, 2013.

YAZIGI, A. F. Dinero, política y transparencia: El imperativo democrático de combatir la corrupción. *In*: International Anti-Corruption Conference, 9., 1999, Durban. **Anais**[...]. Durban: International Conference Center, 1999. p. 10–15.

ZORZAL, L. **Transparência das informações das universidades federais**: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. Transparência e Boas Práticas de Governança: análise de Padrões e Princípios nos Relatórios de Gestão de Universidades Federais Brasileiras. *In*: ENANCIB- Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12, Bahia. **Anais [...]**. Bahia, 2016.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. A transparência dos relatórios de gestão nas universidades federais: proposta de um modelo de análise. *In*: CUEVAS CERVERÓ, Aurora. (Coord.). **Investigación en información, documentación y sociedad: perspectivas y tendencias**. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación, Universidad Complutense de Madrid, 2017. v. 2. p. 117-130. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/49084/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ZUCCOLOTTO, R. ; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 137-158, 2015.

## APÊNDICE A — CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DAS DIMENSÕES A PARTIR DO RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL (continua)

| DIMENSÕES                                                                                                           | INDICADORES/<br>REQUISITOS                                                                                                                                           | CRITÉRIOS CONSIDERADOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>D1</b><br><b>TRANSPARÊNCIA</b><br><b>ATIVA</b><br><br>LAI<br>Lei nº 12.527/11<br>(art. 8º) Requisitos<br>mínimos | Registro das <b>competências</b> e estrutura <b>organizacional</b>                                                                                                   | <b>1 – Integral</b> (Ao identificar clara e objetivamente o registro de competências e estrutura organizacional na estrutura do relatório de gestão)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Se tal requisito estiver disperso em outros locais da estrutura do relatório de gestão, ainda que completo)<br><b>0,33 -Insuficiente</b> (Se o requisito for divulgado incompleto, apenas com competência ou estrutura organizacional, e em local dificultoso no relatório, sem que não haja evidênciação)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                                |
|                                                                                                                     | Registro de <b>endereços</b> e <b>telefones</b> das respectivas unidades e <b>horários</b> de <b>atendimento</b> ao público                                          | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar clara e objetivamente na estrutura do relatório o registro de todas as unidades do órgão, inclusive a Reitoria com endereços completos, telefones e horários de atendimento ao público)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Idem aos elementos do Integral, porém, sem endereços, horários de atendimento ao público)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Quando não há todas as unidades do órgão além de omissão de endereços, telefones e ou horários de atendimento ao público)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                 |
|                                                                                                                     | Registros de quaisquer <b>repasses</b> ou <b>transferências</b> de <b>recursos financeiros</b>                                                                       | <b>1 -Integral</b> (Ao identificar na estrutura do relatório o registro detalhado dos repasses ou transferências de recursos financeiros)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Havendo registro simplificado e ainda que integral em documento paralelo ao relatório ( <i>link</i> direto ao portal da Transparência do Governo Federal, ou demais documentos produzidos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Quando o registro identificado estiver incompleto, incompreensível e ou disperso na estrutura do relatório de gestão)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                     | Registros das <b>despesas</b>                                                                                                                                        | <b>1 -Integral</b> (Ao identificar na estrutura do relatório informações completas e detalhadas sobre a execução orçamentária sem que precise acessar outros documentos institucionais paralelos e ou links institucionais relativos à transparência)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Quando as informações estiverem incompletas e simplificadas, ou ainda que precise acessar outros documentos institucionais paralelos e ou links institucionais relativos à transparência)<br><b>0,33 -Insuficiente</b> (Registros apenas de valores sem que a natureza da despesa seja relatado, como também o acesso à informação esteja dificultosa, assim como a informação ocorra em descontinuidade, desatualizada)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente) |
|                                                                                                                     | Informações concernentes a procedimentos <b>licitatórios</b> , inclusive os respectivos <b>editais</b> e resultados, bem como a todos os <b>contratos</b> celebrados | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar informações pertinentes aos procedimentos licitatórios, disponibilizando os editais, termos de referência, resultados e contratos)<br><b>0,66 – Parcial</b> (Informações simplificadas pertinentes aos elementos do Integral)<br><b>0,33 -Insuficiente</b> (Informações incompletas, omissas ou ainda intempestivas pertinentes aos procedimentos licitatórios)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                     | Dados gerais para o acompanhamento de <b>programas, ações, projetos e obras</b> de órgãos e entidades                                                                | <b>1 -Integral</b> (Ao identificar na estrutura do relatório informações sobre origem e finalidade de ações , projetos, obras e programas de maneira detalhada capaz de demonstrar as fases de andamento, realização e conclusão, bem como os indivíduos ou instituições envolvidas)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Conteúdo superficial acerca dos elementos do Integral)<br><b>0,33 -Insuficiente</b> (Ao identificar a omissão de elementos, descontinuidade ou dispersão das informações deste item na estrutura do relatório)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                            |
|                                                                                                                     | <b>Respostas a perguntas</b> mais frequentes <b>da sociedade</b> .                                                                                                   | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar pelo menos 10 a 20 perguntas e respostas frequentes sobre o órgão a respeito de assuntos variados porém tipificados)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Havendo os elementos do Integral, mas sem pertinência ou coerência)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Ao identificar um número inferior a 10 perguntas e respostas frequentes sobre o órgão a respeito de assuntos variados não tipificados)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                                                                                             |

(continuação)

| DIMENSÕES                                                                                                                                                                                                                      | INDICADORES/REQUISITOS                                                                   | CRITÉRIOS CONSIDERADOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>D2</b><br><b>PRESTAÇÃO DE</b><br><b>CONTAS ANUAIS</b><br><br>TCU - IN 63/2010<br>Forma e Conteúdo<br>da Informação<br>(Arts.3º e 4º)<br>(Relacionamento<br>com a Sociedade)<br>Anexo único da<br>Portaria TCU nº<br>65/2018 | <b>Canais de acesso do cidadão</b>                                                       | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar na estrutura do relatório a divulgação de canais de acesso do cidadão aos assuntos institucionais do órgão de interesse social, disponibilizando <i>links</i> , portais e ou mídias sociais para fins de promoção institucional, solicitações, denúncias, sugestões.<br><b>0,66 - Parcial</b> (difere do Integral por não disponibilizar <i>links</i> , portais e ou mídias sociais para fins de promoção institucional, solicitações, denúncias, sugestões. )<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Há a seção pertinente ao referido canal, porém, com informações superficiais a respeito e sem divulgação de links, portais e ou mídias sociais)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                | <b>Carta de Serviços ao Cidadão</b>                                                      | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar na seção pertinente do relatório a definição do tipo do serviço oferecido à sociedade, requisitos para acessá-lo, etapas, prazos e processos, locais e forma da prestação do serviço, além da forma de comunicação com o beneficiário do serviço público oferecido e os resultados obtidos e metas esperadas)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral por não haver a forma de comunicação com o beneficiário e os resultados obtidos e metas esperadas)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Identificar a definição do tipo do serviço oferecido à sociedade, contudo, de maneira superficial ou omissa comenta sobre requisitos para acessá-lo, etapas, prazos e processos, locais e forma da prestação do serviço)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente) |
|                                                                                                                                                                                                                                | <b>Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários</b>                              | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar na seção pertinente do relatório o meio, modo, método e resultado da aferição do grau de satisfação )<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral por não identificar o método e o resultado da aferição do grau de satisfação)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Identificar o meio e modo de maneira superficial ou mesmo a omissão)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                                                                                                                                                                                                                | <b>Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade</b> | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar na seção pertinente do relatório elementos/mecanismos/ações concretas sobre a atuação da instituição que permitam a efetividade da transparência e o acesso da sociedade à informação)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral por não haver evidência concreta a respeito da promoção da transparência e o acesso da sociedade à informação)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Há superficialidade ou omissão a respeito de elementos/mecanismos/ações quanto à atuação da instituição além da não evidência concreta a respeito da promoção da transparência e o acesso da sociedade à informação)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                |
|                                                                                                                                                                                                                                | <b>Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações</b>       | <b>1 - Integral</b> (Encontrar a evidência concreta de medidas que garantam a acessibilidade da sociedade à educação oferecida pela instituição, seus resultados e as condições de infra-estrutura e suas instalações )<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral por haver evidências não concretas de tais medidas)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Encontrar omissão e superficialidade quanto à tais medidas )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                                                                                                                                                                                                                                | <b>Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial</b>     | <b>1 - Integral</b> (Encontrar a evidência qualitativa e quantitativa sobre indenizações que envolvam a instituição no âmbito administrativo e judicial)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral devido à evidência ser apenas qualitativa ou quantitativa)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Encontrar superficialidade na evidência, além da omissão do aspecto qualitativo e quantitativo sobre tais elementos do Integral)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                                                                                                                                                                                                                | <b>Formas de participação cidadã nos processos decisórios</b>                            | <b>1 - Integral</b> (Encontrar a evidência de meios e modos concretos utilizados na instituição em prol da inserção do cidadão na participação de processos decisórios)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral por identificar evidências, porém, não haver meios e modos concretos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Além de não encontrar a evidência de meios e modos concretos, encontrar superficialidade quanto ao tema)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

(continuação)

| DIMENSÕES                                                                                            | INDICADORES/REQUISITOS                                                                                                          | CRITÉRIOS CONSIDERADOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>D3</b><br><b>ASSISTÊNCIA</b><br><b>ESTUDANTIL</b><br><br>PNAES<br>Decreto nº<br>7.234/10 (art.3º) | <b>Democratizar</b> as condições de <b>permanência</b> dos jovens na educação superior pública federal                          | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de política interna da instituição em consonância com o PNAES, com demonstração de ações e atividades desenvolvidas que visem democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, bem como seus resultados)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral por não expor os resultados)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Sem demonstração das ações e atividades desenvolvidas e sem expor resultados)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                          |
|                                                                                                      | Minimizar os efeitos das <b>desigualdades sociais</b> e regionais na <b>permanência</b> e <b>conclusão</b> da educação superior | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de política interna da instituição em consonância com o PNAES, com demonstração de ações e atividades desenvolvidas para o educando em condições sociais desiguais, com exposição de meios do acompanhamento de sua permanência e da obtenção do êxito na conclusão dos estudos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Difere do Integral por não expor os meios de acompanhamento)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Há evidências com omissão na demonstração de ações e atividades desenvolvidas e não exposição dos meios de acompanhamento)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente) |
|                                                                                                      | Reduzir as taxas de <b>retenção</b> e <b>evasão</b>                                                                             | <b>1 - Integral</b> - (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre redução de taxas retenção e evasão na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                              |
|                                                                                                      | Contribuir para a promoção da <b>inclusão social</b> pela educação                                                              | <b>1 - Integral</b> - (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre inclusão social pela educação na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                   |
|                                                                                                      | <b>Moradia</b> estudantil                                                                                                       | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre moradia estudantil na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                                |
|                                                                                                      | <b>Alimentação</b>                                                                                                              | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre alimentação estudantil na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                            |
|                                                                                                      | <b>Transporte</b>                                                                                                               | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre transporte estudantil na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                             |
|                                                                                                      | Atenção à <b>saúde</b>                                                                                                          | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre atenção à saúde estudantil na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                        |
|                                                                                                      | <b>Inclusão digital</b>                                                                                                         | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre inclusão digital estudantil na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                                                                       |

(conclusão)

| DIMENSÕES                                                                                | INDICADORES/<br>REQUISITOS                                                                                                                                 | CRITÉRIOS CONSIDERADOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>D3<br/>ASSISTÊNCIA<br/>ESTUDANTIL</b><br><br>PNAES<br>Decreto nº<br>7.234/10 (art.3º) | <b>Cultura</b>                                                                                                                                             | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre promoção da cultura na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                   |
|                                                                                          | <b>Esporte</b>                                                                                                                                             | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre promoção do esporte estudantil na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                        |
|                                                                                          | <b>Creche</b>                                                                                                                                              | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre oferta de creche para situações de maternidade estudantil na instituição, de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                            |
|                                                                                          | <b>Apoio Pedagógico</b>                                                                                                                                    | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre apoio pedagógico na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                                                      |
|                                                                                          | Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com <b>deficiência, transtornos globais</b> do desenvolvimento e altas habilidades e <b>superdotação</b> | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação na instituição, de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente) |
|                                                                                          | Caberá à instituição federal de ensino superior definir os <b>critérios</b> e a <b>metodologia de seleção</b> dos alunos de graduação a serem beneficiados | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre critérios e metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados pelo PNAES na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                         |
|                                                                                          | <b>Mecanismos</b> de acompanhamento e <b>avaliação</b> do <b>PNAES</b>                                                                                     | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidencia de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                                                                     |
|                                                                                          | Compatibilizar a quantidade de <b>beneficiários</b> com as <b>dotações orçamentárias</b> existentes                                                        | <b>1 - Integral</b> (Ao identificar no relatório a evidência de acompanhamento sobre a compatibilidade da quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes na instituição de maneira detalhada, com dados quantitativos e qualitativos)<br><b>0,66 - Parcial</b> (Evidenciar de maneira sucinta, com dados quantitativos ou qualitativos)<br><b>0,33 - Insuficiente</b> (Com omissão e superficialidade quanto ao assunto, com dados quantitativos ou qualitativos )<br><b>0 - Ausente ou não identificado</b> (Quando não encontrado ou de fato for inexistente)                                            |



## APÊNDICE B — RESULTADOS DA MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA ATIVA DO IFPE (2012 E 2017)

(continua)

| DIMENSÕES                        | FUNDAMENTO                                                                                                                              | INDICADORES/REQUISITOS                                                                                                                                               | PONTUAÇÕES INDIVIDUAIS |      | PESOS | PONTUAÇÕES DAS DIMENSÕES |       |
|----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|------|-------|--------------------------|-------|
|                                  |                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                      | 2012                   | 2017 |       | 2012                     | 2017  |
| D1<br>TRANSPARÊNCIA ATIVA        | LAI<br>Lei nº 12.527/11<br>(art. 8º)<br>Requisitos mínimos                                                                              | Registro das <b>competências</b> e estrutura <b>organizacional</b>                                                                                                   | 1                      | 1    | 40    | 15,14                    | 17,03 |
|                                  |                                                                                                                                         | Registro de <b>endereços</b> e <b>telefones</b> das respectivas unidades e <b>horários</b> de <b>atendimento</b> ao público                                          | 0,33                   | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Registros de quaisquer <b>repasses</b> ou <b>transferências</b> de <b>recursos financeiros</b>                                                                       | 0                      | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Registros das <b>despesas</b>                                                                                                                                        | 0,66                   | 0,66 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Informações concernentes a procedimentos <b>licitatórios</b> , inclusive os respectivos <b>editais</b> e resultados, bem como a todos os <b>contratos</b> celebrados | 0,33                   | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Dados gerais para o acompanhamento de <b>programas</b> , <b>ações</b> , <b>projetos</b> e <b>obras</b> de órgãos e entidades                                         | 0,33                   | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Respostas</b> a <b>perguntas</b> mais frequentes <b>dasociedade</b> .                                                                                             | 0                      | 0    |       |                          |       |
| D2<br>PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS | TCU - IN 63/2010 Forma e Conteúdo da Informação (Arts.3º e 4º) (Relacionament o com a Sociedade) Anexo único da Portaria TCU nº 65/2018 | <b>Canais</b> de acesso do <b>cidadão</b>                                                                                                                            | 0                      | 1    | 20    | 3,8                      | 14,26 |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Carta de Serviços ao Cidadão</b>                                                                                                                                  | 0                      | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Aferição do grau de <b>satisfação</b> dos <b>cidadãos-usuários</b>                                                                                                   | 0                      | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Mecanismos de <b>transparência</b> das <b>informações</b> relevantes sobre a atuação da unidade                                                                      | 0                      | 1    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Medidas para garantir a <b>acessibilidade</b> aos <b>produtos</b> , <b>serviços</b> e <b>instalações</b>                                                             | 0                      | 1    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Informações sobre <b>indenizações</b> a clientes no âmbito administrativo e <b>judicial</b>                                                                          | 0,33                   | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Formas de <b>participação</b> cidadã nos <b>processos decisórios</b>                                                                                                 | 1                      | 1    |       |                          |       |
| D3<br>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL     | PNAES Decreto nº 7.234/10 (art.3º)                                                                                                      | <b>Democratizar</b> as condições de <b>permanência</b> dos jovens na educação superior pública federal                                                               | 0,66                   | 0,66 | 40    | 18,66                    | 17,11 |
|                                  |                                                                                                                                         | Minimizar os efeitos das <b>desigualdades</b> <b>sociais</b> e regionais na <b>permanência</b> e <b>conclusão</b> da educação superior                               | 0,66                   | 0,66 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Reduzir as taxas de <b>retenção</b> e <b>evasão</b>                                                                                                                  | 0,66                   | 0,66 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Contribuir para a promoção da <b>inclusão social</b> pela educação                                                                                                   | 0,66                   | 0,66 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Moradia</b> estudantil                                                                                                                                            | 0,33                   | 0    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Alimentação</b>                                                                                                                                                   | 0,33                   | 0    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Transporte</b>                                                                                                                                                    | 0,33                   | 0,66 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Atenção à <b>saúde</b>                                                                                                                                               | 0,33                   | 0    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Inclusão digital</b>                                                                                                                                              | 0,33                   | 0    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Cultura</b>                                                                                                                                                       | 0,66                   | 0,66 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Esporte</b>                                                                                                                                                       | 0,33                   | 0,33 |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Creche</b>                                                                                                                                                        | 0,33                   | 0    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | <b>Apoio Pedagógico</b>                                                                                                                                              | 1                      | 1    |       |                          |       |
|                                  |                                                                                                                                         | Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com <b>deficiência</b> , <b>transtornos globais</b> do desenvolvimento e altas habilidades e <b>superdotação</b>   | 0,33                   | 0,66 |       |                          |       |

(conclusão)

| DIMENSÕES                                 | FUNDAMENTO                               | INDICADORES/REQUISITOS                                                                                                                                     | PONTUAÇÕES INDIVIDUAIS |      | PESOS | PONTUAÇÕES DAS DIMENSÕES |       |
|-------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|------|-------|--------------------------|-------|
|                                           |                                          |                                                                                                                                                            | 2012                   | 2017 |       | 2012                     | 2017  |
| D3<br>ASSISTÊNCIA<br>ESTUDANTIL           | PNAES<br>Decreto nº<br>7.234/10 (art.3º) | Caberá à instituição federal de ensino superior definir os <b>critérios</b> e a <b>metodologia de seleção</b> dos alunos de graduação a serem beneficiados | 0,33                   | 0,33 |       |                          |       |
|                                           |                                          | <b>Mecanismos</b> de acompanhamento e <b>avaliação</b> do <b>PNAES</b>                                                                                     | 0,33                   | 0,33 |       |                          |       |
|                                           |                                          | Compatibilizar a quantidade de <b>beneficiários</b> com as <b>dotações orçamentárias</b> existentes                                                        | 0,33                   | 0,66 |       |                          |       |
| TOTAIS: PESOS E PONTUAÇÕES FINAIS POR ANO |                                          |                                                                                                                                                            |                        |      | 100   | 37,60                    | 48,39 |